
Breve história do feminismo no Brasil

Maria Amélia de Almeida Teles



tudo é história

★ 145



N.Cham. 086.9 T269b 1993

Autor: Teles, Maria Amélia de Almeida

Título: Breve história do feminismo no



477699

Ac. 421860

Ex.3 FUNOESC BU- XXE

editora brasiliense

Copyright © by Maria Amélia de Almeida Teles, 1993
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,
reproduzida por meios mecânicos ou outros
quaisquer sem autorização prévia do editor.

Primeira edição, 1993
1ª reimpressão, 1999

Revisão: Carmem Tereza da Costa
Capa: Eliana Paiva

Associação Brasileira de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Teles, Maria Amélia de Almeida
Breve história do feminismo no Brasil / Maria
Amélia de Almeida Teles. -- São Paulo :
Brasiliense, 1999. -- (Coleção tudo é história ;
145)

1ª reimpr. da 1ª ed. de 1993.
ISBN 85-11-02145-0

1. Feminismo 2. Feminismo - Brasil
3. Mulheres - Brasil I. Título. II. Série.

99-5771

CDD-305.420981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Feminismo : Sociologia 305.420981

editora brasiliense s.a.
Rua Airi, 22 - Tatuapé
Cep 03310-000 - São Paulo - SP
Fone / Fax: (11) 6198-1488
e-mail: brasilienseedit@uol.com.br

Acervo 92.860 Registro 477619
N. Pedido 12.246 N. NF 20020
Livreria editora brasiliense
Data 06/08/08 Valor 9,23
Doador

Foram inúmeras as mulheres que me estimularam a publicar este trabalho, como um registro de nossa história. Meus agradecimentos a todas elas. Mas seria injusto não mencionar alguns nomes: Zuleika Alambert, Criméia Schmidt de Almeida, Marlene Crespo (que fez a primeira revisão), Nilsa Iraci Silva, Maria do Socorro de Abreu, Rosana Soerbile, Miriam Botassi, Adriana Gragnani, Eleonora Menecucci e Terezinha Gonzaga. Agradeço também a um homem, que pacientemente digitou o texto, meu companheiro Cesar Augusto Teles.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
A condição da mulher no Brasil Colônia (1500 a 1822).....	16
Brasil Império (1822-1889).....	26
A influência externa	37
A mulher na República	41
A Segunda República (1930-1964)	47
A Terceira República e o golpe (1964-1985)	52
1968 — Certeza: história e flores	60
A luta armada: um aprendizado para a mulher	63
As mulheres da periferia em São Paulo.....	74
Movimento do Custo de Vida	78
Anistia ampla, geral e irrestrita	82
1975 — Ano Internacional da Mulher.....	84
Jornal “Brasil Mulher”	87
Jornal “Nós Mulheres”	90
“Mulherio”	93
8 de Março — Dia Internacional da Mulher no Brasil	96



A questão feminista vai além do 8 de Março	100
Movimento de luta por creche.....	103
Mulher, sindicato e greve	107
Mulher: assunto proibido	114
A época dos congressos paulistas	117
O II Congresso da Mulher Paulista	120
A divisão do movimento. O III Congresso da Mulher Paulista	124
Violência	130
Trabalhadora rural.....	139
A mulher e a Constituinte	143
Saúde, mulher e movimento.....	145
Sexualidade.....	147
Assistência integral à saúde da mulher	150
Os encontros feministas	153
Conclusões	157
Notas	167
Indicações para leitura	178

INTRODUÇÃO

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebel-
dia e constante busca de transformação, falar de tudo que en-
volva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa
mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural.

É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se
indignar com o fenômeno histórico em que metade da huma-
nidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades,
no decorrer dos tempos.

É acreditar que essa condição, perpetuada em dimensão uni-
versal, deva ser transformada radicalmente.

É solidarizar-se com todas as mulheres que desafiaram os
poderes solidamente organizados, assumindo as duras conse-
quências que esta atitude acarretou em cada época.

É compreender que a submissão, por mais sutil que seja,
é o resultado de um processo de tal forma brutal, que acaba
por impedir a própria vontade de viver dignamente.

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer.
Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o

seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador.

Falar da mulher nesses termos é mais do que se deixar envolver pelas mulheres do mundo inteiro. É deixar extravasar a ansiedade, o inconformismo e a ternura de milhares de mulheres. É resgatar a memória, que, mesmo obscurecida pelos reacionários, iluminará o caminho de todos os que buscam a justiça e a liberdade.

Pensando e sentindo dessa maneira, procurei reunir algumas ações individuais e coletivas de mulheres brasileiras, bem como a minha vivência no movimento feminista em São Paulo.

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas.

Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.

No decorrer do tempo, manifestou-se de formas variadas, todas elas estreitamente dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres.

No século passado, o conceito de "emancipacionismo" buscava a igualdade de direitos, mantida na esfera dos valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos. Hoje, o feminismo formula o conceito de libertação que prescinde da "igualdade" para afirmar a diferença — compreendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como ascensão histórica da própria identidade feminina.

Dessa forma, o feminismo tem também um caráter humanista: busca a libertação das mulheres e dos homens, pois estes têm sido vítimas do mito do macho, que os coloca como falsos depositários do supremo poder, força e inteligência.

A abordagem da condição feminina, agora que existe uma mobilização feminista em quase todo o território nacional, nos remete à necessidade de investigar como a mulher tem vivido nestes quase quinhentos anos de história brasileira. Deixamos de fora a cultura anterior ao descobrimento, de tal forma esmagada, que se torna extremamente difícil seu resgate.

A história do nosso país tem sido interpretada quase que somente do ponto de vista das classes dominantes. Não se mencionam fatos ocorridos no relacionamento dos brancos com os índios e escravos negros ou mesmo nas ações de exploração e devastação da natureza — determinantes na constituição da história brasileira.

Ao abordar o desenvolvimento da condição da mulher na sociedade brasileira através dos tempos, sua vida, seus anseios, sua maneira de pensar e participar dos acontecimentos culturais e políticos, na família ou no trabalho, verificamos a necessidade de reconstruir a história do Brasil. Começaríamos por uma apreciação crítica da visão estabelecida pelos nossos historiadores e observadores políticos, que se omitem quanto ao tema. E o pouco que se fala da mulher brasileira não foge ao princípio universal denunciado por Simone de Beauvoir em 1949: "Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens".¹ E, portanto, podemos acrescentar: está sob suspeição.

Há tão grande ausência de registros e informações sobre a mulher e sua condição que muitas afirmam ser o movimento de mulheres algo novo no Brasil. É apenas meia verdade. O movimento feminista brasileiro atual tem, sem dúvida, carac-

terísticas inovadoras e de dimensões ainda difíceis de projetar num futuro próximo. Mas suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular: negras nos quilombos, trabalhadoras no mercado de trabalho ou aquelas que individualmente participaram de acontecimentos políticos.

A expressão "movimento de mulheres" significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao "movimento feminista" refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.

É de tal forma importante esse movimento e suas pretensões que atualmente algumas (alguns) pesquisadoras (es) têm feito esforços para conhecer a história da mulher brasileira no Brasil, contribuindo efetivamente para recuperar a identidade da mulher brasileira. Infelizmente essa reconstituição histórica esbarra em dificuldades provocadas pelo caráter elitista e injusto de nossa sociedade. Mesmo as mulheres que foram protagonistas de movimentos sociais, como as lutas pela reforma agrária, pelo direito à moradia, pela incorporação dos direitos das trabalhadoras rurais e domésticas à legislação trabalhista, não têm tido condições para escrever sua própria história.

O material encontrado em arquivos, os documentos oficiais e outros enfatizam quase exclusivamente acontecimentos de interesse das elites, em que o homem branco é quem sobressai. Há poucos registros de participação feminina no período colonial, quando as mulheres eram, em maioria, negras, índias e brancas prostitutas. Somente a partir da vinda das mulheres da classe dominante, que antecede um pouco a chegada da Cor-

te de Portugal (criação do Reino Unido em 1808) é que se consegue alguma documentação.² Quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim, desajustadas. Tenho a impressão de que só chamam de heroínas, o que é raríssimo, aquelas que fizeram um ato corajoso mas ao lado dos seus maridos ou, num gesto extremo, deram a vida para salvar os homens. No primeiro caso, podemos citar como exemplo Bárbara Heliodora, Dona Beja entre outras. No outro caso, temos Maria Dias Ferraz do Amaral, a "Heroína do Capivari", que acompanhou o seu marido nas bandeiras e foi assassinada por uma flecha atirada pelos índios.

E mesmo assim só é possível um material mais expressivo quando a própria mulher começa a escrever em revistas e periódicos dirigidos ao público feminino, o que só ocorrerá no período que vai de aproximadamente 1850 até a conquista do voto feminino em 1934.

Há ainda algum registro na história recente, quando se inicia o processo de industrialização, nos primórdios deste século. Essa época é acompanhada de movimentos femininos que caminham paralelamente — as sufragistas, as tecelãs e costureiras grevistas. As primeiras procuraram na conquista do voto a cidadania negada, enquanto as outras batalharam pela redução da jornada e melhores condições de trabalho. Com a conquista do voto, as sufragistas se desmobilizaram. O movimento de mulheres trabalhadoras conquistou a redução da jornada de trabalho, praticamente se igualando aos homens (nos setores de trabalho feminino a jornada era de 16 horas, enquanto nos outros era de 10 a 12 horas). Proibiu-se o trabalho noturno de mulheres e menores. Também foi instituída uma série de leis trabalhistas. Ao lado dessas medidas demagógicas, usou-se a repressão policial, principalmente contra as idéias

socialistas. E houve um descenso na luta das mulheres trabalhadoras.

Instalou-se o Estado Novo — período da ditadura de Vargas —, com inúmeras prisões de opositores. Na Europa, Hitler e Mussolini iniciaram a Segunda Guerra Mundial, que sacrificou milhões de pessoas de diferentes nacionalidades. A mulher brasileira voltou ao cenário político, particularmente em movimentos para o restabelecimento da democracia, sem, contudo, ter tido um espaço próprio para tratar de sua especificidade. Foram criadas organizações femininas com o propósito de defender a paz, a democracia e o combate à carestia de vida. Muitas mulheres se mostraram altruístas e corajosas ao encarar as duras lutas populares. Muitas perderam a vida nos enfrentamentos com as forças policiais, como Zélia Magalhães, Angelina Gonçalves e outras.

Só mais recentemente, a partir de 1975, com a instauração do Ano Internacional da Mulher, as brasileiras retomaram o movimento feminista, atuando em grupos de estudos e programando jornadas de luta e campanhas de mobilização. Integradas com os movimentos democráticos, as feministas brasileiras engrossaram fileiras nos movimentos pela anistia, por liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana.

Editaram jornais e outras publicações como cadernos e revistas. Denunciaram o conservadorismo das leis, dos costumes e casos concretos de violação de seus direitos ocorridos em suas próprias casas, nos locais de trabalho e nas ruas.

Enfrentaram os preconceitos contra o homossexualismo, particularmente contra as lésbicas e contra o racismo.

Abordaram em estudos e ações práticas temas como a sexualidade, o aborto, a violência sexual e doméstica, os direitos reprodutivos, a saúde da mulher, as relações trabalhistas e o trabalho doméstico. Indicaram às mulheres a necessidade de conhecer o próprio corpo e decidir sobre ele.

Estruturaram serviços de atendimento na área da saúde, social e jurídica.

Organizaram centros de documentação e de comunicação.

Assessoraram mulheres de sindicatos e de bairros de periferia.

Estimularam a criação dos primeiros núcleos de estudos sobre a questão da mulher e relações de gênero nos meios acadêmicos.

Formularam políticas públicas e conquistaram organismos governamentais voltados para implementar nos serviços públicos o atendimento às reivindicações das mulheres.

Essas iniciativas proliferaram até hoje nos diferentes estados brasileiros.

Neste trabalho, tentei sistematizar acontecimentos relativos à vida e à atuação das mulheres. A primeira parte contém fatos e aspectos históricos; e a segunda, a minha vivência e algumas ações do movimento feminista, particularmente em São Paulo.

Felizmente, este trabalho não é o primeiro, nem o único. Outras mulheres vêm tomando iniciativas semelhantes. Rapidamente podemos lembrar o audiovisual "Retratos da Mulher Brasileira", produzido pela pesquisadora Carmem Barroso, o livro *A Mulher na Sociedade de Classes*, de H. Saffioti³, e uma coleção da *Década da Mulher (75 a 85)* publicada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

Um projeto ambicioso seria o de sistematizar os registros dos acontecimentos e perspectivas do movimento. É um desafio que tenho pretensões de enfrentá-lo, um dia.

Mas por ora, só posso apresentar este livro que nasce muito mais da minha experiência pessoal de militante feminista de São Paulo.



A CONDIÇÃO DA MULHER NO BRASIL COLÔNIA (1500 a 1822)

A mulher indígena

Os povos indígenas que habitavam o Brasil na época de 1500 possuíam costumes muito diferenciados entre si. Isso se refletia nos papéis desempenhados pelas mulheres. Havia aquelas que podiam ser virtualmente escravas de seus esposos, outras, companheiras, e até mesmo as que chefiavam grupos.⁴ Havia a monogamia e a poligamia. Em algumas tribos, as mulheres possuíam a moradia e áreas de cultivo. Mas em outras, as propriedades eram dos homens. As mulheres se ocupavam da plantação e da colheita.

Homens e mulheres amparavam as que iam ter filhos, fazendo-lhes o parto. Em seguida elas voltavam às suas atividades. Carregavam os filhos nas costas. Com a chegada dos jesuítas,⁵ em meados do século XVI, a tarefa principal destes missionários era transformar os selvagens em homens cristãos. Mas com o assassinato de dom Pero Fernandes

Sardinha, o primeiro bispo da Bahia, pelos índios canibais, os jesuítas reforçaram a idéia de que a única maneira satisfatória de transformá-los em "criaturas racionais" era com o emprego da força.

Essa opinião foi levada ainda mais longe pelo seu sucessor, o padre Anchieta. Os colonizadores viam os índios da seguinte maneira: os homens para o trabalho escravo e as mulheres como esposas, concubinas ou empregadas domésticas.

A mulher indígena foi usada pelos colonizadores, "que se apropriaram assim de sua capacidade reprodutora, perdendo paulatinamente sua capacidade erótica nesta função sexual-reprodutora separada do prazer".⁶ Aliás, vale registrar que, em pleno ano de 1992, num editorial da *Folha de S. Paulo*, de 11/2/1992, intitulado "As meninas índias são terríveis", o jornalista Gilberto Dimenstein denuncia as "curiosas interpretações antropológicas" do coronel Francisco Abrão (comandante do 5º Batalhão Especial de Fronteiras do Exército), que afirma que seus soldados são ameaçados de estupro pelas mulheres indígenas, quando estas estão "no cio". E completa: "Eu tenho que segurar meus soldados, porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência das índias". Infelizmente ainda há autoridades brasileiras que consideram as indígenas seres irracionais.

A mulher branca

Portugal, ao colonizar o Brasil, tinha por objetivo tirar da terra o máximo de lucro possível, com a exploração de produtos tropicais como a cana-de-açúcar ou, mais tarde, com a mineração.

Os primeiros portugueses que para aqui vieram eram homens. Poucas mulheres realizaram a penosa e longa travessia

do Atlântico. Logo, era comum os portugueses manterem concubinas entre as escravas, o que foi objeto de crítica por parte dos jesuítas. O padre Manuel da Nóbrega, que veio com o primeiro governador-geral, em 1549, escreveu à Coroa para que mandassem para cá “mulheres órfãs e de toda qualidade, até meretrizes”, para que se cumprisse a determinação de El Rei de povoar esta terra.

Mesmo com os apelos dos jesuítas, continuaram a faltar mulheres brancas na nova terra durante o período colonial. Isso pode ter contribuído para elevar o *status* da mulher branca, bem como para a miscigenação de brancos com negras e índias. Nos pequenos povoados que se formavam, eram encontrados todos os tipos de mulheres, portuguesas, índias, africanas e mestiças, livres e escravas.

As informações dessa época são obtidas por meio das narrativas dos poucos estrangeiros que visitavam o Brasil nesse período. Um desses viajantes escreveu que “os portugueses são de tal forma ciumentos que eles mal lhes (às esposas) permitem ir à missa aos domingos e feriados. Não obstante, apesar de todas as precauções, são elas quase todas libertinas e encontram meios de escapar à vigilância de seus pais e maridos, expondo-se à crueldade destes últimos, que as matam sem temor de castigo quando descobrem suas intrigas. Os exemplos aqui são tão freqüentes que se estimam em cerca de 30 mulheres assassinadas pelos maridos em um ano”.⁷

A população da Colônia era explorada em benefício do nascente capitalismo europeu. E à mulher daquele tempo coube, como ainda ocorre nos dias de hoje, uma parcela maior de exploração: primeiro, enquanto parte da população brasileira, sem qualquer poder de decisão, dominada que era pela metrópole (Portugal); segundo, porque nessa época a sociedade aqui formada organizou-se sob a forma patriarcal, isto é, era uma

sociedade onde o poder, as decisões e os privilégios estavam sempre nas mãos dos homens. Nessa situação, o papel que cabia à mulher da classe dominante (proprietários de terras e de escravos) era, necessariamente, o de esposa e mãe dos filhos legítimos do senhor. A mulher se casava ainda muito jovem e o marido, escolhido pelo pai, era, geralmente, bem mais velho.

Além das atividades do lar (organização da cozinha, cuidado com as crianças, direção dos trabalhos das escravas), cabia ainda à mulher tarefas como a fiação, tecelagem, rendas e bordados e o cuidado com o pomar. Muitas vezes a mulher branca foi descrita como indolente e preguiçosa.⁸ De qualquer modo, o fundamental era que ela se colocasse de forma subalterna em relação ao homem, aceitando passivamente o que lhe fosse determinado.

Dificilmente a mulher podia fugir a esses padrões. Caso houvesse desconfiança em relação a seu comportamento ou a menina desse sinais de inconformismo ou rebeldia, procuravam encaminhá-la logo para o internato num convento. Essa era também uma das poucas alternativas para a mulher branca das elites, quando não conseguia casamento por falta de pretendentes bem aquinhoados.

A essa mulher ensinavam apenas a lavar, coser e fazer renda. Instrução — leitura, escrita e contas — era coisa de homens. Consta que, em São Paulo, no século XVII, apenas duas mulheres sabiam assinar o nome. E para a mulher receber alguma instrução, tinha de entrar no convento.

Nessa época, no Brasil, a educação estava a cargo da Igreja Católica, em especial dos padres jesuítas. A Igreja disseminava a ideologia patriarcal e racionalizava seu significado: “Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão. É justo que aquele que foi induzido ao pecado pela

mulher seja recebido por ela como soberano”, pensamento de Santo Ambrósio que embasava, na época, as práticas pedagógicas.⁹ Com esse conteúdo educacional, a mulher se tornava mais tímida, ignorante e submissa. E os valores e idéias que transmitia eram os mesmos que aprendera: tradicionais, conservadores e atrasados. Assim, ela se tornava um elemento fundamental para manter a situação existente.

A mulher negra e a escravidão

A grande maioria da população, responsável pela produção de riquezas das quais Portugal se apossava, eram os escravos.

A introdução da mão-de-obra africana foi “a argamassa principal da expansão demográfica verificada então”. Os negros eram chamados “pés e mãos dos senhores” e Angola “nervo das fábricas do Brasil”. É sobre o trabalho escravo que se constrói a nossa economia. “O trabalho manual passa, por isso, a ser considerado infamante, somente praticável por escravos.” (...) “No ano de 1583, as estimativas davam à Colônia uma população de cerca de 57 mil habitantes. Deste total, 25 mil eram brancos, 18 mil índios e 14 mil negros. Segundo os cálculos de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de 3.250.000, havia um total de 1.582.000 escravos, dos quais 221.000 eram pardos e 1.361.000 negros, sem contarmos os negros libertos, que ascendiam a 406.000. Para o biênio de 1817-1818, as estimativas de Veloso davam, para um total de 3.817.000 habitantes, a cifra de 1.930.000 escravos.

Havia também uma população de negros e pardos livres que chegava a 585.000. “Há quem estime em 50.000 o número de negros importados anualmente.”¹⁰

O trabalho do negro era de tal forma árduo, que encurtava sua existência. A média de vida de um escravo nas plantações ou minas era estimada entre sete e dez anos. “Os escravos de serviços domésticos estavam quase sempre em melhor situação que os outros. As negras que eram favorecidas com a atenção de seus senhores poderiam aspirar a uma vida invejável — a não ser que houvesse uma senhora branca que as arruinasse com uma vingança sádica e ciumenta.”¹¹ As negras, quando na lavoura, executavam as mesmas tarefas dos homens. A mulher escrava, além de trabalhar como tal, era usada como instrumento de prazer sexual do seu senhor, podendo até ser alugada a outros senhores.

O concubinato era comum entre os escravos. Na chegada ao Brasil, os casais eram arbitrariamente separados e passavam a conviver, no regime de escravidão, com negros que falavam idiomas estranhos, pois pertenciam a tribos distintas. Essas medidas faziam parte da política escravagista, visando impedir de imediato a organização e revolta dos negros.

A mulher negra, em sua condição de escrava, transferiu diferentes valores: por um lado, reproduzindo a força de trabalho e, por outro, trabalhando nas tarefas domésticas a serviço dos colonizadores, nas casas dos senhores na cidade e no campo.¹²

Em ambos os casos, foi geradora de mais-valia nos setores econômicos mais importantes: minas, fazendas e plantações. “Nunca se poderá avaliar a quantidade de mais-valia produzida pelo trabalho destas mulheres para a acumulação primitiva do capital.”¹³ Enfim, a divisão do trabalho por sexo se consolidou na Colônia, fortalecendo a dupla opressão da mulher: de sexo e de classe. O machismo e a exploração econômica serviram ao sistema global de dominação patriarcal e de classe.

Houve mulheres negras que resistiram a participar da manutenção da escravatura, praticando o aborto e até matando

seu filho recém-nascido como forma de impedir que um novo escravo surgisse. Mesmo incentivadas pelos senhores — quando estes encontravam dificuldades na importação dos negros, pelos altos preços ou pela proibição do tráfico —, as negras se recusavam a tê-los.

Os negros não aceitaram pacificamente a condição de escravos, meras mercadorias e instrumentos de trabalho. Reagem com fugas organizadas, criando os quilombos — sua forma principal de resistência.

A participação política da mulher na Colônia

Para analisar essa participação, devemos considerar as diferenças econômicas e sociais.

Mulheres de classes distintas se destacaram nos acontecimentos daquele período. A contribuição histórica de cada uma delas ficou certamente condicionada ao vínculo político: houve aquelas que apoiaram as iniciativas do colonizador e as que se comprometeram com os ideais das maiorias colonizadas. De ambos os lados, todas foram relegadas ao esquecimento pela história oficial. Quando isso não foi possível devido em alguns casos à projeção popular alcançada, tratou-se logo de lhes atribuir qualidades negativas como a loucura ou a prostituição, no sentido de desmerecê-las, como foi o caso de Bárbara Heliodora, Dona Beja, Chica da Silva, Marília de Dirceu, entre outras.

Das classes dominantes, podemos destacar mulheres empreendedoras como Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Sousa, donatário de 100 léguas da costa brasileira, nomeado por Dom João III em 1532. Foi Ana Pimentel quem assumiu as rédeas do governo da capitania de São Vicente quando

seu marido voltou para Portugal, deixando a esposa como procuradora de seus negócios no Brasil. Ana Pimentel, mulher acostumada ao luxo da metrópole, abandonou tudo para assumir, no plano administrativo e político, o controle da capitania. Ela doou um pedaço de terra a Brás Cubas, mandou construir uma casa para hospedar os homens do mar. Em 1544, contrariando ordens do marido, franqueou aos colônos o acesso ao planalto, que possuía terras férteis e clima melhor que o litoral vicentino. Fez plantar laranjeiras, para combater o escorbuto, e introduziu o cultivo do arroz e do trigo e a criação de gado. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, outro donatário, administrou a capitania de Pernambuco durante alguns anos.

Os quilombos eram organizações de resistência do negro à escravidão, que proliferaram às centenas pelo território brasileiro, de norte a sul. O maior deles, o quilombo dos Palmares, se manteve estruturado de 1630 a 1694. As mulheres negras eram minoria nesses quilombos devido principalmente à política do tráfico negreiro, que priorizou o homem negro. Em Palmares havia uma proporção de cinco homens para uma mulher, o que trouxe dificuldades à proposta organizativa dos negros. Uma das soluções foi a formação da família poliândrica, em que uma mulher tinha cinco maridos. Mesmo com esse pequeno número de mulheres, uma das fundadoras desse quilombo foi a negra Aquatune. Filha do rei do Congo (na África), comandou 10 mil guerrilheiros para defender o reino de seu pai. "Derrotada, foi vendida como escrava para o Brasil. Viveu em Pernambuco, até que fugiu para Palmares."¹⁴ O grande Zumbi era seu neto.¹⁵ Dandara,¹⁶ outra das guerreiras de Palmares, após a derrota, preferiu suicidar-se a voltar para a vida de escrava.

Filipa Aranha liderou um quilombo no Pará. Teresa de Quarterê foi a líder, durante duas décadas, do quilombo de Quarterê, localizado no Mato Grosso.

De 1807 a 1835 houve dezenas de revoltas de negros na Bahia. Em 1826, Zeferina, negra africana de origem nagô, liderou os negros contra as investidas dos capitães-do-mato ao quilombo de Urubu. Zeferina lutou com arco e flecha, caiu nas mãos dos inimigos, mas manteve seu comportamento de líder.¹⁷

Durante a invasão dos holandeses ao Brasil, no século XVII, as mulheres tiveram de se defender sozinhas, na região de Tijuapapo. Com o expediente de jogar água fervendo encosta abaixo, puseram os holandeses em fuga. Uma delas, Maria Ortiz, morava na Ladeira do Pelourinho.¹⁸ A índia Clara Camarão, nessa campanha contra os holandeses, empunhou armas juntamente com o marido. (Em Salvador, na hora do almoço, enquanto os homens comiam, as mulheres baianas lutavam contra os holandeses. Os europeus diziam: "O baiano ao meio-dia vira mulher".)

Nos séculos XVII e XVIII, organizaram-se as bandeiras, expedições que percorriam os sertões por meses e até anos, em busca de metais e pedras preciosas e para captura dos índios. As mulheres atuaram nas bandeiras, principalmente nas maiores, porém não as esposas legítimas, que ficavam em casa. Os maridos levavam consigo as mestiças para servi-los na cama e na mesa.

Entretanto, Maria Dias Ferraz do Amaral acompanhou o marido, o sertanista Manuel Martins Bonilha, em suas viagens fluviais no sertão goiano. Lutou contra os índios e recebeu uma flechada, vindo a ser conhecida como a "Heroína do Capivari". Fala-se também de uma bandeira organizada, formada e sustentada pela paulista Antônia Ribeiro.

No final do século XVIII, movimentos foram organizados com o propósito de tornar o Brasil independente de Portugal. Na Inconfidência Mineira (1789), Bárbara Heliodora, poetisa, além de encorajar o marido a participar do movimento, impediu que ele denunciasse os companheiros. Na Conjuração Baiana, constam os nomes de quatro mulheres pardas, três solteiras e uma casada, que chegaram a ser presas em 1798. Os baianos se propunham a separar a região de Portugal, estabelecendo uma república e acabando com a escravidão.

Maria Quitéria nasceu no sertão baiano em 1792. Fugiu de casa, vestiu-se de homem e alistou-se para combater as tropas portuguesas. Lutou tão bem que atingiu o posto de cadete. Terminada a campanha, recebeu de Dom Pedro I a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Ainda em Salvador, madre Joana Angélica resistiu até a morte aos portugueses que tentavam invadir o seu convento sob a alegação de que ali se escondiam brasileiros patriotas.



BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

A independência do Brasil

Em fins do século XVIII alguns países europeus, em especial a Inglaterra e a França, promoveram a Revolução Industrial, e com esta, a ascensão do capitalismo, que mudou a face do mundo. A Inglaterra possuía capital e mão-de-obra, foi desenvolvendo a técnica e as máquinas começaram a surgir. Mas para a indústria, duas coisas ainda eram necessárias: a matéria-prima e o mercado consumidor.

A saída foi conceder a independência às colônias americanas, entre as quais o Brasil. Dessa forma, o comércio da Inglaterra seria feito diretamente com as "ex-colônias", sem interferência das metrópoles, que, na condição de intermediárias, encareciam os preços. No caso do Brasil, ficava excluído Portugal.

As idéias liberais foram tomando conta da Europa e chegaram até aqui. Liberdade de comércio e a direção política de um país eram questões relevantes. Cada país deveria ter seus

próprios governantes. Portugal continuava a tirar vantagens da exploração de nossas riquezas. No Brasil, a idéia da independência foi germinando.

A luta pela independência do Brasil contou com vários segmentos sociais, inclusive com a participação dos escravos, intelectuais e padres. Mas finalmente foi dirigida pelas classes dominantes locais, que preferiram uma solução "arranjada" com Portugal, mediante a qual o filho do próprio rei português proclamou a independência. Dessa forma o Brasil se tornou uma monarquia, e a coroa ficou com Dom Pedro I.

Esse processo todo, em grande parte obra da Maçonaria (sociedade de caráter liberal), que na América Latina dirigiu os movimentos de independência, foi feito por homens. As mulheres, sem nenhum acesso às informações mais significativas, não tinham como interferir. A Maçonaria, ademais, era vedada à participação das mulheres.

Por volta de 1830, o Brasil se viu mergulhado numa série de revoltas sociais. A situação econômica e financeira era caótica e Dom Pedro I, que cometia uma série de erros políticos, terminou renunciando. É nesse contexto que se destaca a figura de Anita Garibaldi, catarinense que, unindo-se a José Garibaldi, com ele participou das lutas republicanas durante a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, e mais tarde, na Europa, lutou pela unificação da Itália.

Na primeira metade do século XIX, houve mulheres que começaram a reivindicar por seu direito à educação. O ensino então proposto (1827) só admitia para as meninas a escola de 1º grau, sendo impossível, portanto, atingir níveis mais altos, abertos aos meninos. O aspecto principal continuava sendo a preparação para as atividades do lar (trabalhos de agulha), em vez da instrução propriamente dita (escrita, leitura e contas). Na aritmética, por exemplo, as meninas só podiam aprender

as quatro operações, pois para nada lhes serviria "o conhecimento de geometria". As professoras ganhavam sempre menos. E se alguma pensava em fugir desse esquema, era severamente criticada, como a professora Maria da Glória Sacramento, que teve o ordenado suspenso por não ensinar prendas domésticas, como mandava o figurino. A discriminação da mulher no que diz respeito à educação não parava aí. O número de escolas para meninas era inferior ao de escolas para meninos (no Rio de Janeiro, na metade do século XIX, havia 17 escolas primárias para meninos e apenas 9 para meninas). Situação semelhante encontramos na rede de ensino particular. Quanto ao curso superior, o ingresso da primeira mulher se deu no Brasil apenas em 1881. Mas somente em 1887 se graduava a doutora em medicina Rita Lobato Velho Lopes, acontecimento saudado com entusiasmo pelo periódico *O Eco das Damas*.¹⁹

No século XIX, à mulher competia, tanto quanto no período colonial, o papel de dona-de-casa, esposa e mãe.

Algumas coisas, porém, começaram a mudar, devido ao desenvolvimento da industrialização, que ia impulsionando diversas regiões do mundo a se integrar ao sistema capitalista de forma cada vez mais acentuada. No Brasil apareceram sinais significativos dessa transformação. A partir de 1850, foi proibido o tráfico negreiro e, daí para a frente, acelerou-se a luta pela libertação dos escravos. Ao mesmo tempo foi se formando uma nova classe dominante, não mais ligada aos antigos engenhos de açúcar do Nordeste ou ao café do vale do Paraíba; classe cuja mentalidade, por ser capitalista, voltava-se muito mais para a formação de mão-de-obra assalariada, para o desenvolvimento das cidades e para a ampliação dos meios de transporte e do comércio.

Foi esse setor que, juntamente com a classe média em formação e aliado ao Exército, promoveu a proclamação da Re-

pública, visando assumir a direção política para defender mais facilmente seus interesses de classe.

Tivemos, então, a urbanização e a imigração em larga escala. Com as mudanças na economia, na política e na sociedade, há espaço para novas idéias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora da sua condição e do papel que vinha desempenhando.

Era sem dúvida muito pequeno o número dessas mulheres, mas nessa época já se registraram as primeiras formulações sobre o papel de submissão imposto às mulheres.

No final do Império, eclodiu o movimento abolicionista, que se estendeu por diversos centros urbanos. Por volta de 1860, algumas mulheres brasileiras organizaram sociedades abolicionistas que esporadicamente receberam alguma atenção da imprensa da época: a Sociedade de Libertação, instalada no Rio de Janeiro em 27 de março de 1870; a Sociedade Redentora, fundada em 10 de julho de 1870; Ave Libertas, criada em Recife a 20 de abril de 1884. Constituíam iniciativa de parcelas das classes dominantes, que procuravam assegurar para si a direção do movimento, no qual os negros já vinham lutando havia pelo menos três séculos. Direcionavam ao Parlamento a reivindicação de liberdade dos negros, impedindo drasticamente que ocorresse a reforma agrária, conseqüência natural da Abolição.

Mesmo assim, esse processo proporcionou maior circulação de idéias inovadoras, que atingiram particularmente a intelectualidade.²⁰

A situação de subordinação das mulheres na sociedade traz reflexos na campanha abolicionista. Elas colaboraram nas atividades que garantiam a infra-estrutura da campanha, como vender doces e flores para levantar finanças ou tocar piano e cantar nas festas realizadas em prol do movimento abolicionista.

“As experiências que essas mulheres adquiriram, poderiam ter aumentado sua capacidade para lidar com o mundo exterior e desenvolver sua habilidade organizacional. Mas poucas brasileiras falaram alguma vez em público nos tópicos envolvidos na Abolição, embora a presidenta da ‘Ave Libertas’, Leonor Porto, tenha publicado artigos e panfletos.” As editoras dos jornais feministas veiculavam nessa imprensa os ideais abolicionistas. Mas apenas Maria Amélia de Queiroz enfrentou o “ridículo” de proferir palestras públicas sobre a abolição em 1887.²¹

Uma das primeiras feministas do Brasil, Nísia Floresta Brasileira Augusta, defendeu a abolição da escravatura, ao lado de propostas como a educação e a emancipação da mulher e a instauração da República. Nascida em 1809, no Rio Grande do Norte, dedicou-se ao magistério, publicou alguns livros e traduziu o livro de M. Woolestonecraft *Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens*, em 1852. No Rio de Janeiro, em 1838, fundou um colégio exclusivo para a educação de meninas. Mudou-se para a Europa, por ter sido vítima de críticas da imprensa, que não compreendia nem aceitava suas idéias. No exílio, tornou-se adepta do positivismo e amiga de Augusto Comte. Morreu na França, em 1885.

Nessa época, apareceu a primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis, negra, nascida em São Luís do Maranhão, em 1825. O seu livro *Úrsula*, exposto no Museu da Cultura Negra em sua cidade natal, é considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher. Fundou, na cidade de Guimarães, uma escola mista para crianças pobres. Nessa mesma cidade, morreu aos 92 anos. E ainda nos dias de hoje, quando uma mulher se destaca por sua inteligência, é chamada de “Maria Firmina”.²²

Narcisa Amália nasceu em São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, em 1852. Era professora primária, mas se destacou pela intensa participação na imprensa, chegando a escrever no jornal feminista *A Família*. Admiradora de Nísia Floresta, escreveu vários artigos em defesa da abolição da escravatura e denunciou a situação de escravidão em que vivia a mulher no Brasil. Foi duramente criticada e acusada de atentar contra o “pudor das mães”. Morreu no Rio de Janeiro, em 1924.²³

Luísa Mahim, segundo alguns autores, nasceu na África, sendo transportada para o Brasil como escrava. Outros se referem a ela como nascida livre por volta de 1812. Em 1830 deu à luz um filho que mais tarde se tornaria poeta abolicionista — Luís Gama. Seu pai era português e vendeu o próprio filho com 10 anos de idade para pagar uma dívida a um traficante de escravos, que levou o menino para Santos.

Luísa Mahim transformou sua casa em quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador, em meados do século XIX. Participou da Grande Insurreição, a Revolta dos Malês, última grande revolta de escravos ocorrida na capital baiana em 1835.

Luísa escapou da violenta repressão desencadeada pelo governo da Província e partiu para o Rio de Janeiro, onde também parece ter participado de outras rebeliões negras, sendo por isso presa e, possivelmente, deportada para a África.

Luís Gama escreveu sobre sua mãe: “Sou filho natural de uma negra africana, livre, da nação nagô, de nome Luísa Mahim, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa.(...)”

Em 9 de maio de 1985, o nome de Luísa Mahim foi dado a uma praça pública, no bairro da Cruz das Almas, em São

Paulo, por iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo".²⁴

Ainda no período do império apareceu a primeira compositora popular brasileira, Chiquinha Gonzaga, autora da famosa marchinha "Oh abre alas", que até hoje anima os carnavais brasileiros. Compôs também operetas e sua primeira ópera não foi encenada por ser música escrita por mulher. Fazia orquestração e foi a primeira mulher a reger em público no Brasil.

Chiquinha nasceu no Rio de Janeiro a 17 de outubro de 1847. Casada aos 13 anos, com um noivo indicado pelos pais, teve cinco filhos desse primeiro casamento. Mas a vida de casada não lhe agradava. Precisava da música e quando o marido vendeu seu piano, ela comprou um violão, o que provocou novas brigas entre o casal. Convidada a escolher entre o marido e o violão, não teve dúvida. Ficou com o violão.

Naquela época, uma atitude desse tipo representava a desonra, a vergonha. Logo foi viver com outro companheiro. Mas também não deu certo. Precisava ser independente para desenvolver sua carreira de música. Essa atitude trouxe-lhe dificuldades até mesmo financeiras, pois pagava-se muito pouco aos músicos na época.

Chiquinha Gonzaga também teve participação ativa na vida política. Ativista do movimento abolicionista, fazia campanha contra o regime monarquista em locais públicos. Proclamada a República, criticou os rumos seguidos pelo governo. Durante o estado de sítio decretado pelo marechal Floriano Peixoto, em 1893, escreveu uma cançoneta, "Aperte o botão", considerada irreverente pelo governo. Fundou, em 1917, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.²⁵

A palavra baderna, com o significado de súcia, de um grupo de rapazes desordeiros ou de arruaça, foi introduzida na

nossa língua pela participação de uma mulher chamada Maria Baderna. Era bailarina, veio da Itália, chegando ao Rio de Janeiro em 1851. Em 1848, sob o signo da Revolução de Paris, em toda a Europa irromperam movimentos contra os reis e a ordem social vigente. Maria Baderna foi uma fervorosa participante desses movimentos. Como foram derrotados, ela aceitou fazer uma *tournee* pela América do Sul. Jovem, com 21 anos apenas, essa bailarina motivou brigas de rapazes, que tomaram o nome de "badernas".²⁶ Dividida entre a arte e a atividade política, Maria Baderna acabou se dedicando mais aos movimentos de rebeldia da época. Ajudou a formar vários quilombos no Estado do Rio de Janeiro, onde morreu, em 1870, pobre e doente.²⁷

Em 1875, em Minas Gerais, cerca de 100 mulheres invadiram a matriz de Barra do Bacalhau e queimaram os papéis da Junta Militar, pondo em fuga os seus membros. Em Remédios, um grupo de mulheres penetrou na igreja, destruindo todos os documentos militares. Era a represália popular ao recrutamento de soldados para a injusta guerra contra o Paraguai.

A imprensa das mulheres

Em meados do século XIX surgiram no Brasil diversos jornais editados por mulheres, que, certamente, tiveram grande papel para estimular e disseminar as novas idéias a respeito das potencialidades femininas. Vários brasileiros recorriam à imprensa para informação e trocas de idéias sobre suas crenças e atividades. As feministas brasileiras também lançaram mão desse recurso.

O Brasil foi o país latino-americano onde houve maior empenho do jornalismo feminista. O primeiro desses jornais foi *O Jornal das Senhoras*, que saiu às ruas em 1852, editado por

Joana de Paula Manso, argentina, que viveu muitos anos no Rio de Janeiro. Ela trabalhava junto com Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e Gervásia Memezia Pires dos Santos. Esse jornal teve o mérito de alertar as mulheres para as suas necessidades e capacidades, embora enfatizasse que o papel principal da mulher fosse "amar e agradar aos homens", colocando os interesses da família acima de todos os outros.

Em 1862 apareceu o *Belo Sexo*, dirigido por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, com um conselho editorial amplo, que reunia uma vez por semana diversas mulheres, para discutir os temas a publicar.

Mas o jornalismo mais avançado foi sem dúvida aquele expresso pelo semanário *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. O seu primeiro número foi publicado na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais, em 7 de setembro de 1873. Em vez de apelar aos homens, como fizeram suas antecessoras a fim de ganhar espaço e talvez convencê-los, Francisca dirigiu-se diretamente às mulheres, para que tomassem consciência de sua identidade e seus direitos. Ela defendia a idéia de que a dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu *status*. Com o objetivo de ganhar mais leitoras e adeptas, Francisca — destacada lutadora pelo direito ao voto e pela abolição da escravatura — transfere o jornal para o Rio de Janeiro.

Em 1872, a proporção de alfabetizadas entre as mulheres do Rio de Janeiro era de 29,3%, e de apenas 11,5% da população feminina brasileira. Enquanto na cidade de Campanha da Princesa eram vendidos 800 exemplares de *O Sexo Feminino*, no Rio de Janeiro passaram a ser vendidos 4 mil nos primeiros dez números.

Por conta da epidemia da febre amarela e da falta de recursos, esse jornal foi fechado em 1876. Francisca continuou co-

laborando em outras publicações, até que conseguiu sair de novo com *O Sexo Feminino* em 1889, com a tiragem de 2.400 exemplares. Em seguida o jornal mudou de nome por causa da Proclamação da República, passando a se chamar *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

Nessa década de 1870, surgiram novos periódicos nas cidades brasileiras em crescimento, onde as oportunidades educacionais para as mulheres ultrapassavam as oferecidas nas áreas rurais e pequenas cidades. *O Domingo*, de propriedade de sua editora Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco (a mesma que tinha trabalhado no *Jornal das Senhoras*), e o *Jornal das Damas* foram lançados no Rio de Janeiro.

O Eco das Damas, de Amélia Carolina da Silva Couto, é lançado no Rio de Janeiro, em 1879.

Esses jornais abordavam desde a defesa da maternidade ou dos direitos e aptidões das mulheres até conhecimentos práticos em áreas como saúde, cuidados domésticos, moda e teatro. Acolhiam também manifestações literárias — contos, poesias e ensaios. Outros jornais, *Primavera*, de 1880, e *Voz da Verdade*, de 1885, tiveram vida bastante curta.

O Eco das Damas fechou em 1880 e reabriu em 1885, com mais força do que antes, para defender a igualdade da mulher e seu direito à educação.

Em 1882 foi lançado *O Direito das Damas*, de Idalina D'Alcântara Costa, no Rio de Janeiro.

Em 1888 apareceu o jornal *A Família*, em São Paulo, dirigido pela conseqüente lutadora feminista Josefina Álvares Azevedo; no ano seguinte, foi transferido para o Rio de Janeiro. Josefina defendia o direito de voto. Ao contrário de suas antecessoras, não aceitava a chefia do homem na família. Considerava-o "um déspota", que tratava sempre de exercer o domínio sobre os outros indivíduos. Defendia o divórcio ale-

gando que, "se uma mulher pudesse repudiar o marido que os pais lhe impuseram sem a sua afeição", ela poderia controlar "seu destino" mais do que aquelas que sacrificavam "a existência inteira a um capricho da autoridade paterna".

Lançava apelos aos homens para que estes abrissem caminhos à educação da mulher. "Quereis viver numa vida de prazer e encantos? Educai a mulher e vereis vossa casa transformada num verdadeiro Éden." Manifestava o seu repúdio ao "egoísmo dos homens, desmedido, fanático, intolerável", que impedia o desenvolvimento das aptidões das mulheres. Ela acreditava na rebelião das mulheres contra o tratamento de "escravas do homem".

Publicou uma coleção de biografias de mulheres célebres, no esquema tradicional dos livros sobre homens notáveis.²⁸

De 1897 a 1900 circulou na cidade de São Paulo a revista *A Mensageira*, dirigida pela poetisa Prisciliana Duarte de Almeida. Fruto de um "momento bem determinado da história do feminismo brasileiro"²⁹ quando este, ainda como idéias, apenas se gestava e, portanto, tateava em busca de seu caminho dentro de uma sociedade conservadora e preconceituosa. Logo, era passível de ambigüidades, contradições, confusões de todo tipo, naturais em tudo aquilo que nasce. Basta lembrar que a palavra de ordem da época, e portanto da revista, educar a mulher para todos os embates da vida, aparece freqüentemente vinculada ao esforço para reforçar seu papel de mãe, esposa e dona-de-casa".

A revista apresenta questões universais pioneiras no feminismo, como solidariedade internacional com as mulheres do mundo inteiro. Um de seus números apresenta a criação da "Sociedade de Produção Materna" (creche), em Paris, como bom exemplo para o Brasil, onde "as mães que trabalham com os filhos no colo sofrem enormes suplícios". Sua principal mensagem política foi enfatizar a importância do voto para a mulher.

A INFLUÊNCIA EXTERNA

O capitalismo se desenvolveu de modo diferente em cada país, mas em todos eles legitimou o mesmo regime patriarcal de dominação. As mulheres enfrentavam, em lugares diferentes, problemas similares de opressão.

As mulheres da Europa e Estados Unidos iniciaram na segunda metade do século XIX um movimento por seus direitos políticos e sociais, que prontamente repercutiu nas mulheres brasileiras e latino-americanas.

As mulheres, na Revolução Francesa (1789-93), atuaram ativamente, quando Olímpia de Gouges propôs a "Declaração dos Direitos da Mulher".

Por volta de 1826, as francesas receberam duros golpes com o fim do divórcio e o reemprego da palavra "madame" em vez de cidadã. Elas se rebelaram e se colocaram à frente dos combates durante os levantes populares em Paris. Fundaram clubes para discutir tanto os problemas sociais e políticos do país, como os direitos da mulher: Sociedade da Voz das Mulheres, Comitê dos Direitos da Mulher, União das Mulheres e Sociedade de Emulação das Mulheres.

Em 1849, uma francesa — Jeanne Deroin — apresentou-se como candidata a deputada na Assembléia Legislativa. Fundadora do jornal *A Opinião das Mulheres*, publicou uma carta aos eleitores que dizia: “Venho me apresentar e solicitar seus votos para que se consagre um grande princípio: a igualdade política e civil dos sexos. Uma assembléia legislativa inteiramente composta de homens é incompetente para aprovar leis que regem uma sociedade composta de homens e mulheres”.³⁰

Outra rebeldia das francesas foi o movimento das Vezuvinas e Blomeristas, que passeavam pelas ruas de Paris vestidas de maneira extravagante. As trabalhadoras parisienses editavam um jornal chamado *Tribuna das Mulheres*. Outras mulheres se manifestavam publicamente a favor do amor livre, praticavam irreverências na maneira de vestir e nas críticas que faziam do casamento.

O governo bonapartista de Napoleão III impôs um retrocesso social à França. Mas, com a volta das exiladas durante a década de 1860, o movimento francês adquiriu novo vigor e concentrou-se na atividade sindical, com vistas a alcançar melhores condições de trabalho para a mulher. Lisa Lemonnier organizou oficinas cooperativas de mulheres e criou uma escola para aprimorar seu nível cultural e profissional. A seção francesa da II Internacional incorporou em seu programa algumas reivindicações das mulheres, fato muito importante para a época, já que os homens filiados aos sindicatos se opunham ao trabalho das mulheres, alegando que elas queriam competir com eles.

Louise Michel (1830-1905), filha de uma servente, começou sua vida de rebeldia ao negar prestar juramento a Napoleão III. Participou da Comuna de Paris em 1871 e foi condenada a dez anos de exílio, depois de ter declarado em juízo: “Pertencço inteiramente à revolução social”.

Em 1878, foi convocado o Congresso Internacional dos Direitos da Mulher pelas francesas Maria Deraismes e Leon Richier, que acentua mais a igualdade social do que a política, fato que provocou cisões no movimento com o afastamento da Associação Sufrágio para as Mulheres.

Em 1879, o Partido Socialista Francês se pronunciou a favor da igualdade dos sexos tanto no nível civil como no político.

As inglesas, que alcançaram importantes avanços no movimento sindical apesar da oposição dos homens, passaram a travar lutas por seus direitos civis. Em 1880, as mulheres na Inglaterra empenharam-se principalmente em conquistar o direito de voto. Organizaram em 1890 campanhas para eliminar as causas sociais da prostituição e denunciavam então a educação burguesa como responsável pela submissão das mulheres.

As norte-americanas pleiteavam condições igualitárias em meados do século XVIII, durante a revolução pela Independência. Algumas romperam o casamento por razões políticas, ante a arrogância dos homens, que se negaram a reconhecer a participação ativa das mulheres na luta pela independência dos Estados Unidos. Insistiram em ampliar os direitos femininos na família, em nome da Revolução. Conquistaram o divórcio em alguns estados. Victoria Woodhull, em fins da década de 1860, se tornou famosa conferencista em defesa do voto feminino, da reforma do matrimônio e do amor livre.

As norte-americanas que participaram, com suas reivindicações específicas, do movimento antiescravista, reiniciaram sua luta pelo voto na segunda metade do século XIX. Em 1866, o Parlamento decidiu-se pelo direito de voto dos homens negros, mas o negou a todas mulheres. Daí a necessidade de elas reforçarem o movimento sufragista.

Os movimentos europeus e norte-americanos influenciaram as mulheres latino-americanas mais rapidamente do que se po-

dia imaginar. No caso da luta pelo voto feminino, algumas mulheres da América Latina se anteciparam às européias. Em 1876, as chilenas aproveitaram uma lacuna da Constituição de seu país, que não deixava explícita a proibição do voto feminino, para exercer seus direitos eleitorais. Apesar das negativas das autoridades, algumas conseguiram se inscrever. Esse movimento das chilenas constituiu-se num dos pioneiros na luta pela igualdade de direitos na América Latina. Entretanto, a Lei de 1884 negou taxativamente o voto às mulheres naquele país.

Tal era o menosprezo às mulheres, consideradas seres inferiores, ou crianças, que as Constituições latino-americanas do século XIX sequer proibiam o voto feminino, pois o título de cidadão era somente dado aos homens. Quando as mulheres resolveram, então, efetivar o direito de voto, algumas Constituições sofreram mudanças para estabelecer expressamente que a mulher não podia votar.

A MULHER NA REPÚBLICA

A Primeira República (1889-1930)

Na virada do século, o Brasil já apresentava face nova: a República se implantou, o trabalho se tornou assalariado, as cidades cresceram. A burguesia ia cada vez mais enriquecendo à custa do suor e da exploração dos trabalhadores, a nascente classe operária. Esta, formada em grande parte por imigrantes sem direitos — dentre os quais os italianos —, vivendo de salários miseráveis e trabalhando em excesso, aos poucos foi se organizando e lutando por salários melhores, jornadas menores e direitos trabalhistas.

A abolição da escravidão não significou de forma alguma a libertação do povo negro. Pelo contrário, acentuou-se sua condição de marginalizado. Enquanto o desenvolvimento industrial emergente abria as portas para a mão-de-obra branca procedente da Europa, deixava aos negros os serviços piores e de mais baixa remuneração ou mesmo a condição de “desocupados”. Isso favoreceu ainda mais a ideologia contra a raça

negra. Intensificou-se a difusão de conceitos como "preto é vagabundo", "só gosta de pinga e samba", "só faz sujeira, quando não é na entrada, é na saída", "mas tem preto de alma branca, graças a Deus".

Nessa época, a mulher negra teve um papel preponderante ao garantir sozinha a sobrevivência de sua família, quando apenas ela conseguia ainda algum serviço remunerado.

A mulher operária, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores. Poucas referências encontramos quanto às trabalhadoras. Lutavam juntamente com os homens, embora suas conquistas fossem sempre menores.

Muitos foram os movimentos em que elas se destacaram.

Em 1906, os tecelões da fábrica São Bento, em Jundiaí, no Estado de São Paulo, entraram em greve por melhoria salarial. No jornal anarquista *Terra Livre* saiu um manifesto assinado por três operárias, denunciando a exploração patronal. Reivindicavam redução da jornada para oito horas e melhoria de salários. A vitória dos homens foi completa: oito horas. As mulheres ficaram com nove horas e meia.

Ainda nesse mesmo ano foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro, no qual foi aprovada a luta pela regulamentação do trabalho feminino.

Os jornais *Terra Livre* e *Novos Rumos* apelaram aos operários brasileiros para que doassem um dia de salário em prol dos que na Rússia lutavam por sua libertação. Passou-se uma lista de contribuição e a operária Matilde foi a primeira brasileira a doar 1 mil réis aos revolucionários russos, ainda em 1906.³¹

Em 1907 ocorreram greves. Os tecelões, categoria majoritariamente feminina, aderiram à greve em São Paulo. As costureiras se destacaram nesse movimento grevista. A principal

reivindicação era a jornada de oito horas. Algumas categorias obtiveram vitórias, mas não as costureiras, que ficaram com nove horas e meia de jornada diária.

Ernestina Lésina publicava em São Paulo, em 1910, o jornal *Anima Vita*, dirigido às mulheres, conclamando-as à luta em defesa dos trabalhadores; em particular, pela regulamentação do trabalho feminino.

A 10 de junho de 1917 começou a greve das operárias têxteis da fábrica Crespi, estopim da greve geral que paralisou São Paulo. Na ocasião foram presos homens e mulheres. No enterro de um operário morto pela repressão policial, uma oradora discursou. Apesar da grande repressão que se abateu sobre o movimento, este conseguiu a promulgação de uma lei que incluía a abolição do trabalho noturno da mulher e do menor.

Em 1919, 30 mil têxteis entraram em greve em São Paulo e no interior, com a participação massiva de mulheres e crianças. Reivindicavam principalmente a jornada de oito horas e a igualdade salarial entre homens e mulheres. O movimento foi reprimido com grande violência policial, principalmente contra mulheres e crianças.

Durante esse mesmo período houve um movimento pelo voto, que agrupou parcela expressiva de mulheres. Pertencentes à classe média e à classe dominante, abraçavam uma causa comum às mulheres de diversos países, pois esse direito, em toda a parte, só foi conquistado com muita mobilização. Já em 1910, Deolinda Dalho, professora, fundava o Partido Feminino Republicano, defendendo especificamente que os cargos públicos fossem abertos a todos os brasileiros, sem distinção de sexo. Em 1917, no Rio, ela promoveu uma passeata com quase 100 mulheres, pelo direito ao voto.³²

Em 1920, Maria Lacerda de Moura, professora, juntamente com a bióloga Bertha Lutz, fundaram no Rio de Janeiro a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, um grupo de estudos cuja preocupação principal era batalhar pela igualdade política das mulheres. Maria Lacerda de Moura, porém, não tinha em mente apenas essa questão; dirigiu a revista *Renascença* e pregava o pacifismo, o amor livre e a emancipação da mulher. Opunha-se ao capitalismo, ao militarismo e ao fascismo.

A década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança. A república dos coronéis não dava mais conta da ebulição social e política do país. Só no ano de 1922, tivemos a Semana da Arte Moderna, a Revolta do Forte de Copacabana e a fundação do Partido Comunista do Brasil. Com a "Semana de Arte Moderna", iniciou-se um marcante salto cultural. Os desenhos fantásticos de Anita Malfatti apareceram com um novo grafismo, distante da academia. Anita era independente, original e inventiva.³³

Nesse ano ainda, surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que vai dar mais impulso à luta da mulher pela conquista do voto. Organizada por Bertha Lutz, a federação tinha por objetivo "promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público; assegurar à mulher direitos políticos e preparação para o exercício inteligente desses direitos; estreitar os laços de amizade com os demais países americanos". Esse programa refletia as influências de entidades congêneres norte-americanas.³⁴

Dois anos mais tarde, em 1924, registra-se a ação das mulheres na Coluna Prestes, em cujas marchas e combates elas participaram. Desta vez não eram operárias nem intelectuais. Eram as vivandeiras do interior do país. Segundo os homens do comando, as mulheres indisciplinavam os soldados e por isso Prestes proibira sua inclusão nos destacamentos. De nada adiantou, pois elas seguiram a cavalo os homens da Coluna, atravessando rios e pântanos.

O comandante Siqueira as expulsou de seu destacamento e por isso elas o chamavam de "olho de gato" e "barba de arame". Faziam serviços de enfermagem e cozinhavam para os soldados. Mantinham ligações com moradores da região e colhiam informações importantes para a Coluna. Tinham filhos, que eram criados por elas mesmas. Um levavam cachorro, outras andavam de chapéu de couro e gibão. Foram severamente castigadas pelo inimigo. Albertina, em Minas das Contas, resolveu ficar para tratar do tenente Agenor Pereira de Sousa, ferido em Piancó e atacado de tuberculose. Ela era a mais bonita das vivandeiras. Os soldados inimigos chegaram à cidade. Um dos tenentes resolveu ganhar as graças de Albertina. Ela o repeliu, não se daria a um inimigo da Coluna. E esta atitude lhe custou a vida: foi degolada.

Contudo, as mulheres vivandeiras continuavam a apoiar a Coluna. Passavam fome, enfrentavam o cansaço dos pântanos, enxameados de pernilongos, muquiranas e carrapatos. Não debandavam. Carregavam os fuzis dos homens, providenciavam água para seus cantis vazios. Tia Maria, a velha Joana, a enfermeira Hermínia, Chiquinha, a gorda, "Cara de Macaca" são alguns nomes dessas mulheres que permaneceram no esquecimento.³⁵

No que diz respeito ao voto, foi feita campanha pela imprensa e buscou-se o apoio de políticos. No Rio Grande do Nor-

te, por exemplo, o presidente da Província (cargo equivalente ao governador do Estado de hoje), Juvenal Lamartine, fez passar uma lei que permitia o direito de voto às mulheres. Em 1927 registraram-se as primeiras eleitoras de lá e, em abril de 1928, 15 mulheres votaram no Rio Grande do Norte. Contudo, a nível federal, esses votos não foram reconhecidos.

O direito de voto só se tornou realidade para as mulheres depois da Revolução de 30. Esta, embora originada por uma divisão no seio das oligarquias que dominavam o Brasil, teve de reconhecer a necessidade de espaço pleiteado por setores da população antes simplesmente ignorados ou, no caso dos trabalhadores, tratados sempre como caso de polícia. Nesse contexto foi que a luta pelo voto feminino conseguiu resultado positivo, voto incorporado à Constituição brasileira de 1934, com a ajuda de Carlota Pereira de Queirós, a primeira constituinte brasileira.

Após essa vitória, a luta da mulher passou a se concentrar na questão do trabalho feminino e na proteção à maternidade e às crianças. Bertha Lutz elaborou, então, o Estatuto da Mulher, com algumas reivindicações necessárias (maior tempo de licença de gravidez, por exemplo), ao lado de outras de caráter ingênuo, como a semana inglesa para as mulheres. Propunha ainda o Estatuto mudanças jurídicas em benefício da mulher, principalmente a casada, mas não chegou a ser posto em prática.³⁶

A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1964)

A União Feminina nasceu em 1934, como parte integrante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento organizado, em 1935, sob a direção dos comunistas com o objetivo de derrubar o governo de Vargas e implantar um governo popular. Suas adeptas eram principalmente intelectuais e operárias.

Colocada na clandestinidade em 1935, teve presas todas as suas dirigentes, algumas permanecendo mais de um ano na prisão. Olga Benário Prestes, cidadã alemã, membro da União Feminina e que lutava contra o nazismo no Brasil, foi presa, deportada para a Alemanha e internada num campo de concentração, onde teve sua filha. Posteriormente, em 1942, foi assassinada pela Gestapo.

Em 1937 ocorreu, no Brasil, o golpe de Estado de Getúlio Vargas, tendo em vista sua manutenção no poder como ditador. Nessa situação a luta da mulher fundiu-se praticamente com a de todo o povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia.

Durante a Segunda Guerra Mundial as mulheres participaram da luta em favor da democracia, contra o nazi-fascismo, e para pressionar a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados. Com a Liga de Defesa Nacional, as mulheres organizaram campanhas para doar agasalhos aos pracinhas e cursos para formação de enfermeiras.³⁷

O pós-guerra

Em 1945, com o fim da guerra, surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, num esforço para as mulheres participarem de fato da consolidação da democracia e da conquista da igualdade de direitos em termos profissionais, administrativos, culturais e políticos. Desenvolveu-se também a luta pela anistia, e se fundou a Associação de Donas-de-Casa contra a Carestia. Esses movimentos não repercutiram, entretanto, na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1946, e que não contou com a participação de nenhuma mulher.

A Associação Feminina do Distrito Federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, se espalhou por aproximadamente 30 bairros. As lutas dessa entidade eram contra o despejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela vida, pela defesa da infância, pela paz.³⁸

Enquanto a Constituição de 1934 não admitia a discriminação por sexo, a de 1946 não tratou da questão. Mas condenou o preconceito racial.

Grande polêmica foi travada em torno da definição do casamento como monogâmico e indissolúvel, para evitar qualquer possibilidade posterior de liberar o divórcio. Completa-

da a legislação reacionária, não foram reconhecidos os direitos do filho adulterino.

Não concederam ao analfabeto o direito de voto, o que excluiu do direito de escolher os governantes, e, mais ainda, de serem eleitas, mais de 10 milhões de mulheres, que eram analfabetas.³⁹

O ano de 1947 marca a criação do jornal *Momento Feminino*, editado por Arcelina Mochel, no Rio de Janeiro, e que existiu por aproximadamente dez anos, com uma boa aceitação entre as mulheres, chegando a ter representantes em 16 estados. Em maio de 1947 é criada também a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), cuja primeira presidente foi Alice Tibiriçá, batalhadora do direito do voto e da defesa do nosso petróleo. A FMB se propunha impulsionar a ação das mulheres e debater questões de seu interesse, seus direitos, a proteção à infância e a paz mundial.⁴⁰

Essas organizações surgiram sob a influência do PCB, que desenvolvia um trabalho de massas que "consistia fundamentalmente em mobilizar milhares de mulheres para as campanhas contra a carestia de vida, ora adquirindo gêneros e tecidos populares para revenda às associadas, ora desmascarando os sonegadores dos produtos de primeira necessidade".⁴¹

A partir de então, passou-se a comemorar com festas e programações especiais o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e o Dia das Mães.⁴²

A greve dos ferroviários de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, em 1948, foi iniciada pelas mulheres que, deitadas sobre os trilhos, impediram a circulação dos trens.

Em 1951 foi organizado o I Congresso da FMB, com 231 delegadas de todos os estados, sendo 146 donas-de-casa e as demais operárias, funcionárias públicas, professoras, profissionais liberais, estudantes e camponesas.

Em 1952 realizou-se a 1ª Assembléia Nacional de Mulheres, com representantes de nove estados, pela defesa dos direitos da mulher (especialmente da mulher trabalhadora) e da infância e pela paz mundial. A instalação da assembléia foi presidida por Nuta Bartof James, grande defensora dos direitos da mulher e das liberdades democráticas. Nessa assembléia se alertou para o perigo do envio de jovens brasileiros para lutar na Guerra da Coréia, o que acabou levando à prisão, por três anos, Elisa Branco, que levantara uma faixa durante as comemorações do 7 de Setembro com os dizeres: "Nossos filhos não irão para a Coréia".⁴³ E nesse mesmo ano realizou-se, em Porto Alegre, a 2ª Assembléia Nacional de Mulheres com a presença de representantes de 18 estados.

No ano seguinte, 1953, na cidade de São Paulo, houve uma manifestação contra a carestia de vida, dirigida pelas mulheres.

Em 1956, foi realizada no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de maio, a Conferência Nacional de Trabalhadoras.

O governo Juscelino Kubtschek — JK —, tido como democrático, suspendeu o funcionamento das organizações femininas.⁴⁴

Contudo, as mulheres continuaram se organizando e, em 1960, foi fundada a Liga Feminina do Estado da Guanabara, que, além de cursos (corte e costura, enfermagem etc.), promovia palestras e liderou campanhas contra o alto custo de vida, chegando a organizar um abaixo-assinado com 100 mil assinaturas.

As lutas desenvolvidas pelas mulheres nesse período passavam, como vimos, por problemas concretos, como o enfrentamento do problema da carestia, ou às vezes por questões mais localizadas, como falta de água ou despejo. A defesa da infância e da maternidade, e o desenvolvimento do ensino e de creches também eram constantes. No que diz respeito às ques-

tões políticas mais gerais, as mulheres se destacaram na luta pela anistia, pela democracia, pela defesa de nossas riquezas, sempre ameaçadas pela expansão do imperialismo, e em prol da paz mundial, tendo até mesmo se realizado em 1954 uma conferência sobre os direitos da mulher na América Latina.

Temos de lembrar mulheres como Angelina Gonçalves, operária comunista assassinada no 1º de Maio de 1950, no Rio Grande do Sul, e Zélia Magalhães, também comunista, assassinada no Rio de Janeiro em 1949, em um comício contra a Lei de Segurança Nacional. As mulheres trabalhadoras reivindicavam a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizavam campanhas pela sindicalização da mulher e para que elas participassem também nas direções dos sindicatos. Em 1963 realizou-se o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora. Foi defendido salário igual para trabalho igual e seu temário tratava, entre outras coisas, da aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas a favor da mulher.

Quanto aos problemas mais específicos, lutava-se contra as discriminações em relação à mulher e pelos seus direitos, em especial pela reforma no Código Civil, propondo-se então a anulação dos artigos discriminatórios à mulher casada.

Questões relativas à libertação da mulher, como autonomia, controle da fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas.

Com o Golpe de 64 essas associações femininas praticamente desapareceram, voltando a tomar impulso a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher.



A TERCEIRA REPÚBLICA E O GOLPE (1964-1985)

As mulheres e o golpe

Entre 1960 e 1964, eclodiu no Brasil um vigoroso movimento de massas, que incorporou expressivas parcelas dos diferentes segmentos sociais.

Com o desenvolvimento industrial a partir de 1930, a classe operária cresceu, concentrando-se mais na região Centro-Sul. Ao levantar suas reivindicações econômicas, foi simultaneamente aprendendo a travar lutas políticas.

A industrialização, no entanto, provocou também o agravamento das contradições econômicas e sociais existentes no meio rural. Os camponeses intensificaram suas manifestações a favor da reforma agrária, avolumando conflitos entre latifundiários e posseiros.

Estudantes e intelectuais discutiam exaustivamente os temas "Imperialismo" e "Questão Agrária", propondo soluções que

apontavam para as necessárias transformações sociais, econômicas e políticas.

No dia 13 de março de 1964, João Goulart anunciou a decisão de levar adiante as reformas — inclusive a reforma agrária — no histórico comício realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com a participação de milhares de pessoas.

Na ocasião, ele apelou ao povo brasileiro para que se mantivesse alerta quanto à "reação das forças conservadoras",⁴⁵ que tudo fariam para impedir o avanço das reformas. A partir desse momento, os conspiradores golpistas aceleraram seu trabalho para derrubar João Goulart. Passaram a ter necessidade urgente de mobilizar as bases sociais que deveriam dar sustentação política e "legitimação" às suas ações golpistas contra a democracia vigente. Precisavam de demonstrações de massa e, para isso, lançaram mão das mulheres. Milhares delas foram utilizadas para saírem às ruas, em defesa das forças de direita, engrossando a Marcha com Deus pela Família e a Liberdade. Quinhentas mil "marchadeiras" em São Paulo, 200 mil em Minas e assim por diante.

As entidades que encabeçavam o movimento tinham começado a surgir em meados de 1962: União Cívica Feminina, Movimento da Arregimentação Feminina, conhecido pela sigla MAF, e Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e outras mais. Suas lideranças estavam bem conscientes do que pretendiam: acabar com a "ameaça comunista" e contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular.

Mas a grande massa feminina que, de fato, engrossou essa campanha, se compunha de empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras. Acompanhavam essas lideranças por princípios religiosos e iludidas de que, assim, poderiam salvar o Brasil. Foram, na verdade, manipuladas pelas forças políticas de direita.

Como as mulheres progressistas não estavam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa das conquistas populares e também dos seus próprios direitos, as forças conservadoras e reacionárias não encontraram dificuldades nessa manipulação.

As entidades femininas reacionárias se articulam de maneira vigorosa. Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, fundadora e presidente da Camde em depoimento dado mais tarde⁴⁶ esclarece de maneira bastante objetiva como e com que finalidades formou sua entidade:

“Sou neta, sobrinha e irmã de general.” (...) “Aqui nesta casa foi fundada a Camde. Meu irmão, Antônio Mendonça Molina, vinha trabalhando há muito tempo no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia o vigário disse assim: ‘Mas a coisa está preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem, nós estamos perdidos. A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva, enquanto o homem é objetivo’.”

E assim vai contando Amélia a história do começo da caminhada das “marchadeiras”, que deu respaldo popular à derubada de um governo legitimamente eleito e desencadeou toda uma história de sangue, repressão e violência, com amargas derrotas para a nação brasileira.

Consolidando o processo golpista, os militares ascenderam ao poder, enquanto essas mulheres, que se movimentaram euforicamente contra o comunismo e a subversão, foram sendo relegadas cada vez mais a um plano secundário.

1964 — o ano do golpe militar

A instauração da ditadura militar, em abril de 1964, acarretou radical mudança na política. A repressão atingiu as forças populares organizadas, sobretudo sindicalistas e camponeses. Mas também professores, advogados, jornalistas e estudantes.

Presídios foram inaugurados para colocar os que se opunham à “Revolução de 64”. Alguns tantos intelectuais, cientistas e membros do governo deposto tomaram imediatamente o caminho do exílio; foram acolhidos nas embaixadas latino-americanas, particularmente do Chile ou de países europeus. Enquanto muitos outros passaram a viver na clandestinidade.

A Editora Vozes publicou em 1988 um livro⁴⁷ em que procurou fazer um levantamento das pessoas atingidas pela repressão política. Baseou-se apenas em dados de processos movidos contra presos políticos. Concluiu que, de 7.367 pessoas denunciadas, 88% eram homens e 12% mulheres.

A maior parte dessas pessoas foi processada por participar de atividades clandestinas em organizações partidárias. Logo depois do golpe, todos os partidos políticos tiveram seus registros cassados pelos militares, sendo substituídos por duas agremiações partidárias, institucionalizadas pelo próprio regime militar: Arena e MDB.

Sem suas lideranças, a grande maioria do povo tinha ficado perplexa. Mas algumas organizações de esquerda rapidamente se reestruturaram para fazer um trabalho de resistência e luta contra a autoridade militar, que manipulava e controlava todos os setores da vida nacional. Todo cidadão era considerado, antes de tudo, um suspeito, um subversivo em potencial. A impunidade dos militares e policiais executores das ações repressivas possibilita a atuação contínua e intensa, com a

elaboração de decretos e outras iniciativas contra todo e qualquer ideal democrático.

Concomitantemente a essa situação política, crescia de forma acelerada o desenvolvimento capitalista, multiplicando-se as indústrias. Transfere-se, de maneira abrupta e violenta, um grande contingente rural para os centros urbanos.

A reforma agrária processou-se ao contrário: concentraram-se cada vez mais os latifúndios. Se até o Golpe de 64 dois terços da população brasileira viviam na área rural, poucos anos depois essa situação se inverte. O operariado, submetido ao arrocho salarial, aos acidentes de trabalho, cada vez mais numerosos, e às péssimas condições de vida, contribuiu de maneira fantástica para a expansão capitalista. O Brasil se tornou a oitava potência industrial do mundo.⁴⁸

As capitais regionais passaram a ser grandes centros urbanos, sem a infra-estrutura adequada a receber a grande massa originária do campo que procurou as cidades para garantir a sobrevivência. Cresceram as periferias e subúrbios, favelas e cortiços. Um número enorme de crianças abandonadas e a violência nas ruas passaram a ser o cotidiano brasileiro.

As escolas, voltadas prioritariamente para o ensino técnico, deveriam receber estudantes para transformá-los, rapidamente, em mão-de-obra especializada para o mercado industrial em expansão.

Mesmo assim continuaram analfabetos milhões de brasileiros. O índice de mortalidade infantil cresceu de maneira assustadora. Contrariamente a outras décadas, quando as crianças morriam mais no interior e no Nordeste brasileiros, esses índices passaram a ser maiores nos grandes centros urbanos, inclusive São Paulo.⁴⁹

As mulheres foram as primeiras a entrar em cena. Algumas saíram à procura de parentes presos ou desaparecidos polí-

ticos, filhos, irmãos ou maridos, companheiros ou namorados. Outras tantas participaram das organizações clandestinas, dispostas a lutar ombro a ombro com os homens pela libertação do país. Mas o grande contingente saiu em busca do mercado de trabalho, que absorvia, de maneira expressiva, a mão-de-obra feminina. Dócil, submissa, sem reclamar dos salários menores que os de seus colegas homens, a mulher foi exercendo as tarefas mais monótonas e repetitivas. Obediente às novas orientações que exigem mais destreza e produtividade, ela foi amplamente incorporada aos serviços das empresas.

Se em 1950, a proporção de trabalhadoras mulheres era de 13,5%, em 1970 quase dobra esse número (20,8%), e seis anos mais tarde (1976) a porcentagem de mulheres economicamente ativas atinge 28,8%. Em 1985, chegou a quase 37%, ou seja, triplicou em apenas 15 anos. Apesar de ainda representar cerca da metade dos homens inseridos no mercado de trabalho, o crescimento relativo das trabalhadoras foi muito superior ao do sexo oposto.

Mas as empresas até hoje não oferecem os equipamentos sociais necessários para que as mulheres possam se desvencilhar das tarefas domésticas. São obrigadas a assumir a dupla jornada de trabalho, em casa e fora.

Conciliar o papel de trabalhadoras fora de casa com a maternidade torna-se um verdadeiro malabarismo. Para começar, o empresariado não admite a mulher grávida. Se engravida já trabalhando, ou é demitida quando tiver o filho ou não terá onde deixá-lo.

Segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), legislação de 1943,⁵⁰ as empresas que empreguem mais de 30 mulheres com idade acima de 16 anos são obrigadas a manter um local apropriado para guardar os filhos de suas empregadas, no período da amamentação. Essa lei já não funcionava

antes de 1964, e muito menos foi aplicada depois, com os sindicatos sob intervenção e muitos políticos com seus direitos cassados. O número de trabalhadoras varia, mas a ausência de equipamentos sociais permanece. É interessante observar que o documento do PCB sobre uma política para as massas femininas, datado de março de 1955, ao descrever as condições de trabalho da mulher daquela época, o faz como se o fosse em relação aos tempos de hoje: "É comum os patrões não contratarem mulheres casadas, como acontece nas fábricas metalúrgicas do Distrito Federal. Em muitas fábricas têxteis, onde são aceitas mulheres casadas, despedem-se operárias por se acharem grávidas. Os patrões burlam, assim, as leis de proteção à maternidade (...)." ⁵¹

"(...) raríssimas são as creches nas empresas."

Com a crescente migração, a maioria dessas mulheres encontra-se distante de seus parentes mais próximos e vive nas grandes cidades sem esse apoio familiar, o que provoca o aumento do número de crianças abandonadas.

Com o desenvolvimento industrial e tecnológico, e a ampliação do mercado de trabalho, é normal o ingresso massivo das mulheres nas escolas, igualando-se aos homens, sem contudo serem favorecidas profissionalmente.

A maioria delas é incorporada nas carreiras ditas femininas. Quando passam a ocupar espaços anteriormente reservados aos homens, ocorre um acentuado rebaixamento salarial para ambos os sexos. ⁵²

Assim estão as mulheres no período considerado o "auge do milagre econômico". O Brasil sagrava-se tricampeão mundial do futebol, em 1970, enquanto a classe média exibia em

seus carros os adesivos "Brasil, ame-o ou deixe-o". Mas a insatisfação popular podia ser medida pelos votos nulos ou em branco. Em 15 de novembro de 1970, nas eleições para a Câmara dos Deputados, 30% dos eleitores anularam o voto e 21% o canalizaram para a sigla oposicionista, MDB. Sob a forte repressão política, crescia, na clandestinidade, a luta de resistência. ⁵³



1968 — CERTEZA: HISTÓRIA E FLORES

Os acontecimentos que abalaram a França nos idos de 1968 — a famosa revolução cultural-sexual — espalharam-se pelo mundo inteiro, pondo em ação todas as forças democráticas até então obrigadas ao silêncio. Suas vagas chegaram também ao Brasil, marcando um ano que explodiu em rebeldias por toda a parte. Passeatas de protesto começavam nas universidades e terminavam nas ruas com barricadas, bombas molotov e bandeiras americanas incendiadas. Evidentemente muitos jovens tombaram nessas lutas. Cada país teve seus mártires.

No Rio de Janeiro, 100 mil brasileiros protestaram durante o enterro de um rapaz de 16 anos — Edson Luís —, assassinado pelos policiais no Calabouço, restaurante dos estudantes. O fato deu origem a uma espécie de fogueira que se alastrou por todo o país, fazendo eclodir centenas de manifestações estudantis de rua. Em meio às manifestações, os assassinatos. Foi então que muitas mães se uniram para a defesa de seus filhos,

criando a União Brasileira de Mães. Chegaram mesmo a participar de passeatas, para impedir a violência contra eles.

Essa entidade teve sua sede provisória no Convento dos Dominicanos do Leme (Rio de Janeiro), com mais de 500 mães filiadas.⁵⁴

Acontecia a guerra dos Estados Unidos — a maior potência mundial — contra o Vietnã, ceifando vidas e vidas de jovens americanos, orientados para liquidar com todo um povo. Os desnutridos “vietcongs” enfrentavam corajosamente os possantes Phantoms e seus ocupantes — os soldados americanos.

Durante o ano de 1968, parcelas da sociedade, ao se rebelarem contra a ação imperialista e genocida, invocaram ideais libertários e igualitários. Começaram a desvendar as discriminações que procuram transformar as mulheres, os jovens e os negros numa massa informe sem expressão cultural e política. Emergiram movimentos feministas e de negros, principalmente norte-americanos, contra as ideologias patriarcal, machista e racista.

No Brasil, os operários se manifestaram nas greves de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, no Estado de São Paulo. Os protestos foram violentamente reprimidos. Os líderes operários foram presos. O mesmo destino tiveram os quase mil estudantes que participavam do Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (interior paulista).

O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas foram fechados por mais uma ação arbitrária dos militares — o Ato Institucional nº 5 (AI-5). A censura se intensificou e foi abolido o *habeas corpus* para os detidos por infração à Lei de Segurança Nacional. Foram cassados o mandato e os direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves.⁵⁵

Trabalhadores, intelectuais e estudantes perseguidos procuraram criar novas formas de luta. Alguns seguiram para o exílio. As organizações de esquerda, na sua maioria, desencadearam a luta armada, no campo ou nas cidades.

Ainda nesse período (1964 a 70), duas mulheres se destacaram junto à opinião pública brasileira. Carmem da Silva, que escrevia na revista *Cláudia* artigos especialmente dirigidos ao público feminino. E Betty Friedan, feminista americana, que ao visitar o Brasil para lançar seu livro *A Mística Feminina*, no final da década de 60, provocou intensas polêmicas nos meios de comunicação. Carmem da Silva, ao abordar nos seus artigos problemas do cotidiano da mulher da classe média, questionava o comportamento tradicional da mulher: "Deve a recém-casada trabalhar?", "Trabalhar para não ser bibelô", "A conquista de um lugar ao sol", "Independência" e "Amor" eram temas por ela abordados em textos que procuravam orientar as mulheres em direção à autonomia.

A LUTA ARMADA: UM APRENDIZADO PARA A MULHER

A luta pela libertação da mulher não deveria em nenhum momento ser desvinculada da busca de soluções dos problemas mais gerais da sociedade. Mas em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propõem a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo.

Essa negligência em relação à mulher fica mais visível nos momentos mais significativos de nossa história. Por exemplo, às vésperas do Golpe de 64, as mulheres em todo o país encontravam-se desorganizadas, o que iria facilitar em muito o trabalho das chamadas "marchadeiras" antes e depois do golpe.

Decretado o Ato Institucional nº 5, fecharam-se todas as vias políticas legais. Dia a dia, a repressão política demonstrava o quanto era impossível concretizar eficazmente, dentro da legalidade, qualquer iniciativa de protesto, por mais tímido que

fosse. Nem mesmo a oposição mais servil era consentida. Como forma de sobrevivência política, restou para os militantes de esquerda, cada vez mais acuados, a resistência armada aos desmandos e arbitrariedades.

As mulheres foram incorporadas às organizações de esquerda, tanto no campo como nas cidades. Mas essas organizações relutaram em absorver a mulher militante de maneira mais adequada ao papel que ela já vinha desempenhando nas diversas áreas da vida social e econômica, talvez por considerarem que as ações guerreiras só diziam respeito aos homens. Não existe um levantamento real do número de militantes dessas organizações armadas. Muito menos do número de mulheres que se integravam a esses movimentos. Tentamos fazer uma estimativa pelo levantamento de mortes e desaparecimentos políticos, registrados pelo Comitê Brasileiro de Anistia. De um universo de 340 nomes, 40 são de mulheres, ou seja, 11,7%. Esse índice coincide com o apresentado no livro *Perfil dos Atingidos*, que calcula 12% de mulheres. Os poucos estudos de autores de esquerda não se referem à participação das mulheres. Jacob Gorder, que buscou traçar a trajetória das esquerdas, menciona apenas quatro mulheres no livro *Combate nas Trevas*.

A falta de compreensão da importância da participação da mulher na transformação da sociedade talvez tenha sido o fator determinante. O relacionamento distante dessas organizações com os vários segmentos sociais, devido ao constante esquema repressivo e mesmo ao comportamento dogmático delas, impedia que enxergassem a ampliação das atividades femininas. De fato, as mudanças sociais eram pouco percebidas por essas organizações, que atuavam influenciadas por idéias conservadoras, particularmente a respeito das mulheres. Ao distanciar-se da família e das formas de relacionamento entre as pessoas, particularmente entre o homem e a mulher, essas

organizações desconsideraram a aquisição acelerada de novos hábitos e costumes, resultado das transformações econômicas numa época em que a mulher devia ter uma nova atuação: na chefia da família, na competição no mercado de trabalho e em vista da redução do seu índice de fertilidade.

No entanto, as propostas políticas dessas organizações eram justas quanto ao combate à ditadura militar e ao capitalismo. Cada vez mais as mulheres eram atraídas para a participação política — assunto proibido a homens e mulheres. Sensíveis às propostas dos partidos políticos clandestinos, muitas mulheres entraram nessas organizações, embora seus militantes fossem em sua maioria homens. Muitos homens e mulheres sobreviveram às torturas e à repressão, sem contudo perder sua integridade ética e política. Outros não conseguiram superar as seqüelas daqueles tempos. A constante dos relatos históricos, no entanto, tem sido a omissão ou a diluição da presença feminina. Procuo exercer aqui a prática feminista de ressaltar o papel da mulher em todos os momentos históricos.

Aquelas que se dedicaram à luta pela libertação do povo mostraram mais uma vez que a mulher brasileira não deixou por menos: foi rebelde à tirania e enfrentou o inimigo cara a cara. Destaco a seguir os nomes das que foram mortas ou ainda se encontram na lista das desaparecidas políticas:

Maria Ângela Ribeiro — *Morta a tiros pela polícia carioca em 21/6/1968, quando da repressão às manifestações de rua realizadas nesse dia.*

Alceri Maria Gomes da Silva — *Operária metalúrgica, 27 anos, assassinada no dia 10/5/1970. Sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança paulista e Alceri metralhada sumariamente, juntamente com outro militante, Antônio dos Três Reis de Oliveira.*

Marilene Vilas-Boas Pinto — *Ferida e presa no tiroteio do dia 3/4/1971. Marilene, mesmo ferida e sem receber cuidados*

médicos, foi conduzida às câmaras de tortura do DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações e Informação/ Centro de Operações e Defesa Interna — RJ), e assassinada algumas horas depois.

Yara Yavelberg — Psicóloga e professora universitária, suicidou-se em 20/8/1971, com 29 anos, em Salvador, ao resistir à prisão.

Ana Maria Nacinovic Correia — Fuzilada no dia 14/6/1972, numa emboscada montada em torno do Restaurante Varela, na Mooca, em São Paulo, juntamente com outros dois militantes. Tinha 24 anos.

Aurora Maria do Nascimento Furtado — Estudante de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Responsável pela imprensa da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Presa no dia 9/11/1972, em Parada de Lucas, na cidade do Rio de Janeiro, foi levada para a Invernada de Olaria. Barbaramente torturada, morreu no dia 10/11/1972.

Gastone Lúcia Beltrão — Fuzilada no dia 12/1/1972, na avenida Lins de Vasconcelos, Cambuci, na cidade de São Paulo, pela equipe do delegado Fleury, aos 21 anos.

Ligia Maria Salgado Nóbrega — Estudante de Pedagogia da USP, metralhada no dia 29/3/1972, quando a casa em que se encontrava foi invadida por agentes do DOI/CODI-RJ.

Lourdes Maria Wanderley Pontes — Morta sob tortura no dia 29/12/1972, após ter sido presa em sua casa. O assassinato ocorreu nas dependências do DOI/CODI-RJ.

Maria Regina Lobo Leite Figueiredo — Ex-integrante da Juventude Universitária Católica e formada em filosofia pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro. Ferida no dia 29/3/1972, quando da invasão de sua casa por agentes do DOI/CODI-RJ, foi morta sob tortura.

Anatália de Souza Alves de Melo — Presa no dia 13/1/1973 e violentamente torturada no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de Recife. Para fugir às torturas, suicidou-se no banheiro, ateando fogo ao próprio corpo.

Ranússia Alves Rodrigues — Assassinada em 28/10/1973, juntamente com três companheiros. Presos em circunstâncias não esclarecidas, foram colocados num carro na praça Sentinela, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, que foi incendiado por agentes do DOI/CODI-RJ. Tinha 25 anos.

Soledad Barret Viedma — Grávida de sete meses, foi assassinada sob tortura no massacre ocorrido em 7/1/1973, na Chácara São Bento, no município pernambucano de Paulista, pela equipe do delegado Fleury. Tinha 25 anos.

Sônia Maria Lopes Moraes — Assassinada no dia 30/11/1973, com 28 anos. Foi presa e torturada, juntamente com outro militante, nas dependências da Oban-SP (Operação Bandeirantes-SP).

Lyda Monteiro da Silva — Secretária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assassinada no Rio de Janeiro em 27/8/1980, num atentado terrorista feito por agentes do Exército.

Margarida Maria Alves — Trabalhadora rural, rendeira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Foi assassinada por um jagunço a mando de latifundiários, em 12/8/1980.

Catarina Abi-Eçab — Morta em novembro de 1968, próximo a Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, quando o carro em que viajava explodiu, devido à detonação de explosivos que transportava.

Carmem Jacomini — Participou da Guerrilha do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. Exilou-se no Chile e depois foi para a França. Faleceu em fins de abril de 1977, em condições não esclarecidas, na França.

Maria Auxiliadora Lara Barcellos — Presa em 21/11/1969, juntamente com seu companheiro Chael, foi torturada e testemunhou a morte de seu companheiro. Suicidou-se na Alemanha, onde se encontrava exilada, em 1/5/1976.

Teresinha Viana de Jesus — Economista e funcionária da Caixa Econômica Federal, exilou-se na Holanda e passou a trabalhar na prefeitura de Amsterdã. Suicidou-se em 2/2/1978.

Ana Rosa Kucinsky Silva — Foi presa em São Paulo juntamente com seu marido no dia 22/4/1974 e "desapareceram".

Áurea Pereira Valadão — Estudante do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhando na região do Araguaia, como professora, participou do movimento guerrilheiro, juntamente com seu marido. Teria sido presa em Marabá, no Estado do Pará, em 1973, "desaparecendo" desde então.

Dinaelsa Soares Santana Coqueiro — Estudante de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Desaparecida desde 25/12/1973, na Guerrilha do Araguaia.

Dinalva Oliveira Teixeira — Formada em geologia, era funcionária do Ministério das Minas e Energia, no Rio de Janeiro. No Araguaia desde 1970, desapareceu em 23/12/1973, gravemente enferma de malária, quando seu grupo foi atacado pelo Exército.

Eleni Telles Pereira Guariba — Professora universitária, diretora do Grupo de Teatro da Cidade, em Santo André, no Estado de São Paulo. Presa no Rio, em 12/7/1971, por agentes do DOI/CODI-RJ e, desde então, "desaparecida".

Helenira Rezende de Souza Nazareth — Estudante de filosofia e letras da USP, presidente do centro acadêmico em 1968 e dirigente da União Nacional de Estudantes em 1969-70. Presa e torturada pela equipe do delegado Fleury, é libertada em 1971. Morta a golpes de baioneta em 29/9/1972, na região do Araguaia. O Exército não assumiu a morte nem entregou seus restos mortais aos familiares.

Jeda Santos Delgado — Advogada, funcionária do Departamento Nacional de Produção Mineral no Rio de Janeiro. Presa em São Paulo no dia 11/4/1974 e, desde então, "desaparecida".

Isis Dias de Oliveira — Estudante de ciências sociais da USP. Com 30 anos, foi presa em 30/1/1972, pelo Exército, no Rio de Janeiro. Em 13/4/1972 estava sob custódia da Marinha, incommunicável, ao que parece na ilha das Flores, não tendo mais havido notícias suas e de outro militante que fora preso com ela.

Jana Moroni Barroso — Estudante de biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro até 1971, foi em abril para o Araguaia. Desaparecida desde 1974, após ataque das Forças Armadas.

Lúcia Maria de Souza — Estudante de medicina no Rio de Janeiro e estagiária do Hospital Pedro Ernesto até 1970. Foi ferida e presa em combate na região do Araguaia, sendo morta em 24/10/1973.

Luíza Augusta Garlippe — Até 1969, trabalhava como enfermeira no Hospital das Clínicas de São Paulo. Desaparecida na Guerrilha do Araguaia desde 25/12/1973.

Maria Augusta Thomaz — Estudante do Instituto Sedes Sapientiae da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Morta em maio de 1973, num sítio entre as cidades de Rio Verde e Jataí, em Goiás, por agentes do DOI/CODI-SP.

Maria Célia Correa — Estudante de ciências sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro. Presa no início de janeiro de 1974, no Araguaia, foi levada para Xambioá, no Pará, viva e sem ferimentos. "Desaparecida" desde então.

Maria Lúcia Petit da Silva — Professora primária em São Paulo. Morta a tiros na primeira campanha de cerco e aniquilamento no Araguaia, realizada entre abril e junho de 1972. Tinha 22 anos.

Suely Yomiko Kanayama — *Professora e estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP até 1970. Ferida em combate na Guerrilha do Araguaia, foi metralhada a seguir, no início de 1974.*

Telma Regina Cordeiro Correia — *Estudante de geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de onde foi excluída, em 1968, pelo Decreto-lei 477. "Desaparecida" na região do Araguaia desde 1974.*

Walquíria Afonso Costa — *Estudante da Faculdade de Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. No Araguaia desde 1971, foi aprisionada e morta sob tortura em 1974.*

Maria Regina Marcondes Pinto — *Seqüestrada pela Polícia Federal em Buenos Aires, em abril de 1976.*

Nilda Carvalho Cunha e sua mãe — *Estudante secundarista. Presa em 20/8/1971 por agentes do DOI/CODI. Solta em 1º/11/1971, profundamente debilitada pelas torturas. Morre em 14/11/1971, provavelmente por envenenamento durante a prisão. Sua mãe, desesperada, passou a fazer denúncias e protestos em praça pública e, certo dia, apareceu inexplicavelmente enforcada. Em Salvador, Bahia.*

Miriam Lopes Verbena — *Morta no dia 8/3/1972, perto de Caruaru, Pernambuco, por agentes da Polícia Federal.*

Jane Vanine — *morta pela polícia chilena, em Santiago, em 4/12/1974.*

Na guerrilha também se aprende o feminismo

Ao participar da luta armada de 1969 até 1974, as mulheres puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção, como pela subestimação de sua capacidade física e intelectual. Quando caíram

nas mãos do inimigo, enfrentaram a tortura e seus algozes aproveitaram-se delas para a prática da violência sexual.

Dessa vez as mulheres não precisavam vestir-se como homens para ir à guerra, como fez Maria Quitéria em outros tempos. Mas os comandantes esperavam que as guerrilheiras se comportassem como homens.

Criméia Almeida (ex-guerrilheira da região do Araguaia, hoje com 46 anos) afirma que a expectativa do comando guerrilheiro era de que a mulher tivesse "a mesma força física, os mesmos costumes e a mesma frieza para lidar com as emoções e duvidavam de nossa capacidade para desempenhar as tarefas militares".

Mas houve também homens guerrilheiros que perceberam que era preciso mudar sua atitude. Quando a morte de companheiros passou a fazer parte de seu cotidiano, os guerrilheiros se sentiram frágeis. A necessidade de extravasar a emoção da perda e da tristeza se impôs em muitas ocasiões.

Algumas guerrilheiras tentaram se aproximar do modelo masculino. Acreditavam que dessa forma seu desempenho seria melhor nas ações militares. Mas houve aquelas que aprenderam que deviam afirmar a diferença e buscar novas formas de vida e de fazer política.

Nas estratégias militares, coube às mulheres executar as tarefas de observação, levantamento de informações e preparação do apoio logístico. Mas o comando ficou a cargo dos homens. Só excepcionalmente ele coube a uma ou outra mulher.

Os homens entraram para os movimentos guerrilheiros com algum conhecimento prévio de estratégias militares e outras atividades similares. "(...) e nós mulheres experimentávamos pela primeira vez as ações militares", relata a guerrilheira do Araguaia.

A inclusão de mulheres na luta armada foi resultado da exigência das próprias mulheres que, já naquela ocasião, trava-

vam intensos debates sobre o seu ingresso nessas organizações de esquerda. Mas o modelo masculino era considerado o ideal para a guerra e, por isso, os dirigentes não se dispunham a perder tempo em discutir a questão da mulher.

O amor e a maternidade eram vistos como *peias* que enfraqueciam os guerrilheiros. O ideal era a abstinência sexual. Como na prática isso era inviável, buscou-se negar a sexualidade, particularmente da mulher guerrilheira. Criméia afirma que não presenciou em sua militância nenhum comportamento homossexual, nem masculino, nem feminino. "(...) Mas como não se tratava desses assuntos, não posso afirmar que não haja existido (...)", conclui.

Tudo isso ocorria num clima de intensa afetividade entre os guerrilheiros, que viviam na selva, em condições extremamente difíceis, na clandestinidade e sob a presença constante do perigo da morte.

Quando Criméia foi presa, estava grávida de sete meses. Ela denuncia "que a violência sexual esteve sempre presente na nudez durante os interrogatórios, nos choques elétricos na barriga e seios e no que cada um dos torturadores achava de 'melhor' ou 'pior' no meu corpo; e todos foram unânimes em achar 'terrivelmente feio' um corpo de mulher grávida. Nessas condições, a mulher pode dar uma resposta inesperada — à ameaça de morte, podemos responder com uma nova vida".

A guerrilha urbana também contou com a participação da mulher. Suzana Lisboa, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) na década de 70, considera que "(...) era vantajosa, do ponto de vista do desempenho da organização, a integração de mulheres na luta armada". Ela afirma que numa "sociedade machista em que a mulher não era reconhecida e considerada, o próprio regime militar não a via, de imediato, como uma possível adversária na guerra. De início, os militares

estavam preparados para combater guerrilheiros barbudos e armados, mas não mulheres, jovens, que pudessem sair facilmente de uma ação militar e se confundir na multidão com outras milhares de brasileiras que freqüentavam as ruas e logradouros públicos (...)"

A mulher tinha mais facilidade de obter documentos falsos. Não precisava de atestado de reservista. E, com isso, tornava-se mais fácil conseguir um emprego e manter uma "fachada legal".

Suzana conclui: "Eu mesma usava uma minissaia e os homens da repressão olhavam muito mais para as minhas coxas do que para minha barriga, onde as armas estavam escondidas".

As mulheres que trabalhavam nos organismos de repressão política também eram usadas, como no caso das organizações de esquerda, para preparar emboscadas nas atividades externas, integradas nas "equipes de busca". Era comum usar um "casal de namorados" para espionar, perseguir e prender militantes da esquerda. As equipes responsáveis pelos interrogatórios eram formadas exclusivamente de homens. Eles não confiavam na capacidade das mulheres de exercer a violência até as últimas conseqüências.



AS MULHERES DA PERIFERIA EM SÃO PAULO

“Com a intensificação do crescimento industrial o número de trabalhadores aumentou rapidamente. Para as empresas, o importante era contar com uma força de trabalho abundante e barata, que permitisse produção de um excedente elevado. A aceleração do fluxo migratório iria permitir a formação de um excedente de força de trabalho na cidade, tornando desnecessária a fixação do trabalhador na empresa. Por outro lado, o crescimento da população trabalhadora intensificou a pressão sobre a oferta de habitações populares. Ao mesmo tempo, valorizam-se os terrenos, tanto fabris como residenciais, tornando-se inconveniente para as empresas a construção de vilas operárias.

“As empresas transferiram assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) e os de transporte para o próprio trabalhador e os custos dos serviços urbanos básicos, quando existentes, para o âmbito do Esta-

*do. Deste momento em diante, as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário. Surge no cenário urbano o que será designado ‘periferia’ ”.*⁵⁶

A partir dos primeiros anos da década de 70, mulheres da periferia, principalmente em São Paulo, não se resignaram mais a ficar silenciosas diante da situação. Grupos de mães e donas-de-casa, organizadas em clubes de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, começaram a se movimentar, por meio de abaixo-assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros, para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los. Suas primeiras preocupações foram manifestadas em cartas públicas, lidas primeiramente em algumas paróquias, durante as missas de domingo. Falavam do custo de vida, dos baixos salários e da creche. Esses grupos de mães chegaram a ir até algumas autoridades para exigir as soluções necessárias. Foram mal recebidas e muitas vezes policiais “infiltrados” passaram a rondar os bairros onde elas moravam. Todo cuidado era pouco. Elas receberam o apoio de alguns padres e freiras. As organizações políticas de esquerda também procuravam dar orientação política a esses movimentos, deslocaram alguns militantes dos centros para as periferias. Mas o importante é que elas, corajosamente, começaram a falar de seus problemas. O principal deles era a necessidade de trabalhar fora, para ajudar na manutenção da família. Foi assim que apareceu a reivindicação de creche para a mãe trabalhadora.

Esses movimentos de mulheres surgiram em diversas regiões, num processo sempre crescente, em que a luta por seus direitos dava lugar prioritariamente às reivindicações da comunidade. Por exemplo: as mães da zona Sul de São Paulo come-

çaram a se reunir em 1973 e dessas reuniões nasceu a luta por escolas para seus filhos, quando chegaram a fazer uma manifestação com mais de 500 mulheres na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 1976.

Assim organizadas, começaram a se articular na luta contra a carestia, criando o Movimento do Custo de Vida — que desencadeou uma das maiores mobilizações de massa do pós-64. Em alguns bairros levantaram a luta por creche e começaram a escrever cartas para as autoridades. Chegaram a protocolar pedidos de creche junto aos órgãos públicos. Mas essa reivindicação só vai se desenvolver com maior força política no fim da década de 70.

Essas mulheres começaram a ter contato com feministas, que passaram a freqüentar os bairros, vinculadas a grupos políticos de esquerda ou ao trabalho de paróquias. Se assuntos como aborto, sexualidade e lesbianismo são ainda hoje polêmicos, o que dizer daqueles anos que precederam 1980? Mas as mulheres da periferia começavam a se sensibilizar por seus problemas específicos, cada vez mais agravados pelas condições de vida e trabalho.

Entretanto, havia dificuldades nessa tarefa; dirigentes políticos ou religiosos do bairro cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só “dividem o movimento operário”, enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais. Na realidade só se permitia o debate limitado ao trabalho doméstico, à educação das crianças, à discriminação no trabalho e, no mais, a questões gerais. O estupro era uma palavra quase proibida, só usada nos meios policiais. Os próprios militantes de esquerda chegavam a afirmar que ele ocorria apenas nos países da Europa. No Brasil não

havia motivo para dar tanta ênfase ao tema. Comentavam ainda que as feministas preocupadas com esse assunto estavam na verdade sendo influenciadas por idéias européias.

Mas a feminista e a mulher da periferia conseguiram romper essa barreira e, muitas vezes, terminavam suas reuniões falando dos tais assuntos tachados de “sexistas”. Era comum na época dizer que esses assuntos eram sexistas porque dividiam os homens e as mulheres, desviando-os da luta política.

A outra dificuldade era traçar planos conjuntos de ação. Levantado o problema específico, tornava-se necessário tomar iniciativas para enfrentá-lo, o que exigia uma atuação coletiva e organizada. Nesse caso os obstáculos criados por razões ideológicas eram agravados acentuadamente pela ausência de liberdades políticas, de expressão e manifestação, já que o país vivia ainda sob a ditadura militar.

Os congressos de mulheres contribuíram significativamente para romper a barreira. Mas a necessidade de tratar dos temas feministas, como sexualidade e controle da fertilidade, por exemplo, era tão fortemente sentida por essas mulheres que muitas vezes elas compareciam espontaneamente às reuniões preparatórias das manifestações do 8 de Março, surpreendendo até mesmo as feministas.

Numa dessas reuniões, num clube de mães, no Conjunto Lar Nacional (próximo ao bairro de Sapopemba), as mulheres começaram a falar da falta de liberdade. “Mas que liberdade a mulher tem que ter?”, perguntou uma delas. E a que começou o assunto foi logo dizendo: “Não é a liberdade de ser igual a esse homem que anda pelos bares, bebendo e mexendo com todo rabo de saia que vê pela frente. Nós queremos uma liberdade diferente, uma liberdade que a gente possa viver sem preconceito de ser mulher”. Acreditamos que com essa discussão elas queriam saber sobre a identidade feminina, sobre como preservar nossas diferenças, sem contudo sermos discriminadas.



MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Este movimento ficou conhecido nacionalmente por ter sido o primeiro movimento popular e de massas após o AI-5.⁵⁷ No início, o chamado Movimento do Custo de Vida era dirigido por mulheres da periferia e por setores da Igreja. Mais tarde mudou seu nome para Movimento contra a Carestia e nessa época já se encontrava principalmente sob a direção de sindicalistas e de agrupamentos políticos de esquerda.

Na sua primeira fase, esse movimento se expandiu por diversos estados, e passou a ser um canal de expressão de todos os que procuravam lutar por seus direitos a moradia, escola, transporte, reforma agrária e melhores salários. Canalizou também os anseios de diversos segmentos impedidos de se expressar politicamente em outros espaços.

Em Brasília, no dia 27 de agosto de 1978, foi entregue ao presidente da República — general Figueiredo — um abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas, que exigia medidas de congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, aumentos reais de salários e reforma agrária. O presidente

alegou que as assinaturas eram falsas e não deu nenhuma resposta.

As mulheres da periferia foram as pioneiras desse movimento e as principais protagonistas dessa iniciativa, que incorporou milhares de pessoas e fortaleceu as lutas em busca da democracia. Num dos documentos elaborados por elas mesmas, há um relato de como tudo começou: "(...) aos poucos, as mães, conversando umas com as outras, foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disso a gente não encontra solução sozinha. (...) Se juntar um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas, e assim encontrem uma verdadeira solução". Isso se deu ainda no ano de 1973, no governo Médici — de intensa repressão política. O movimento ia crescendo, até que essas mães aproveitaram a declaração oficial de que 1975 era o Ano Internacional da Mulher para pôr as "manguinhas de fora".

Justamente neste ano elas redigiram a primeira Carta das Mães às autoridades do país, que dizia: "Sendo o Ano Internacional da Mulher, nós, mulheres de São Paulo, nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque é um dos principais problemas do povo. O resultado de 2 mil pesquisas feitas por nós mostrou que, nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais de cinco pessoas em média, sendo que duas trabalham e ganham em média Cr\$1.688,53 por mês. Só com a comida, gás e sabão, a família gasta Cr\$992,29. De agosto de 1974 até agosto de 1975, só a comida subiu 49%. Para conseguir sobreviver, o pai de família é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muitas horas extras e quase não vê os filhos. Também a mãe trabalha. Muitas crianças em idade escolar têm que fazer biscates, como: carreto de feira, engraxar sapatos, vender bugigangas nas ruas, em vez de ir à escola. Isso tudo está prejudicando as nossas famílias".

Mais adiante, nessa mesma carta, elas escreveram: "Para agüentar essa situação, nós mulheres precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos. Eles ficam trancados em casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua, sem nenhuma proteção, correndo o risco de serem marginais". E concluem, com as reivindicações: controle do custo de vida, melhores salários, e creches e escolas para os seus filhos.

Dessa forma, as mulheres da periferia ergueram suas vozes contra a carestia e pelas creches.

À medida que cresceu o movimento, entraram os sindicatos e outras instituições. A direção ficou nas mãos dos homens. E a reivindicação creche desapareceu. Mas na primeira grande assembléia do movimento, em junho de 1976, uma dessas mulheres falou: "Começamos a luta pela creche, com abaixo-assinados, já faz dois anos. Fomos à Secretaria do Bem-Estar Social, andamos de um lado pro outro, gastando dinheiro de condução, sem comer. As firmas são obrigadas por lei a ter creche. Mas não têm. A gente sente muito, porque vê as crianças judiadas, a gente fica quase o dia todo fora de casa e não tem condições de dar carinho".

Uma de suas formas de luta foi fazer mutirões para colher assinaturas de adesão ao movimento. A cada um desses mutirões se juntavam mais mulheres, que se redistribuíam nos bairros, favelas, portas de fábrica e centro da cidade. Um dia as mulheres chegaram à praça da Sé, o centro político de São Paulo, para colher assinaturas. No começo eram poucas, mas depois de algum tempo já eram mais de 100. Populares começaram a ficar curiosos para ver os cartazes carregados por elas, como um que dizia: "O preço do custo de vida sobe pelo elevador, enquanto nosso salário sobe pela escada".

No princípio, as pessoas na rua não davam muita importância àquelas mulheres e até mesmo estranhavam. "Afinal, há

muito tempo que o povo não pode se manifestar", disse um dos transeuntes. Outros ficavam com medo: "Será que assinar isso não traz problemas pra gente?". As mulheres insistiam: "Pessoal, esse problema do custo de vida todos nós sentimos. Quantos de nós não deixam de comer carne porque não temos dinheiro para comprar! E quem não tá precisando de aumento de salário?".

'Ah, se esse movimento é para aumentar o salário, então é claro que eu assino', disse um rapaz. E depois que um começou, não parou mais de chegar gente para assinar. Só naquele dia, colheram mais de 16 mil assinaturas. A polícia ficou o tempo todo acompanhando o movimento.

Para dimensionar o significado político dessa ação, é necessário lembrar que até àquela época as únicas manifestações nas ruas eram feitas por estudantes. E geralmente eram reprimidas por forte violência policial. E aquela, ocorrida na praça da Sé, em 22 de junho de 1978, foi a primeira manifestação popular de uma série que culminaria com o fim da ditadura militar.

ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

Essa palavra de ordem foi ouvida pela primeira vez por volta de 1974. Com a imprensa sob forte censura, alguma notícia sobre anistia é vazada nos jornais alternativos, por meio da palavra da Igreja. Em 1968, com a prisão dos estudantes em Ibiúna, formou-se uma comissão de mães pela libertação de seus filhos. Essa iniciativa foi o embrião da luta pela anistia.

Essa luta começou, então, pelas mulheres. No início mobilizaram-se aquelas mais próximas dos presos políticos, irmãs, esposas, companheiras e mães. Foram criadas comissões de familiares de presos e desaparecidos políticos. Mas logo receberam adesão de outras mulheres. No Ano Internacional da Mulher, elas prepararam um abaixo-assinado, acompanhado do "Manifesto da Mulher Brasileira", em favor da anistia.

Esse manifesto correu por todo o Brasil, de norte a sul, com adesões de estudantes, advogados e outros profissionais liberais, mães de família e trabalhadoras. Criou-se assim o Movimento Feminino pela anistia.

De imediato, essa iniciativa teve repercussão mundial. Na Conferência do Ano Internacional da Mulher, ocorrida no México, com a participação de duas mil mulheres do mundo inteiro, foi aprovada a moção em prol da anistia, encaminhada pela brasileira Terezinha Zerbini, uma das principais lideranças desse movimento. Todos esses movimentos passaram a integrar mais tarde o Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual participaram mulheres e homens e que contribuiu decisivamente para a aprovação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979.

No Congresso Nacional pela Anistia, realizado em janeiro de 1979, uma comissão de mulheres sugeriu a unificação da campanha pela anistia com os movimentos que tratavam das reivindicações específicas da mulher. Para uma atuação imediata, a comissão definiu os seguintes pontos:

- levantamento de todas as mulheres brasileiras atingidas pela repressão, lutando pelas liberdades democráticas;
- uma campanha de verdadeira comemoração do Ano Internacional da Criança (1979), com a denúncia de todas as violências e arbitrariedades cometidas contra menores;
- denúncia dos problemas das crianças impossibilitadas de possuir registro de nacionalidade e as crianças atingidas, juntamente com seus pais, pelos órgãos de repressão;
- uma campanha de assistência às presas políticas.

Considerando ainda que a brutalidade policial contra a população brasileira tem como objetivo a intimidação do povo, a comissão de mulheres também propôs que os atos de repressão em geral fossem denunciados por:

- levantamento de casos de violência em locais de trabalho;
- divulgação de casos de violência sexual;
- levantamento de casos de mulheres que sofreram violência policial;
- levantamento de menores presos, torturados e mortos pela repressão.



1975 — ANO INTERNACIONAL DA MULHER

O ano de 1975, por iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), foi considerado o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, algumas mulheres já se encontravam de certa maneira organizadas — com muitas dificuldades, é claro. Com a repressão política nas fábricas e nos sindicatos, os bairros populares de periferia transformaram-se em espaços de resistência, estimulados pelas mulheres, que constituíam a própria vida desses bairros.⁵⁸

São elas que geralmente reclamam da falta de escola, do custo de vida, dos salários baixos, das crianças desnutridas. Assim é que nos clubes de mães, enquanto teciam o tricô, elas falavam “do governo distante do povo”. As mulheres parentes dos presos políticos, com o apoio de advogados, religiosos e estudantes, começaram a dar seus primeiros passos para reivindicar a anistia.

Graças ao desempenho das mulheres, 1975 tornou-se de fato o marco histórico para o avanço das idéias feministas no

Brasil. Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir.

No começo, poucas e tímidas, mais intuitivas do que conscientes, as primeiras mulheres encontravam outras, muito assustadas, que tentavam resistir-lhes ao apelo, mas acabavam cedendo. Encontrando-se e desencontrando-se, as mulheres criaram condições para um feminismo vinculado aos interesses populares, particularmente dos trabalhadores. Antes de 1975, algumas mulheres, pertencentes a universidades e centros de pesquisa, já começavam a estudar a condição feminina sob um prisma feminista. Em 1969, Heleieth Saffioti escreveu o livro *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, que muito contribuiu para abrir horizontes. Mas é em 1975 que as idéias feministas, de exigir a igualdade de direitos e questionar o papel de submissão da mulher, vão começar a ter ressonância junto à opinião pública.

Enquanto as mulheres dos países europeus e norte-americanos viam com desconfiança a iniciativa da ONU, no Brasil ela cai como uma luva: excelente instrumento legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas.

Maria Moraes afirma no seu livro *Mulheres em Movimento* que o Ano Internacional da Mulher constituiu “um ponto de referência fundamental para a compreensão do movimento de mulheres. A iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres brasileiras por ter propiciado um espaço de discussão e organização numa conjuntura política marcada pelo cerceamento das liberdades democráticas”.

O 1º Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro, realizado em junho de 1975, composto de debates, festas e outras atividades culturais, deu origem à formação do Centro da Mulher Brasileira.

Em São Paulo, realizou-se, ainda no mesmo ano, em outubro, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. Desse encontro, nasceu o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

JORNAL "BRASIL MULHER"

A 9 de outubro de 1975, saiu o número zero do jornal *Brasil Mulher*, abrindo a imprensa para as questões da mulher. No seu primeiro editorial, há um forte apelo feminista:

"Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental.

"(...) Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.

"(...) Queremos usar a inteligência, informação e conhecimentos em função da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude."

Em dezembro sai outro número do jornal. A editoralista Joana Lopes aproveita a oportunidade para fazer um breve balanço do Ano Internacional da Mulher e um apelo para dar continuidade ao “empenho de homens e mulheres em prol da emancipação feminina e daqueles que se encontram mutilados por qualquer forma de discriminação”.

Mas o jornal só vai usar a palavra feminismo na edição n.º 2, publicada no início de 1976, quando diz: “O Brasil está, pouco a pouco, timidamente, entrando para os países onde o feminismo — Movimento de Libertação da Mulher — se afirma e se organiza”.

O uso do termo feminismo incomoda muitas mulheres, incluindo algumas que compõem a própria equipe de elaboração desse periódico.

Se hoje há ainda um grande estigma contra a palavra feminismo, o que dizer, então, daquela época?

Até mesmo intelectuais de vanguarda tinham dificuldades em se assumir como feministas. Heleieth Saffioti fala sobre isso numa entrevista ao jornal *Mulherio* (n.º 6, de março e abril de 1982):

“Na verdade, eu sempre relutei em me dizer feminista no Brasil. No passado, esse termo tinha uma carga ideológica muito grande e ainda apresenta uma carga razoável. Eu gosto de dizer: eu sou feminista mas o meu feminismo é este (...) porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens, e eu não quero de maneira alguma ser interpretada dessa forma. Tenho muito respeito pelos homens. Acho que eles também são vítimas dessa sociedade, embora nós sejamos mais vítimas do que eles.”

O *Brasil Mulher* se propunha principalmente a defender a anistia a todos os presos e perseguidos políticos. E com isso ele rapidamente se afirma frente às forças políticas de oposição ao regime militar. Exemplares desse jornal chegavam em vários estados. Em diversos deles, como Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Maranhão, além de São Paulo, as mulheres se organizavam para lê-lo, distribuí-lo e enviar notícias para a próxima edição.

No final de 1975, estão tecidos os primeiros fios de uma rede que vai se estender por todo o território nacional, e a questão da mulher se transformará em temas de debates e de discordâncias político-partidárias, eleitorais e públicas.

O jornal *Brasil Mulher* saiu de outubro de 1975 a março de 1979. Começou a ser editado por Joana Lopes, de Londrina, no Paraná, com uma equipe de sete mulheres que depois se ampliou para 25. A partir do seu segundo número, foi transferido para São Paulo. Sua tiragem oscilava entre 5 mil e 10 mil exemplares e sua periodicidade era irregular, ora bimestral, ora trimestral. Em 1977, Joana Lopes deixa a equipe do jornal por divergências internas.



JORNAL "NÓS MULHERES"

Em junho de 1976, foi publicado o primeiro número do jornal *Nós Mulheres*.⁵⁹ Esse jornal contribuiu de forma decisiva para o avanço das idéias feministas e para o combate à discriminação. No seu primeiro editorial, está escrito:

"(...) Achamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: 'Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?'. Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias co-

letivas e restaurantes a preços populares para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta é por torná-las sociais. Mas não é só. Nós mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação."

E as responsáveis pelo jornal concluem o editorial proclamando-se feministas:

"(...) para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E também, para pensarmos juntas nas soluções".

Nós Mulheres e Brasil Mulher, juntos, fortaleceram as reivindicações femininas e ajudaram as mulheres a tomar consciência da sua condição. Cada um a seu modo, é claro. Ao se colocarem a serviço das mulheres das camadas populares, esses jornais trouxeram para o debate, ainda incipiente, a necessidade da transformação econômica e social, para que as condições de vida e trabalho de ambos os sexos se tornassem adequadas.

Assim, o novo feminismo, que surgiu no decorrer da Década da Mulher, trouxe no seu bojo compromissos com ideais democráticos e socialistas. Mas as dificuldades encontradas foram muitas, mesmo entre mulheres e homens reconhecidos

como portadores de ideais progressistas, que resistiam a discutir o feminismo como algo necessário. Grande parte das lideranças da esquerda (homens e algumas mulheres) afirmava que "o feminismo tem um caráter divisionista e pretende favorecer as classes dominantes".

A proposta de *Nós Mulheres* de socializar o trabalho doméstico pela criação de equipamentos sociais, como creches, lavanderias e refeitórios públicos, era considerada absurda também por ativistas de esquerda, pois a maioria do povo brasileiro tinha problemas mais prioritários, como a fome e a falta de liberdade. Mas as idéias do jornal propiciavam debates nas escolas e bairros de periferia.

No seu primeiro número, o jornal *Nós Mulheres*⁶⁰ publicou o depoimento de uma mulher negra carioca que denunciava o racismo no Brasil.

A equipe do jornal era composta da jornalista responsável, Marisa Correa, e mais uma equipe de quase 30 colaboradoras. Ele deixou de circular em 1978 e também sofreu oscilações na tiragem e na periodicidade.

"MULHERIO"

Mais tarde, em 1981, um grupo de mulheres feministas lançou, em São Paulo, um jornal bimestral tendo como jornalista responsável Adélia Borges. A sede do jornal ficava na Fundação Carlos Chagas. O seu conselho editorial era composto de pesquisadoras, professoras e jornalistas engajadas com a problemática feminista. Era o *Mulherio*.

O *Mulherio* foi uma iniciativa extremamente oportuna, já que era a única publicação nacional que podia responder a algumas indagações sobre as atualidades do feminismo na época. Pois a divisão do movimento de mulheres em São Paulo, que ocorreu naquele ano, deixou perplexas e indagativas feministas espalhadas por este Brasil afora e até mesmo algumas que se encontravam no exterior.

Houve leitoras que reclamaram do nome do jornal por considerá-lo por demais "poluído", como Naomi Vasconcelos, que escreveu uma carta publicada na edição de setembro/outubro de 1981 do jornal.

O jornal foi fartamente consumido e já no seu terceiro número possuía cerca de mil assinantes. Era também vendido em livrarias e distribuído por entidades e grupos de mulheres.

Tratava de temas candentes do feminismo: a extensão da licença-maternidade para os pais (o jornal foi precursor dessa idéia no Brasil), a democracia doméstica, a situação da mulher negra e a existência de um movimento de mulheres negras.

Em 1982 divulgou as propostas das candidatas para o Legislativo que se declaravam defensoras das “bandeiras feministas”, tais como:

- o direito a creche para que o Estado também assuma a responsabilidade dos encargos da maternidade;
- a descriminalização do aborto;
- o direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço.

O jornal *Mulherio* teve uma duração bem maior do que os anteriores, que vai de 1981 até os idos de 1987. Era um jornal estruturado sob um esquema profissional e recebia financiamentos da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas. Mesmo assim enfrentou sérias crises financeiras. A edição n.º 15 (setembro e outubro de 1983) estampava um apelo na capa — “Mulherio não pode parar”. Ficou sete meses fora de circulação. Mas voltou no final da campanha das “Diretas, Já” (mobilização pelo voto direto para presidente da República) — edição de maio/junho de 1984. Voltou preocupado com a crise do feminismo mas sem perder a picardia e o entusiasmo. Adélia Borges escreveu o artigo “Vamos que vamos”, que destrincha os recuos das pioneiras contemporâneas do feminismo. Falou de Betty Friedan, que escrevera outro livro, *A Segunda Etapa*, onde propõe a volta das mulheres para a família. Uma guinada fantástica para trás, particularmente para quem, em 1963, “construíra as bases do feminismo americano com *A Mística Feminina*, um retrato doloroso do enclausuramento da dona-de-casa”.

Adélia mostrou também que as crises “não estão só nos livros” mas também no cotidiano dos grupos feministas. Segundo o artigo, em São Paulo “muitas líderes do movimento, aquelas que organizaram as comemorações do 8 de Março, estão sem motivação para a militância”. Citou também um grupo do Rio Grande do Sul, Costela de Adão, que não se reunia havia uns dois anos “por motivo de autodissolução”.

Adélia quis buscar as causas. Pegou o exemplo de dona Maria que “não saiu do tanque e ao mesmo tempo saiu para fazer todas as outras coisas, num esforço desesperado e cansativo de travestir-se de mulher-maravilha e, dá-lhe culpa, não conseguiu eficiência em tudo”. E tem mais: à entrada das mulheres no “mundo masculino” não correspondeu uma entrada dos homens no “mundo feminino”. As tarefas domésticas continuam sendo “coisas de mulher”. Muitas vezes, as mulheres repetem o comportamento masculino. E numa dessas, é como escreveu Rosiska de Oliveira, a proposta de igualdade transformou-se “em apenas semelhança, ou melhor, caricatura”.

8 DE MARÇO — DIA INTERNACIONAL DA MULHER NO BRASIL

A história dessa data se refere à greve das operárias têxteis da Fábrica Cotton, ocorrida em Nova York (EUA) em 1857. Na ocasião as forças policiais atearam fogo à fábrica para reprimir aquelas que insistiam na greve, quando então morreram 129 operárias queimadas. Elas reivindicavam a redução da jornada de trabalho para dez horas diárias e o direito à licença-maternidade. No II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado em Copenhague (Dinamarca), a comunista alemã Clara Zetkin propõe que se consagre o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, numa homenagem àquelas operárias.

História semelhante tem o 1º de Maio — Dia Internacional do Trabalhador. Em Chicago (EUA), em 1886, operários entraram em greve pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Na ocasião, alguns de seus líderes foram condenados à morte e enforcados em praça pública. Por isso essa

data passou a ser consagrada como o Dia Internacional do Trabalhador. Em diversos países do mundo, é feriado nesse dia. Mas o 8 de Março ainda não recebeu tratamento idêntico, nem mesmo por parte dos trabalhadores, o que por si só indica o quanto tem sido tortuoso o caminho em defesa da libertação da mulher.⁶¹

Antes de 1964, o 8 de Março era comemorado no Brasil.

Em 1976, ocorre a primeira comemoração pública dessa data após 64. No auditório do MASP (Museu de Arte de São Paulo) reuniram-se por volta de 300 pessoas, convidadas pelo jornal *Brasil Mulher* e pelo Movimento Feminino pela anistia. Havia uma maioria de homens no plenário. Ao que parece, havia também alguns outros grupos de mulheres. Na oportunidade foram levantadas algumas reivindicações da mulher, mas a questão da anistia teve maior destaque. Uma representante das mulheres negras, homossexual, pediu a palavra para denunciar a discriminação que sofrem os homossexuais e principalmente a lésbica. Fato que causou espanto e mal-estar, pois ninguém naquela época falava sobre homossexualismo, muito menos em público. Além disso, as mulheres que iniciaram a luta feminista eram, como às vezes o são até hoje, chamadas de lésbicas ou “sapatão” (o termo mais popular). Por isso ninguém comentou o que falou a lésbica, para que o assunto caísse no esquecimento. Aliás, a fala dessa negra incomodou mais do que a presença dos policiais que procuravam intimidar as manifestantes. Com eles, as militantes já estavam “acostumadas”.

Essa manifestação no 8 de Março teve uma importância fundamental, pois a data e o seu significado já começavam a cair no esquecimento, mesmo dos revolucionários da época.⁶²

Nos anos seguintes, o 8 de Março, sua preparação e sua manifestação passaram a ser fator de aglutinação e articulação

das mulheres, de encontro de donas-de-casa, operárias e intelectuais na defesa de lutas gerais e específicas.

Em 1977, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, dobra o número de participantes. Desta vez são mais de 600 pessoas, entre elas muitos homens.

Mulheres de vários setores fizeram uso da palavra. Falavam do custo de vida, da necessidade das creches, das condições precárias de moradia. Uma operária têxtil, Olga, defendeu a aposentadoria para a mulher aos 25 anos de tempo de serviço. E finalizou assim o seu discurso: "E isso não é privilégio nenhum, pois 25 anos de trabalho na fábrica mais 25 anos de trabalho em casa são 50 anos de trabalho; portanto onde está o privilégio?".

Uma trabalhadora a domicílio também trouxe à manifestação os problemas que enfrentava: "Sou esposa de um operário, moro na periferia, meu marido ganha pouco mais de um salário mínimo, tenho quatro filhos, por isso não foi possível arrumar trabalho fixo, pois tenho que cuidar das crianças. Assim, tive que pegar serviço de costura para fazer em casa. Trabalhamos muitas horas, até emendar a noite. Não temos direito à aposentadoria, assistência médica, abono, porque não somos registradas, e ainda temos a responsabilidade de transportar as peças para costurar. Se perdemos uma que seja, temos que pagar".

A representante do Clube das Empregadas Domésticas denunciou: "Nós trabalhamos até 17 horas por dia e ninguém toma providências. As empregadas domésticas são moças que chegam do interior e normalmente não são tratadas como seres humanos. Até pra namorar, elas têm que namorar longe da casa onde trabalham".

É interessante destacar a reação da grande imprensa. O *Jornal da Tarde* publicou uma reportagem de página inteira, com

a seguinte manchete: "Nossas irrequietas feministas e todos os seus pedidos. Um deles: um lugar para namorar", assinada pela repórter Sheila Lobato.⁶³ Sem dúvida, essa matéria era uma tentativa de desmoralizar o movimento, que já começava a demonstrar sua força. A reportagem tentou isolar as feministas, buscando impedir novas adesões.

Ainda no ano de 1977, no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira promoveu o 1º Encontro da Mulher que Trabalha. Essa entidade estava voltada para a situação das creches e o atendimento da mulher na área da família.

Sob os mais diversos temas e com um grande elenco de bandeiras, o 8 de Março passou a ser um momento de encontro de mulheres, com diferentes propostas políticas, cujo denominador comum é o combate à discriminação milenar.



A QUESTÃO FEMINISTA VAI ALÉM DO 8 DE MARÇO

No Brasil, principalmente no Rio e em São Paulo, o movimento de mulheres veio acumulando força e experiência. A presença da mulher começou a incomodar dentro dos sindicatos, na Igreja e nos movimentos sociais e políticos. Em quase todas as reuniões, uma mulher pedia a palavra e falava sobre a especificidade feminina.

As questões surgidas nos 8 de Março passaram a ser levantadas também em outras diferentes ocasiões. A luta da mulher por suas questões específicas ganhou caráter cotidiano.

Em 1977, o governo anunciou a abolição da proibição do trabalho noturno para as mulheres. Estas, incluindo muitas sindicalistas, se organizaram para protestar contra o projeto de lei do governo Geisel.

Foi implantado também pelo governo o Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco. Profissionais de saúde e feministas protestaram com veemência contra esse programa.

Elas viam nessa iniciativa governamental uma farsa para impor o controle da natalidade. Os critérios adotados por esse programa eram uma forma de discriminar ainda mais as mulheres das camadas populares.

As mulheres com mais de 30 anos, mais de três gestações, cardíacas e desnutridas, estavam incluídas na gravidez de alto risco. Ou seja, 70% das mulheres brasileiras em idade fértil se encontravam nessa situação. Porém o programa orientou também as mulheres a usar a pílula, método anticoncepcional que, devido às diversas contra-indicações, talvez fosse o menos adequado nesse caso, pois provocaria riscos ainda maiores, conforme nota emitida pela Associação de Médicos do Estado do Rio de Janeiro.

O divórcio transformou-se em lei, finalmente, num momento em que o Congresso estava fechado e novas cassações eram feitas.

No mercado de trabalho, continuou crescendo o número das mulheres. Dos 40 milhões de trabalhadores, 28,9% eram mulheres, ou seja, quase 12 milhões de trabalhadoras.

Mesmo sob censura, apareciam denúncias na imprensa. A *Folha de S. Paulo* de 7 de julho de 1977 alertou sobre as péssimas condições de trabalho das castanheiras, que podiam levá-las à loucura.

O *Brasil Mulher* de junho de 1977 mostrou a situação da professora no Estado do Paraná, que durante as suas férias trabalhava de bóia-fria para garantir a sobrevivência de sua família.

Enquanto isso, na favela da Rocinha, Silvana, dona-de-casa e mãe de quatro filhos, era eleita presidente da Associação de Moradores da Rocinha.

As empregadas domésticas, que só em 1973 tinham conseguido o direito a férias, se organizavam em suas entidades.

Ainda em 1977, no dia 28 de abril foi instalada no Congresso Nacional a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Mulher. Mas a mulher trabalhadora foi impedida de participar. Só pôde falar quem apresentava um "currículo" previamente aprovado pelos integrantes da comissão. Alegou-se ainda que as mulheres trabalhadoras são inibidas, o que as impedia de fazer uso da palavra no Congresso.

Na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), houve pesquisadoras que apresentaram trabalhos sobre a condição da mulher. Foram feitas duas comunicações, foi realizado um simpósio sobre "Implicações das Pesquisas sobre Problemas da Mulher no Brasil" e foi ministrado um curso sobre Mulher e Trabalho. O movimento estudantil foi barbaramente reprimido em São Paulo e duas mulheres ficaram queimadas no Tuca, teatro da PUC (Pontifícia Universidade Católica), por bombas atiradas pela polícia sob o comando do coronel Erasmo Dias.⁶⁴

MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHE

A falta de creche foi e é ainda um assunto sempre presente nas reuniões de mulheres da periferia e de algumas sindicalistas. E uma das bandeiras prioritárias, a criação de creche.

Em alguns bairros de São Paulo, a luta por creche adquiriu tanta força, que a prefeitura implantou um convênio para fazer creches comunitárias, experiência que se revelou muito significativa para o movimento.

Foi, no entanto, o I Congresso da Mulher Paulista, em 1979, que permitiu a criação do Movimento de Luta por Creche, abrangendo a totalidade dos interessados: bairros, sindicatos e grupos feministas. Nesse evento, a creche apareceu como a reivindicação mais elaborada e eleita como principal. "Creches totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica", exigiram as participantes desse congresso.

À medida que o movimento foi crescendo, surgiram coordenações centrais e regionais, para dar maior mobilidade e facilitar a participação do pessoal do bairro, que lutou mais fortemente. Os dirigentes sindicais, afinal, tinham outras prioridades, como a estabilidade e os salários.

Rapidamente outras cidades paulistas e outros estados (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) aderiram ao movimento.

A luta por creche levou a um grande debate ideológico a respeito do papel da mulher e da família. A creche é mesmo o lugar ideal para educar as crianças? O desempenho das feministas foi valioso para combater a idéia de que o filho só será bem criado com a participação direta da mãe. "O filho não é só da mãe" é o primeiro *slogan* do movimento unificado, uma contribuição das feministas.

A seguir, veio o combate ao caráter de orfanato ou de depósito de crianças que caracterizava as poucas creches existentes. O movimento exigiu que a creche devia ser encarada, tanto pelo Estado como pela sociedade, como um direito da criança à educação, pois "os nossos filhos podem e devem ser educados desde bebês". A participação de adultos especializados em educação é conveniente e necessária para "que nossos filhos não fiquem abandonados, sem receber os cuidados adequados".

Quando o movimento foi à prefeitura, outra palavra de ordem apareceu: "Creche e eleição têm que ser diretas". A creche deve ser pública e gratuita, porque "somos trabalhadores, construímos as riquezas do país e pagamos impostos ao Estado. Nada mais justo que o Estado reverta a favor dos nossos filhos, futuros trabalhadores do país", é o que prega o Movimento de Luta por Creche. Na época, o prefeito de São Paulo (e de outras capitais) era nomeado pelo governador e não eleito diretamente pelo povo.

A partir desse momento, foram inúmeros os abaixo-assinados, acompanhados do desenho da área onde poderia ser construída a creche no bairro. As músicas infantis transformaram-se no brado de guerra do movimento. Nas manifestações junto ao gabinete do prefeito, as centenas de mulheres, acompanhadas de seus filhos, cantavam essas músicas com letras adaptadas: "Eu fui à Prefeitura, buscar creche, não achei, achei tanta promessa, quase que eu desanimei. Olhe, seu prefeito, eu sou uma criança, mas sei meus direitos. O meu pai trabalha duro, o dinheiro nunca dá, eu preciso de uma creche para mamãe ir trabalhar" (paródia da cantiga de roda "Eu fui no Itororó").

Quando o prefeito construía uma creche no bairro, as mulheres logo emendavam mais um verso à cantiga de roda: "Essa creche vai ser boa, mas só vai caber uns cem, e tem mais de mil no bairro, esperando a vez também".

O movimento conseguiu, no início da implantação das creches, fiscalizar a qualidade dos serviços prestados, o que garantiu um bom atendimento e fez com que moradores de outros bairros passassem a dar mais crédito à iniciativa e se empenhar mais na luta.

Esse movimento trouxe à tona a situação da criança filha da família trabalhadora. Mais do que isso, rompeu com o estigma do conceito de creche, visto antes somente como instituição assistencialista e não um "lugar onde a criança poderia desenvolver de maneira saudável suas potencialidades".

Com essa luta foi criada a primeira rede municipal de creches no Brasil: havia na cidade de São Paulo quatro creches diretas; elas passaram a ser 134. Cresceu também o número de creches conveniadas.

Mais tarde, em 1984, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo fez um levantamento da situação das cre-

ches nas empresas privadas. Constatou-se que, das 60 mil indústrias do Estado de São Paulo, apenas 38 mantinham berçários e creches nos locais de trabalho. E a grande maioria dessas creches foi construída a partir de 1979, o que demonstra a força desse movimento.

Em maio de 1982, foi introduzido na Constituição paulista um dispositivo que dispunha sobre a criação de creches para os filhos de funcionárias públicas até sete anos de idade. A regulamentação desse dispositivo pelo governador Montoro possibilitou a criação de mais de uma centena de Centros de Convivência Infantil. Essa denominação se deveu à existência de preconceito contra o termo creche por parte dos funcionários públicos.⁶⁵

No 1º de Maio de 1979, diante de milhares de trabalhadores, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, as mulheres lançaram um importante manifesto, onde denunciavam as condições do trabalho feminino e reivindicavam a criação de creches nos bairros e locais de trabalho.

MULHER, SINDICATO E GREVE

Nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978, ocorreu o I Congresso da Mulher Metalúrgica, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo.⁶⁶ Participaram do encontro 300 mulheres. Mas na mesa que dirigiu os trabalhos só havia homens: Lula, Almir Pazzianoto, entre outros.

O congresso sofreu bastante repressão por parte dos patrões, que demitiram diversas operárias participantes. E, mesmo antes da sua realização, houve demissões, para impedir a participação das trabalhadoras. Eva Elza Rodrigues, operária de 19 anos, foi demitida da Blindex (indústria de autopeças) antes do congresso, por ter dado uma entrevista sobre o evento a um jornal da região. E Maria Helena, da Arteb, foi demitida depois da realização do congresso, por ter denunciado as condições de trabalho da empresa.⁶⁷

Na ocasião, as metalúrgicas levantaram as seguintes bandeiras:

- Salário igual para trabalho igual;

- Acesso a cursos profissionalizantes e a cargos de chefia sem discriminação por sexo;
- Iguais oportunidades de trabalho;
- Contra o trabalho noturno;
- Contra o abuso de autoridade pela chefia, consequência de maior submissão da mulher;
- Contra o controle de tempo para ir ao banheiro;
- Pela criação de equipamentos públicos que permitissem a redução da dupla jornada de trabalho;
- Por creches e berçários nas fábricas;
- Por restaurantes coletivos;
- Pelo direito de amamentação durante o período de trabalho;
- Pela estabilidade e segurança para a mulher casada e gestante;
- Por melhor assistência médica;
- Por uma maior participação política e sindical;
- Pela criação do departamento feminino nos sindicatos.

Como resultado desse congresso, foi desencadeada a luta contra o trabalho noturno para as mulheres.

Em encontros posteriores, as trabalhadoras reafirmaram essas reivindicações. Mas a proposta da criação do departamento feminino nos sindicatos foi sempre a mais polêmica: enquanto as mulheres simpatizavam com a idéia, os dirigentes sindicais a repeliam, alegando que iria dividir os trabalhadores. Enquanto as trabalhadoras viam o departamento como instrumento de participação e mobilização das mulheres na vida sindical, os homens, dirigentes sindicais, continuaram realizando as assembleias da categoria com a participação majoritária de homens. O que de fato evidencia a divisão da classe é que na vida sindical as mulheres continuam ausentes.

Apesar de todos esses obstáculos, em 1977 a mulher trabalhadora já começava de alguma forma a aparecer no sindicato. Houve uma assembleia dos metalúrgicos de São Paulo com 40 mulheres presentes. As bancárias pleitearam a inclusão de mulheres na lista de candidatos para a nova direção do Sindicato dos Bancários em São Paulo.

Em 1978, eclodiram as greves operárias, centradas na região do ABC paulista, com participação de cerca de 200 mil trabalhadores. Sem reivindicações femininas, a não ser salário igual para trabalho igual. Nesse mesmo ano em São Paulo, 7 mil trabalhadores da Philco entraram em greve. A maioria era de mulheres. Cruzaram os braços diante das máquinas. No pátio, elas faziam tricô enquanto tomavam sol, aguardando a resposta dos patrões. As operárias mães reclamavam que não podiam faltar quando seus filhos adoeciam e a empresa não tinha creche para seus filhos. Mas a grande reivindicação unitária era o aumento do salário.

Na Brosol — fábrica de carburadores — 800 mulheres puxaram a greve e fizeram uma comissão de operárias para negociar com os patrões. Na Rowmet, indústria eletrometalúrgica de Santo André, as mulheres entraram em greve.

Nos dias 29 e 30 de abril de 1978, 70 mulheres químicas realizaram o seu primeiro Congresso.⁶⁸ O setor químico contava, na época, com 59 mil trabalhadores, sendo 11 mil mulheres (37%). A mulher química ganhava cerca da metade do que os homens recebiam. Eles ganhavam Cr\$ 6.300,00 e elas Cr\$ 3.200,00. Por isso as firmas “até trocaram os homens por mulheres, porque elas dão mais produção e ganham menos”, explicou uma das congressistas. Além de pagarem menos, “quando a mulher procura emprego, olham se ela é casada, solteira, se é bonita ou feia”. As trabalhadoras químicas correm constantemente o risco de sofrer acidentes e doenças profissionais.

Muitas congressistas reclamaram das condições de trabalho, pois faltam até os equipamentos de proteção. "Só depois que um caco de vidro furou o olho de uma menina da seção é que eles deram óculos de proteção", denunciou uma das participantes. As "químicas" concluíram que deveriam participar da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), para evitar esses problemas freqüentes. E se mantiveram organizadas numa comissão de mulheres eleita nesse congresso.

Em meados de agosto de 1978, as operárias da De Millus, no Rio de Janeiro, fizeram até passeatas contra a revista obrigatória exigida pela fábrica no fim do expediente.⁶⁹ A propaganda "De Millus, feito com amor" escondia como, de fato, eram produzidas as calcinhas e sutiãs. Uma das operárias denunciou que a produção se dava "com muito trabalho, muita paciência, habilidade, salários mais baixos e muita repressão e humilhação. E se a peça sai com defeito, a operária responsável tem que pagá-la".

Em 1988, haveria novamente uma greve das operárias da De Millus. Na ocasião, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) do Estado do Rio de Janeiro fez o seguinte cartaz (amplamente divulgado):

Calcinhas De Millus fazem mal à mulher.

As mulheres que trabalham na fábrica de lingerie De Millus, no Rio de Janeiro, são obrigadas a tirar a roupa e a calcinha diante de seguranças para provar que não estão levando nada para casa.

Isto é uma indignidade, isto é uma afronta, isto é um estupro moral.

Nós, mulheres, podemos fazer mais do que simplesmente ficarmos vermelhas de raiva com isso. Nós podemos ti-

rar as calcinhas, os sutiãs, e tudo mais que a De Millus fabrica. Para sempre.

Cedim — Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

As operárias grevistas da De Millus eram jovens. A maior parte delas tinha de 14 a 18 anos.

Ainda em 1978, as empregadas domésticas fizeram uma reunião, em Belo Horizonte, onde realizaram o terceiro congresso da categoria, com representantes de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Paraná. Pescadoras da Paraíba reclamaram da falta de direitos. O principal problema era a poluição do rio Goiana, em Barreira Grande, pelas usinas de açúcar, que "está acabando com os peixes".

As mulheres queriam e precisavam participar do Sindicato. Afinal, uma metalúrgica de São Paulo comentava naquele ano: "A gente vê hoje que as mulheres da classe operária têm problemas próprios que não são sentidos por toda a classe. Sentimos mais os problemas dos filhos, a falta de creches e de refeitórios nas fábricas. Trabalhamos mais e somos mais desvalorizadas. A gente tem que trabalhar na fábrica e ainda tem que assumir um mundo de tarefas em casa. As mulheres são mais controladas pelos chefes e sempre recebem cantadas deles".

Em agosto de 1978, ocorreu ainda o I Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Corajosa, ativa, a trabalhadora dá seus primeiros passos para romper as barreiras que impedem sua participação efetiva nos sindicatos, mas suas dificuldades foram maiores. Muitas grevistas foram demitidas. Houve marido que apoiou a demissão, porque "lugar de mulher não é nos sindicatos, nem nas greves". E o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de

São Bernardo na época, ainda afirmava que, "quanto a esse negócio de equiparação da mulher ao homem, no caso do trabalhador, eu acho que o homem é que tem que brigar para se equiparar à mulher. Porque a lei protege muito mais a mulher que o homem."⁷⁰

Esses encontros e congressos repercutiram de maneira significativa no movimento sindical. Diversos sindicatos passaram a ter com frequência encontros e reuniões de mulheres.

Isso não quer dizer que o atual sindicalismo tenha absorvido de fato as reivindicações das mulheres. Mas aumenta a participação da mulher nas direções das entidades sindicais. Por exemplo, desde 1989 o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de São Paulo é dirigido por uma mulher. O Sindicato das Costureiras e Alfaiates de São Paulo, dirigido por um mesmo homem por mais de 27 anos, em 1989 passou a ter como presidente uma mulher.

Entretanto, as reivindicações apresentadas pelas mulheres às pautas das campanhas salariais são incorporadas nos últimos itens, fator que indica a falta de respeito dos homens pela luta das mulheres. Mesmo em sindicatos que organizam categorias novas, como o dos trabalhadores em processamento de dados, a mulher é ainda tratada como instrumento de adorno, ou seja, as mulheres diretoras não foram afastadas da empresa para assumir de fato a direção do sindicato, como ocorreu com os homens em 1988.

As centrais sindicais têm se proposto a organizar algum trabalho com as mulheres. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou em 1986, durante a realização do seu II Congresso, a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) criou no mesmo ano, em janeiro, quando realizou o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, com a participação de 4 mil pessoas, o Depar-

tamento Nacional para Assuntos da Mulher. Por sinal, na ocasião, o grande homenageado foi Antônio Rogério Magri, na época presidente do Sindicato dos Eletricitários. Do que sabemos, apenas a iniciativa da CUT tem tido funcionamento regular, com a realização de freqüentes atividades com trabalhadoras urbanas e rurais.

Mas como afirma Isabel Conceição da Silva, presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo no período de 1988 a 1991, "há ainda muita dificuldade de trabalhar a questão da mulher no sindicato".



MULHER: ASSUNTO PROIBIDO

A revista *Realidade* de janeiro de 1967 (nº 10) teve sua edição apreendida pela censura sob a alegação de ser ofensiva à moral e aos bons costumes. Tratava-se de um número especial, todo ele dedicado à mulher brasileira. Nele havia uma pesquisa sobre a mulher brasileira com 1.200 entrevistas. Carmem da Silva criticava as seções de "Conselho Sentimental" das revistas femininas. Foram feitas reportagens com mulheres em diversas situações. Desde uma freira que dirigia uma paróquia até uma jovem mãe solteira que assumia publicamente sua condição. Abordaram-se também temas sobre parto e desquite (o divórcio ainda não era reconhecido no Brasil).

Em 1976, o jornal *Movimento*, semanário da imprensa democrática, que sobrevivia com dificuldades por constantes problemas de censura,⁷¹ teve seu nº 45 totalmente vetado, por realizar uma edição especial dedicada exclusivamente ao tema "O Trabalho da Mulher no Brasil". A apreensão de publicações por agentes da Polícia Federal como forma de exercer a censura no país era freqüente na época da ditadura militar. No

caso dessa edição do jornal *Movimento*, das 305 laudas que compunham os 50 artigos sobre o assunto, 283 foram proibidas. Até mesmo as tabelas com os dados estatísticos apresentados pelo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tiveram sua publicação impedida: de 12, apenas 2 tabelas foram liberadas pelo serviço de censura. O editor responsável pelo jornal, Raimundo Pereira, em entrevista ao *Brasil Mulher*⁷², falou sobre a edição apreendida. "Nosso objetivo era informar as pessoas sobre algumas coisas importantes. Que o trabalho doméstico é limitado e o país que não libera a força produtiva da mulher perde muito. Mostrariamos concretamente também a discriminação salarial que existe entre homens e mulheres, segundo as estatísticas do IBGE, de 1973: de zero a um salário mínimo, existem 39,4% de homens contra 54,8% de mulheres".

Ainda segundo o próprio editor, a edição especial do *Movimento* baseava-se nos seguintes pontos:

“1 — Traçar um quadro do que é o trabalho da mulher no Brasil hoje, em setores significativos que foram identificados e em seguida ouvidos.

2 — Discutir os efeitos dessa situação sobre a mulher, o homem e o país, partindo do fato de que a mulher está restrita ao mundo doméstico das panelas e fotonovelas, deixando de lado uma força produtiva essencial ao desenvolvimento da economia.

3 — A luta existente no país, no sentido de incentivar o trabalho produtivo, é suficiente para retirar a mulher do estado atual, além de outras formas de participação (questionamento das feministas).



4 — *Debater o trabalho da mulher ligado às suas reivindicações essenciais para dar cumprimento a essa tarefa, ou seja, existência de creches, restaurantes populares e outros serviços que libertem a mulher dos encargos domésticos como obrigatoriedade individual, tornando-os serviços de ordem social.*”

A ÉPOCA DOS CONGRESSOS PAULISTAS

O primeiro congresso, realizado em 1979, foi o melhor de todos e o que causou maior impacto. Foi o melhor porque havia cooperação e muito entusiasmo entre as mulheres. A opinião pública ficou impressionada com a existência de feministas também no Brasil. Foi organizado majoritariamente por mulheres feministas que se encontravam nas seguintes entidades: Associação de Mulheres, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Donas-de-Casa, Departamento Feminino da Casa de Cultura de Guarulhos, Clube de Mães, Movimento do Custo de Vida, Oposição Sindical da SABESP/CETESB (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo/Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), Serviço de Orientação Familiar, Nós Mulheres e Brasil Mulher.

Esse foi o ano da anistia, da volta de muitas exiladas — entre as quais, algumas se tornaram feministas —, da formação de novos partidos políticos. O ano de 1979 conta, desde o seu início, com um clima de expectativa e agitação.⁷³

E foi nesse clima que nos dias 4, 5 e 8 de março realizou-se o Congresso da Mulher Paulista, com 900 participantes, no Teatro Ruth Escobar. Foi um marco na luta das mulheres em todo o Brasil. Repercutiu até mesmo no exterior.

A dona-de-casa, a operária e a intelectual se encontraram e, num gesto de solidariedade e confraternização, falaram de si e dos problemas que mais as afligiam. Uma a uma, as mulheres que falavam eram ouvidas pelas outras. Pela primeira vez falou-se publicamente do direito ao prazer sexual, que as mulheres ainda não têm. Denunciou-se a educação diferenciada que as mulheres recebem da sociedade, e foi invocado o direito de terem os filhos que desejam. O documento aprovado pelo congresso tornou-se um referencial para a luta da mulher.

Trechos desse documento deixam transparecer a emoção das mulheres nesse encontro: "Pela primeira vez e juntas conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós" (...) "Sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher — já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sorte".

O congresso foi tratado de maneira positiva pela grande imprensa, rádio e televisão. As feministas, eufóricas, comentaram a vitória: o movimento de mulheres adquiriu afinal visibilidade até mesmo na grande imprensa. E a luta ganhou um novo impulso. As mulheres se sentiram mais encorajadas a levar a sua especificidade para o interior dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

No elenco das reivindicações aprovadas, destacou-se a anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos. Mas a bandeira que vai ligar mais estreitamente essas mulheres é a creche. Nesse congresso é que nasceu o Movimento de Luta por Creche.

Mas nem todas as mulheres se uniram. O Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo comemorou o 8 de Março numa manifestação à parte: na Câmara Municipal. A grande maioria das mulheres, entretanto, ficou com o congresso: enquanto na Câmara Municipal de São Paulo o Movimento Feminista pela Anistia reunia quase 100 mulheres, o encerramento do congresso contou com mais de duas mil.



O II CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Em 1980, foi organizado o II Congresso da Mulher Paulista, por 52 entidades. Entre elas, sindicatos, sociedades de amigos de bairro, entidades estudantis e também os grupos de mulheres feministas que haviam organizado o I Congresso. Por dois dias consecutivos, reuniram-se aproximadamente 4 mil mulheres, desde donas-de-casa, faveladas, operárias e empregadas domésticas até estudantes e profissionais liberais.

Definitivamente, o movimento de mulheres se ampliava. Nenhuma força organizada de esquerda se encontrava fora desse processo de aglutinação. Mesmo aquelas que não consideravam o feminismo algo sério e inovador, iam até lá para observar e participar das discussões. Falava-se de tudo: sexualidade, trabalho doméstico, aborto, meios contraceptivos e política de controle da natalidade, discriminação no mercado de trabalho, saúde, educação, creche, violência, lesbianismo e, timidamente, do problema da mulher negra. Um serviço de infra-

estrutura garantiu transporte, alimentação e creche, para o qual os homens que apoiavam as feministas e as lésbicas contribuíram voluntariamente, e de maneira efetiva.

Entretanto, ocorreram tumultos durante o congresso, que impediram a conclusão de deliberações importantes para traçar os rumos de uma atuação unitária. A disputa da hegemonia do movimento pelas diversas forças políticas presentes, os partidos políticos legais (PMDB e PT) e os clandestinos (PCdoB, PCB e MR-8), gerou os conflitos. Mas é principalmente com esse congresso que a questão feminista atingiu os partidos políticos. A luta ideológica (que levantou questões como: a mulher tem de ser feminista ou feminina? se a luta é geral, por que, então, ter uma especial para as mulheres? por que discutir o aborto? isso não irá afastar a esquerda da ala progressista da Igreja?) aprofundou-se dentro do próprio movimento de mulheres, ao passo que as feministas tornaram-se militantes inoportunas em seus partidos políticos. Estes tentavam impor sua linha programática ao movimento, desconsiderando por inteiro as singularidades das mulheres que se apresentavam na família, no casamento, em relação à maternidade, ao aborto, à sexualidade, no trabalho, no processo de profissionalização e de educação.

As feministas propunham autonomia para que as mulheres pudessem expressar sua luta, seus desejos e sentimentos. Para conseguir autonomia, é necessário se desvincular dos partidos políticos? Era a pergunta que as feministas e outras mulheres se faziam. Mas muitas delas insistiam em participar dos partidos. E a partir desse momento, travou-se uma luta que se perpetua até os dias de hoje, se bem que com menos intensidade. Como participar do encaminhamento dos problemas comuns a todos os cidadãos sem se omitir nas questões específicas do universo feminino?

São contraditórios estes aspectos da luta: o geral e o específico? A contradição está particularmente naqueles que indicam apenas a luta geral (combate à ausência de liberdades políticas, aos baixos salários etc.) como a proposta que irá equacionar todos os problemas, até mesmo a discriminação da mulher. Quando as mulheres têm nos programas de ação reivindicações específicas, como lavanderias e restaurantes populares, creches, salário igual para trabalho igual, direito à licença-maternidade para empregadas domésticas ou ao parto humanizado, direito de decidir ser ou não ser mãe, elas não só procuram meios de melhorar suas condições de vida e trabalho, mas de construir uma sociedade em que todos serão beneficiados.

A partir do II Congresso da Mulher Paulista, as entidades feministas organizaram o Encontro de Valinhos, no Estado de São Paulo, para discutir a questão da autonomia e suas prioridades para o momento. Cerca de 150 feministas participaram deste encontro, em junho de 1980. Elegeram duas prioridades: a luta contra a violência doméstica e contra o controle da natalidade, afirmando o direito da mulher de decidir o número de filhos. Algumas entidades tornaram-se grupos de reflexão, dissolvendo-se mais tarde, como é o caso do Brasil Mulher e do Nós Mulheres. Outras iniciativas se desenvolveram e deram origem a novas organizações de mulheres. O ano de 1981 foi marcado pelo aparecimento de várias entidades feministas ou simplesmente de mulheres.

Algumas organizações feministas tiveram como objetivo estabelecer uma prestação de serviços alternativos em determinadas especialidades. É o caso do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, do Centro de Informação Mulher (CIM), do SOS-Mulher e da Casa da Mulher da Bela Vista. Outras nasceram para garantir um espaço mais permanente para a mu-

lher se mobilizar em defesa dos seus direitos e ter sua presença de forma caracterizada nos movimentos gerais. É o caso da União de Mulheres do Município de São Paulo, do Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo, da Casa da Mulher do Grajaú, entre outras. Algumas entidades surgiram com o objetivo de arregimentar massas femininas com propósitos partidários ou, mais que isso, eleitoreiros, sendo o exemplo mais expressivo a Federação das Mulheres Paulistas.

De qualquer maneira, nas entidades feministas em que participavam mulheres de partidos políticos (de esquerda), havia sempre uma polêmica: "Até onde submeter a autonomia das mulheres aos limites impostos pelos partidos?". Refiro-me particularmente às que eram, como eu, militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Os dirigentes do partido não admitiam que suas militantes discutissem questões como sexualidade, aborto e o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo. Eram também contrários aos encaminhamentos de lutas contra a violência doméstica e sexual. Diziam-se temerosos de que tais questões pudessem provocar "divisões no seio da classe operária". Argumentavam que tais bandeiras satisfaziam apenas uma elite de mulheres e não "galvanizavam as amplas massas femininas". Em que pese o nosso desejo de ver os partidos políticos e os sindicatos respeitarem a autonomia do movimento feminista, a prática dessas instituições tem demonstrado o quanto é difícil a incorporação de nossos projetos aos delas. Oxalá as feministas que ainda militam nessas instituições consigam algum êxito.

A DIVISÃO DO MOVIMENTO. O III CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Às vésperas do III Congresso da Mulher Paulista, o movimento de mulheres se dividiu.

A cisão ocorreu entre os grupos que preparavam o congresso. Militantes do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, organização política que atua dentro do PMDB) arregimentaram entidades de bairro e de classe, inclusive a Associação de Mergulhadores de Santos, para combater os grupos feministas.

Logo as discussões internas, ocorridas nas reuniões preparatórias do congresso, chegaram à imprensa. As militantes do MR-8 falavam aos jornais que não permitiam a entrada das lésbicas no movimento. Uma dessas militantes, Márcia Campos, declarou à *Folha de S. Paulo* (11/2/1981) que “a lésbica nega a sua própria condição de mulher, e não pode fazer parte de um movimento feminino”.

Aproveitavam do preconceito existente contra a feminista e a lésbica para obter a simpatia popular e ganhar a hegemonia do movimento, esvaziando-o de seu conteúdo — as reivindicações das mulheres. E de imediato ganharam a simpatia dos dirigentes partidários, particularmente os do PCdoB e PCB, que passaram a pressionar suas militantes para que se aliassem ao MR-8. Dadas as divergências no interior desses partidos, eles tiveram uma atuação ambígua e participaram das duas articulações políticas então formadas, que, com a cisão, passaram a organizar dois congressos.

Chegou-se ao absurdo de a direção do PCdoB convocar suas militantes para participar dos dois encontros. “Resta às mulheres conscientes participar de ambos os encontros. E neles levar a questão da unidade do movimento de mulheres, criando as condições para que o IV Congresso seja realizado de forma unitária”, dizia um texto publicado pelo PCdoB. Com essa atitude, esse partido não só legitimou a divisão criada pelo MR-8 como definiu a cisão dentro da sua própria organização, expulsando suas militantes feministas.

Ocorreram dois congressos nos mesmos dias, 7 e 8 de março de 1981. Felizmente em locais distintos, o das feministas, na PUC, e o outro, no Pacaembu, em São Paulo.

As militantes do MR-8 pretendiam, como de fato o fizeram, formar a Federação das Mulheres do Brasil, uma tentativa de reeditar a antiga Federação de Mulheres dirigida pelos comunistas no final da década de 40.

A divisão ocorrida em São Paulo repercutiu nas organizações de mulheres de outros estados brasileiros. No Rio durante a realização do II Congresso da Mulher Fluminense (também em 1981), as mulheres repeliram a formação de uma “Federação de Mulheres”. Atitudes semelhantes tiveram mulheres de outros estados, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul,

Paraná, Minas Gerais e Goiás. Recusaram-se a participar de uma federação.

Mesmo no Congresso das feministas e suas aliadas, o clima foi de insegurança emocional e política. Algumas se intimidaram até com a bandeira da "constituente livre e soberana". Havia ainda a falta de prática de exercitar a autonomia e de conviver com as diversidades entre as próprias mulheres.

Marcas profundas ficaram nas ativistas.

Houve mulheres que se afastaram, outras que aderiram à linha de cooptar e manipular os desejos e sentimentos e por último as que passaram a procurar o caminho da autonomia.

O motivo principal da divisão foi, sem dúvida, a participação dos partidos políticos e a sua disputa pela hegemonia do movimento, sem respeitar a dinâmica, a organização, o funcionamento e as decisões do conjunto das mulheres. Sem considerar a autonomia do movimento, esses partidos contribuíram para que ocorresse a cisão. Mas havia também, por parte desses partidos, a não-aceitação de bandeiras específicas, como, por exemplo, a que se refere ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo.⁷⁴

Referimo-nos aqui apenas aos partidos políticos de esquerda, porque eram os que se faziam presentes. Daí o interesse das mulheres em se incorporar a eles, enquanto os de direita, na condição de conservadores, não participavam das reuniões e encontros do movimento.

Autonomia

Até hoje tem sido muito difícil para os partidos políticos de esquerda absorver a idéia de incluir como uma de suas prioridades a política de defesa das mulheres e seus direitos. Até

agora não compreenderam que as mulheres, ao se deparar com a luta de classes, enfrentam uma outra contradição que, embora menos visível, não é menos aguda: a relação homem-mulher. Na sociedade de ideologia patriarcal⁷⁵, o homem submete a mulher e a sua própria família à sua dominação, por considerar que ele tem mais responsabilidade e condições para decidir sobre a companheira e os filhos, chegando muitas vezes a usar da violência.

Assim, por exemplo, o trabalhador que frequenta o sindicato não incentiva a participação de sua própria companheira. Reforça-se então a divisão sexual dos trabalhadores, com atitudes preconceituosas que desvalorizam e colocam a mulher num plano inferior, como se esta tivesse menos capacidade que o homem. A sociedade de classes estabelece para a mulher o papel de reprodutora e mantenedora da força de trabalho. Assim justifica o seu lugar no exército de mão-de-obra de reserva e a "eterna" divisão entre homens e mulheres. Portanto, a necessidade da autonomia da mulher se explica pela própria história da condição da mulher — estando milenarmente à margem do processo de decisão, ela tem acatado as opiniões dos homens e se submetido às suas vontades e decisões. Isso ocorre tanto na área privada como pública: família, Igreja, Estado, partidos políticos, sindicatos etc. Daí a necessidade de propiciar à mulher o direito de falar por si, tomar suas próprias decisões, buscar, enfim, sua identidade.⁷⁶

A autonomia do movimento é uma exigência histórica da luta de libertação da mulher. Mas no movimento devem participar tanto mulheres autônomas como militantes de partido. Esse movimento deve ter uma estrutura que garanta a democracia interna, impedindo a manipulação. A atuação feminista, tanto no movimento autônomo como nos partidos políticos, tem sido por demais difícil.

O movimento autônomo de mulheres significa uma organização temporária ou permanente para discutir e decidir sobre manifestações e outras atividades em defesa das mulheres. Nesse espaço, em São Paulo, reúnem-se mulheres de partidos e sindicatos, além de feministas organizadas e independentes. Há diferenças entre elas no discurso e nas maneiras de se manifestar. Mas isso não torna impossível a convivência política desde que os laços organizativos sejam flexíveis.

Como militante, considero que já temos experiência suficiente para minimizar essas dificuldades. As feministas podem estabelecer algumas regras para definir organizações abertas, mesmo que isso implique certos riscos, que serão enfrentados democraticamente.

O importante é discutir com franqueza e sem medo, não só a autonomia como a questão do poder. Há feministas que temem — até por razões históricas — a presença dos partidos no movimento, pois estes poderão instrumentalizar a mulher e desviá-la das suas lutas específicas. Por sua vez, os partidos políticos consideram-se vanguardas de todas as lutas, até mesmo a das mulheres, perdendo de vista o princípio fundamental da revolução: a libertação dos explorados e oprimidos só será possível com a iniciativa e a ação dos mesmos.

Cabe a estes o papel de sujeito de suas próprias lutas e conquistas. O mesmo deve ser aplicado ao movimento de mulheres:

“As mulheres necessitam de um instrumento próprio de organização, instrumento que lhes possibilite usar um método de interpretação da vivência feminina a partir da própria condição de mulher enquanto tal. Uma organização que também lhe permita a superação do seu isolamento, historicamente formado, assim como de sua marginalização em sociedade. Enfim, que lhe permita tomar

consciência de sua condição de explorada e oprimida, através da análise política de dados extraídos de seu cotidiano e de sua vivência feminina.”⁷⁷

Os partidos políticos de esquerda só poderão contribuir positivamente para o movimento das mulheres desde que respeitem a formulação teórica elaborada pelas próprias mulheres e a autonomia do movimento:

Mas hoje o grande desafio a ser enfrentado pelo movimento é o problema organizativo e político entre as próprias feministas que se propõem ser autônomas. A questão da mulher — um macrop problema a ser resolvido — não poderá ser encaminhada de forma fragmentada, uma característica das disciplinas acadêmicas e das políticas governamentais. Não se pode tratá-la como um mero problema técnico-profissional ou apenas se especializando em alguns temas.

Uma metodologia fragmentada está sendo empregada em demasia, às vezes com um aparente sucesso, por feministas profissionais, especialistas, e tem tido como resultado a fragilidade do movimento na sua ação cotidiana de combate à opressão e à ideologia patriarcal. Pois estas estão solidamente estruturadas de uma maneira global, atingindo às mulheres em todos os aspectos (econômico, social, político, cultural) da vida, do trabalho e da afetividade. A prática da feminista profissional tem sido mais individualizada e, se não se voltar para o movimento, reduz a capacidade deste.

As mulheres não podem perder de vista as ações coletivas e a construção de um projeto global de transformação da sociedade. Mas esta é uma questão ainda a ser amadurecida pelo movimento feminista.

VIOLÊNCIA

O movimento feminista brasileiro começou a colocar em destaque a questão da violência contra a mulher em 1980, mais precisamente no II Congresso da Mulher Paulista.

A partir do Encontro de Valinhos foi criado o SOS-Mulher, em São Paulo, logo em seguida no Rio de Janeiro e Pernambuco. Em Minas foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Todas essas entidades eram autônomas e tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência, com um serviço voluntário de psicólogas e advogadas. Além de atender a mulher, faziam grupos de reflexão sobre a questão da violência e procuravam os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública.

Podemos citar dois fatos extremamente importantes para que essa causa ganhasse credibilidade, até mesmo junto ao próprio movimento de mulheres, que começava a se expandir pelo território brasileiro.

O primeiro ocorreu em São Paulo, quando uma mulher de classe média alta, casada com um professor universitário, bran-

co, bastante considerado nos meios intelectuais, foi por ele espancada. Num momento em que não se falava na violência doméstica, pois um ditado popular até diz que "Em briga de marido e mulher, não se mete a colher", essa mulher decidida foi à luta. Numa carta carregada de emoção, denunciou o crime praticado contra ela, ainda mais dolorido porque era cometido pelo homem amado.

A mulher brasileira até então se mantinha calada frente à violência doméstica. Capaz de denunciar corajosamente as torturas e assassinatos cometidos pela polícia, omitia a violência praticada contra ela própria pelo seu marido ou companheiro. As feministas denunciavam a violência doméstica e sexual, sem contudo mostrar casos concretos, como uma mulher assassinada pelo companheiro ou uma mulher visivelmente espancada, o que fazia com que jornalistas e lideranças de esquerda alegassem que elas apenas copiavam as européias, porque "lá, sim, é que tem esse tipo de violência".

Portanto, a denúncia daquela mulher da classe média foi um fato histórico na luta contra a violência. No Brasil, fazia-se crer que somente os homens negros e pobres espancavam as mulheres, devido ao alcoolismo ou à extrema pobreza. Tratava-se da questão da violência contra a mulher como um fenômeno de caráter meramente econômico. Transformada a sociedade brasileira, as desigualdades econômicas e sociais seriam eliminadas e tais problemas se equacionariam. Até lá... a mulher deveria permanecer calada.

Quando o tal professor foi acusado pela própria companheira, a denúncia teve grande repercussão. Pois ele não era negro, pobre, alcoólatra e, muito menos, ignorante. Desse episódio nasceu o slogan inicial de uma campanha: "O silêncio é cúmplice da violência". Várias mulheres se dispuseram a denunciar as violências sofridas por parte de seus companheiros.

E o SOS-Mulher, de São Paulo, em menos de um ano de funcionamento, registrou 700 casos de violência contra a mulher.

O segundo fato se deu quando o milionário Doca Street matou sua companheira, Ângela Diniz, em Cabo Frio, litoral do Estado do Rio de Janeiro. As feministas cariocas foram às ruas para exigir a punição do assassino.

Na Justiça brasileira, é comum os assassinos de mulheres serem absolvidos sob a alegação de defesa da honra. Segundo a jurista Florisa Verucci, "embora a lei seja silenciosa, não havendo qualquer referência a esse tipo de atenuante, muitos homens foram absolvidos do crime sob alegação de o terem cometido em legítima defesa da honra. Esse artifício foi criado por brilhantes advogados, que exerceram o mandato de defensores dos inúmeros réus que, com isso, se livraram da cadeia, conspurcando muitas vezes de forma execrável a memória das vítimas, para que estas, aparecendo como traidoras, infiéis, ninfomaníacas, ou o que seja, transformassem o réu em vítima e a vítima em réu".⁷⁸

Mas as feministas cariocas tanto batalharam que a Justiça condenou Doca Street, o que, sem dúvida, representou um novo passo nessa luta contra a violência. O Poder Judiciário, graças à pressão dos grupos de mulheres e à atuação de alguns advogados esclarecidos, passou a dar novo tratamento à questão. Esse episódio repetiu-se em alguns outros estados, onde os grupos feministas organizados fizeram pressão no decorrer do julgamento de assassinos de mulheres, particularmente dos oriundos das classes altas, em que é maior a repercussão junto à imprensa.

No decorrer dessa luta, evidenciou-se não só a violência praticada contra a mulher como a conivência da sociedade e das autoridades constituídas, policiais e judiciárias, em relação a esse tipo de crime.

De um modo geral, os trabalhos realizados pelo SOS-Mulher e pelo Centro de Defesa da Mulher encontravam diversos obstáculos, a começar pelo tratamento dado pelo delegado de polícia ao receber a mulher vítima de violência. Costuma-se tratar as agressões como meras desavenças familiares. Sugere-se até mesmo que a mulher queixosa deve ter tido alguma culpa para que o homem se torne tão agressivo. "Será que você não preparou o jantar dele e ele ficou aborrecido?" ou "Não será porque você anda na rua de minissaia?" Esse tipo de comentário é freqüente nas delegacias de polícia, o que não só constrange a vítima, como incentiva o agressor.

O tratamento na área jurídica não tem sido diferente. A defesa dos acusados é feita da forma mais sórdida, como, por exemplo, a de um advogado no Estado de Alagoas que pediu a absolvição do réu que espancava e ameaçava de morte a esposa com considerações do tipo: "Em incidente doméstico no qual o agente agrediu a companheira causando-lhe levíssimos ferimentos (...) aconselha o interesse social a sua absolvição em vez de uma condenação".⁷⁹

Há ainda uma insistência, por parte das autoridades competentes, em promover a reconciliação. Em certos casos, vítima e acusado — casados ou vivendo maritalmente — são chamados à delegacia, antes da abertura do inquérito policial, para que se reconciliem. Não se considera que o espancamento da mulher pode se transformar numa escalada perigosa da violência, principalmente quando as agressões se repetem, e que um homicídio poderá destruir definitivamente aquela família. Todo esse comportamento faz parte de um jogo em que a conivência da sociedade, da vítima e das autoridades converge para a manutenção do silêncio, da impunidade e da continuidade da relação.

Outro ponto importante no trabalho das feministas foi a denúncia do estupro como forma de violência que atinge priorita-

riamente a mulher. Mas não apenas a ela. Atinge também a homens e crianças. Em São Paulo, de 1985 a 1990, foram registrados 162.463 boletins de ocorrência de lesões corporais, tentativa de estupro e mesmo de estupro em mulheres, conforme dados da Assessoria Especial das Delegacias de Defesa da Mulher.

Até então, o estupro, corriqueiro nas páginas policiais dos diários mais lidos, recebia um tratamento sadomasoquista, em que o crime era praticado por "tarados" ou "anormais" contra mulheres de conduta suspeita, que se vestiam sem nenhum decoro e se encontravam em lugares pouco recomendáveis. O tratamento policial e jurídico foi quase sempre traçar o perfil da vítima como a mulher que provoca o acusado a praticar de forma agressiva o ato sexual, colocando-a na condição de prostituta ou de alguém que busca a "vingança" contra o homem.

O estupro é visto na lei brasileira (art. 213 do Código Penal) da seguinte forma: "constranger mulheres a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça". O crime fica restrito à mulher, pois se entende por conjunção carnal a penetração vaginal, não sendo julgado estupro o coito anal, qualificado como atentado violento ao pudor (art. 214, do Código Penal). E é ainda considerado, pela atual legislação brasileira, crime contra a moral e os costumes, e não contra a pessoa.

Assim, as feministas, ao denunciar o crime de estupro, passaram a reivindicar que este seja considerado crime contra a pessoa e que a defesa não possa usar a clássica alegação de que a mulher teria provocado o crime. Na realidade, a vítima de estupro pode ser também uma criança ou um outro homem. Em todos esses casos, o estupro deve ser considerado crime contra a pessoa e deve ser punido.

A criação da Delegacia de Defesa da Mulher

Nas eleições de 1982, quando, depois de um longo período de ditadura militar, os governadores voltam a ser eleitos diretamente, os movimentos de mulheres propõem que suas reivindicações sejam incorporadas aos programas dos candidatos democráticos. Destacou-se a questão da violência contra a mulher.

Algumas feministas vinculadas ao PMDB, partido que conquistou o governo do Estado de São Paulo, reivindicaram a formação do Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão voltado para a questão da mulher. Criado em 1983, apresenta em seu programa quatro prioridades: creche, saúde, violência e trabalho.

No dia 6 de agosto de 1985, o governador Montoro criou, por decreto, a Delegacia Policial de Defesa da Mulher. Ele já havia criado o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico (Coje), que atendia as mulheres vítimas de violência. A prática desse serviço e o trabalho desenvolvido pelo SOS-Mulher constataram mais uma vez, e agora em nível oficial, o constrangimento que as mulheres enfrentavam nas delegacias comuns de polícia.

A Delegacia Policial de Defesa da Mulher (DPDM) foi estruturada com um corpo de funcionárias, incluindo equipe interna e externa, de busca e captura.

Já com quase um ano de funcionamento, passou a dar atendimento diário e durante as 24 horas, como as demais delegacias. Similares foram também criadas no interior do Estado de São Paulo e em quase todos os outros estados brasileiros. No Estado de São Paulo foram implantadas 69 unidades de DPDM.⁸⁰

Com a criação dessas delegacias, a demanda, antes reprimida, começa a aflorar nas estatísticas policiais de norte a sul,

permitindo trazer à tona uma realidade anteriormente oculta. Surgiu a possibilidade de estabelecer com maior precisão os diferentes tipos de crimes contra a mulher.

“Esta importante iniciativa contribuiu, decisivamente, para trazer à luz do dia um fenômeno historicamente oculto e considerado ‘normal’ pela sociedade: a violência doméstica. Violência esta até então não desvendada, principalmente pela resistência das próprias mulheres vitimadas, que sempre tiveram enorme dificuldade de expor as agressões e humilhações sofridas a um policial do sexo masculino, pela falta de imparcialidade e respeito desses policiais.”⁸¹

Com a sua criação, as DPDM passaram a provar talvez para o mundo que tais instituições não são discriminatórias, mas, pelo contrário, colocam a nu a realidade oculta e permitem medidas concretas de combate a esse tipo de violência, assunto proibido até então.

Sem dúvida, passou-se a dar ênfase à violência doméstica, encoberta há séculos no nosso país sob o manto da sagrada família, que visa proteger a mulher e oferecer o seu bem-estar. A atuação dessa delegacia passou a desnudar o espaço doméstico como perigoso, à medida que é nele que se estabelece o confronto subjetivo e cotidiano entre, de um lado, a imposição da disciplina e, do outro, a resistência.

É justamente nesse espaço, onde estão em jogo homens e mulheres em suas relações privadas, que o abuso físico, psicológico e sexual por parte dos homens contra as mulheres ocorre com uma frequência maior do que costumavam apontar as estatísticas oficiais. Mas não foi só a violência doméstica que a Delegacia de Defesa da Mulher mostrou. Apareceram casos em que as trabalhadoras eram vítimas de violência sexual em seu local de trabalho, pelo abuso de autoridade exercido pelos chefes.⁸²

O levantamento e o estudo — feitos pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo — de 2.038 boletins de ocorrência emitidos de agosto a dezembro de 1986 indicam que 71,3% dos casos atendidos acontecem no âmbito doméstico. Observou-se ainda que a maior incidência das ocorrências, 38,7%, acontece à noite, vindo a seguir a tarde, com uma porcentagem bem menor de 18,2%, e o domingo, com 19,2%.

A Constituição Federal passa a reconhecer a violência doméstica e a necessidade do Estado de criar mecanismos para coibi-la.⁸³

Há ainda a registrar a reação do homem, o acusado, que, muitas vezes, se sente envergonhado por ser preso por uma mulher. Um morador de São Luís, no Maranhão, preso por uma investigadora por ter agredido sua mulher, declarou: ‘Essa foi a maior vergonha de minha vida, ser pela primeira vez preso e ainda por cima por uma mulher’.⁸⁴

Hoje, no Estado de São Paulo, o funcionamento e a eficiência das DPDM caíram em qualidade. As atuais delegadas e demais funcionárias não se encontram preparadas adequadamente para atender à demanda. Buscam justificar a violência doméstica apenas pelos motivos econômicos. A ausência de equipamentos e particularmente de casas de abrigo para dar segurança às vítimas ameaçadas de morte por seus companheiros piora as circunstâncias para as mulheres que denunciam a violência doméstica. Por exemplo, no dia 9 de fevereiro de 1992, Maria Aparecida Donizete de Oliveira foi assassinada pelo seu ex-marido, depois de ter dado queixa na Delegacia de Defesa da Mulher, em Santos.

Em São Paulo, alguns serviços de atendimento à mulher vítima de violência foram criados durante o governo municipal da prefeita Luíza Erundina. São eles:

- Casa Eliane de Grammont (assassinada pelo ex-marido, o cantor Lindomar Castilho): é um centro de atendimento social e psicológico;
- Casa-abrigo Helenira Rezende de S. Nazareth (guerrilheira da região do Araguaia assassinada pelos militares durante a ditadura): serve para abrigar mulheres com risco iminente de serem assassinadas por companheiros ou maridos;
- Aborto legal, para casos de gravidez resultante de estupro, no Hospital Municipal do Jabaquara;
- Programa de atendimento médico e psicológico às vítimas de violência sexual, implantado em cinco postos municipais de saúde.

TRABALHADORA RURAL

TRABALHADORA RURAL

A partir da década de 80, as trabalhadoras rurais passaram a promover encontros regionais e mesmo nacionais, levantando as dificuldades de seu trabalho e fazendo reivindicações.

Minha militância feminista tem se dado principalmente na cidade de São Paulo. Mas, ao longo desses anos, tive oportunidade, também, de me relacionar com trabalhadoras rurais, as bóias-frias, que moram nas cidades e trabalham na roça. Muitas dessas mulheres começaram a se integrar nos encontros feministas, como o III Encontro Feminista Latino-Americano⁸⁵ e os encontros nacionais feministas, e no Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte.

No III Encontro Feminista Latino-Americano, camponesas brasileiras e peruanas puderam trocar suas experiências. O momento mais emocionante foi quando um grupo de peruanas subiu ao palco para falar da Marcha contra a Fome, que percorreu várias regiões do Peru até chegar a Lima. As brasileiras, trabalhadoras rurais de Pernambuco e Ceará, ouviram si-

lenciosas, procurando entender a língua e a luta daquelas mulheres de tranças, com cara de índias.

Elas pediam solidariedade, ao falar de suas crianças desnutridas e famintas e daqueles que morreram durante a longa caminhada; e de seus maridos que há meses não recebiam nenhum salário, mesmo trabalhando nas minas. Parece que naquele momento do encontro o mundo cresceu para as trabalhadoras rurais. E, de repente, elas descobriram outras mulheres que também enfrentavam uma vida difícil de viver.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), há 12 milhões de trabalhadores rurais, sendo que 40% são mulheres. No Estado de São Paulo há quase 650 mil trabalhadoras rurais.⁸⁶ Os principais assuntos dos encontros de trabalhadoras rurais, ocorridos no Estado de São Paulo, foram: participação sindical, guarda dos filhos, saúde da mulher, previdência social, infra-estrutura no local de trabalho e reforma agrária.

Nos encontros, as mulheres se misturavam umas às outras para conversar de suas vidas e da violência que sofrem no campo e em casa. No Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, uma camponesa da região do Bico do Papagaio, no Estado de Goiás, denunciou corajosamente as atrocidades cometidas contra mulheres e crianças por pistoleiros a mando dos fazendeiros e latifundiários.⁸⁷

As camponesas e trabalhadoras rurais contam sua vida. Em seus depoimentos discorrem sobre seu cotidiano, sempre sofrido. Mas têm muita certeza de que, unidas, vão descobrir uma forma melhor de viver. Começam a lida cedo: às 3 ou 4 horas da manhã, se levantam, fazem a comida e preparam as marmitas. Só depois disso é que vão acordar os maridos e filhos. Falam da gravidez e de como é duro, quando se está grávida, conciliar o trabalho de cortadeira de cana, colhedora de café

ou catadora de laranja, ou mesmo "carpir" com a barriga pesada. Doem as costas, as pernas, e às vezes elas sentem-se fracas. Mas não podem desanimar. Algumas trabalham até a hora do parto, outras não conseguem. Mas é comum muitas voltarem a trabalhar bem antes de terminar o período de "resguardo". A licença-maternidade não era um direito reconhecido legalmente até a promulgação da atual Constituição. Mesmo assim, houve pouca mudança na prática. E há um veto a esse direito encaminhado pelo presidente Collor no Congresso Nacional, em 1992.

A vida com os homens é semelhante à das mulheres que vivem nas áreas urbanas. Muitas apanham dos maridos; outros "largam" as mulheres com os filhos pequenos, e elas têm de ir trabalhar para sustentar a família, sendo ainda mais discriminadas. Os olhos de muitas se enchem de lágrimas quando contam que se vêem obrigadas a levar os filhos para o trabalho na roça. Quando isso acontece, o filho de 4 ou 5 anos vai cuidar do irmão que é ainda menor que ele. Ficam todos expostos ao tempo, seja chuva, seja sol. Nas lavouras, não há nenhum abrigo para se protegerem, nem sanitários, nem fogão. Comem o que levam na marmita sem ao menos esquentar a comida — são as bóias-frias. Mas não gostam de ser chamadas assim. Consideram-se, com razão, trabalhadoras rurais. Outras mães não conseguem trabalhar porque estão com os filhos pequenos. Outras, mesmo sozinhas, mas grávidas, são barreadas pelo "gato" — intermediário entre os patrões e os bóias-frias.

Nas cidades há poucas creches e estas funcionam em horários que não coincidem com o horário de trabalho das mães. Os trabalhadores rurais têm de pegar o caminhão às 5 horas da manhã e as creches começam a atender as crianças às 7 horas.

Por não haver sanitários na roça, as mulheres são obrigadas a fazer suas necessidades fisiológicas, ou mesmo trocar o absorvente higiênico, escondidas numa rodinha feita por elas mesmas. Depois enterram o absorvente usado, com a ajuda de uma enxada ou facão — seus instrumentos de trabalho.

A aposentadoria é outro problema. Só a conseguem quando completam 60 anos, isso se não forem casadas, pois, nesse caso, só o marido terá direito de se aposentar.

Muitas mulheres não têm suas carteiras profissionais assinadas pelos patrões, o que as impede de usufruir de direitos trabalhistas. “Menos de 6% das trabalhadoras no campo tinham carteira assinada. Mesmo em São Paulo, esse contingente era inferior a 14% em 1980.”⁸⁸

Hoje elas reivindicam, pelo menos, a obrigatoriedade de se construírem galpões, com sanitários e um fogão, para que os trabalhadores possam ter um mínimo de abrigo, na hora do almoço e em caso de emergência. Mas sonham mesmo é com a reforma agrária. “Que a terra seja de quem é criado nela e sabe criar com ela”, é o que elas falam. “Se a gente pudesse morar na terra onde a gente trabalha, a vida era melhor. Não vamos precisar de comer bóia-fria, os filhos estavam por perto e a gente sempre pode plantar para comer. Resolve assim o problema da nação, que é a falta de alimentos. Mas é necessário uma reforma agrária, com garantia de sementes, máquinas e produtos para tratar a terra. Tudo isso poderia ser repassado aos trabalhadores rurais através de cooperativas, onde todos nós pagaríamos coletivamente.”⁸⁹



A MULHER E A CONSTITUINTE

Em 1986, elegeram-se os deputados para o Congresso Constituinte. Há 40 anos, uma outra Assembléia Nacional Constituinte, considerada a mais democrática de nossa história, não contou com uma única mulher. Em 1986, dos 559 deputados federais eleitos, 26 eram mulheres.

A mobilização das mulheres foi marcante — tanto no período que antecedeu as eleições como durante os trabalhos da Constituinte — e facilitada pela criação de órgãos públicos específicos para as questões da mulher. A partir de 1983, foi fundado em São Paulo o Conselho Estadual da Condição Feminina, exemplo que passa a ser seguido por diversos outros estados. Em 1985, o governo federal criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que se tornou, em determinado momento, um instrumento de mobilização das mulheres por suas reivindicações. Dessa forma, elas conseguem acompanhar o trabalho dos constituintes e debater, polemizando em torno de seus direitos, as novas leis que estão sendo elaboradas.

Em 26 de agosto de 1986, houve, em Brasília, o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Contou 1.500 participantes, de variadas condições, desde trabalhadoras rurais, aposentadas, negras, posseiras e operárias até profissionais liberais e candidatas a deputada constituinte. Dada a amplitude do evento, as propostas aprovadas unificaram os anseios das mulheres do país inteiro. Praticamente todas as reivindicações levantadas foram apresentadas pelos constituintes, que as incorporaram ao texto constitucional. Feministas e grupos de mulheres exerceram pressão constante, percorrendo durante todo o processo constituinte as dependências do Congresso para debater com os políticos e tentar convencê-los.

A única exceção, ou a principal, diz respeito ao direito de aborto. E mesmo nesse caso, a participação das feministas impediu que houvesse um retrocesso na lei brasileira. Deputados evangélicos e católicos pretendiam introduzir "o direito à vida desde a concepção", proibindo até aqueles casos já previstos na lei (Código Penal de 1940): o direito de interromper a gravidez resultado de estupro e a que provoca risco de vida materna. As feministas reagiram de maneira decisiva, exigindo a legalização do aborto. Aproveitaram a oportunidade oferecida pelo regimento interno e colheram mais de 30 mil assinaturas para a Emenda Popular nº 65; e no dia 26 de agosto de 1987, uma representante do movimento feminista subiu à tribuna para fazer a defesa dessa emenda.⁹⁰



SAÚDE, MULHER E MOVIMENTO

Em meados da década de 70, quanto mais as feministas saíam ao encontro das mulheres nos bairros, fábricas e favelas, mais a reivindicação saúde ia ganhando corpo. Elas se reuniam para um bate-papo. Começava-se a falar da vida cotidiana e rapidamente derivavam para as questões da maternidade, do parto, de como evitar filhos ou de como tê-los e criá-los com dignidade.

Toda essa conversa vinha carregada de denúncias das dificuldades que enfrentavam: ausência de serviços públicos de assistência à saúde, tanto para as grávidas como para seus filhos pequenos. Para as outras então, as donas-de-casa, o alcance do atendimento médico era ainda mais difícil. Só conseguiam quando estavam trabalhando ou com carteira profissional do marido ou companheiro.

E essa situação se complicava ainda mais com a falta de esgotos, de água, enfim, de um serviço de saneamento básico. As cidades se estendiam cada vez mais para as periferias, enquanto os governantes só investiam nas áreas centrais. Incenti-

vavam o crescimento da indústria, à custa da poluição do meio ambiente. Construíam modernas rodovias, sem contudo tomar iniciativas que garantissem os transportes coletivos urbanos e a infra-estrutura necessária às grandes massas populares que se encontravam cada vez mais concentradas em torno das regiões industriais.⁹¹

Nessa mesma época, as mulheres começavam a delinear uma proposta política de saúde. Sem dúvida, muitos profissionais da área também colaboraram para formular as premissas dessa política. Surgiram reivindicações para construir postos de saúde nos bairros da periferia. Exigiam também rede de água e esgoto.⁹²

Pode-se até dizer que atrás de cada luta havia um grupo organizado de mulheres. Eram donas-de-casa, faxineiras e mães que iam às autoridades reivindicar. E voltavam para as reuniões, às vezes com alguma promessa de que iam ser atendidas, outras vezes sem sequer terem sido recebidas pelas autoridades. E ainda eram ameaçadas com intimidações policiais. Quando chegavam em casa, muitos maridos ou companheiros negavam apoio. Não queriam que suas mulheres participassem. Mas foi assim que os bairros populares começaram a ter seu posto de saúde e o atendimento pré-natal e infantil.⁹³

As mulheres, entretanto, queriam mais. Precisavam evitar filhos, começavam a reivindicar, no começo tímidas e depois mais à vontade, o seu direito ao prazer sexual, desvinculado da reprodução. A sexualidade e o planejamento familiar passaram a ser um dos assuntos principais dessas reuniões.⁹⁴

Os jornais feministas da época acusavam a aspiração das mulheres a uma sexualidade livre. "É preciso também optar por não ter filhos, já que sexo e procriação não andam necessariamente juntos. Isso quer dizer que todas as mulheres devem ter todas as informações sobre os métodos anticoncepcionais que existem. Saber quais são os problemas que podem causar, como controlar erros, possíveis efeitos, enfim, como funcionam."⁹⁵



SEXUALIDADE

E as mulheres sentiam mais e mais o apelo à sexualidade livre e prazerosa. É claro que havia, como ainda há, resistência à discussão. Muitas mulheres das camadas populares, organizadas, estavam em permanente contato com grupos políticos vinculados à Igreja ou à esquerda. A Igreja procurava desviar a discussão para questões também relevantes, como a carestia de vida, os baixos salários e as condições de trabalho. Algumas forças de esquerda negavam energicamente a necessidade de abordar temas ligados à sexualidade: "É um desvio da luta de classes, o que interessa ao proletariado é a firme oposição ao regime militar". Usavam também outro argumento: "Para que falar de sexualidade se o povo não tem onde morar e o que comer?". Não percebiam que a defesa da liberdade do corpo se opõe frontalmente ao autoritarismo e se integra plenamente na luta por melhores condições de vida e trabalho.

As feministas insistiam em travar a polêmica. O jornal *Nós Mulheres* cobria os principais debates. Uma de suas edições pu-

blica: "A vida sexual das mulheres é só para agradar o marido e procriar? A sexualidade é muito mais do que isso: é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimento e ampliação da afetividade"⁹⁶

Paralelamente a essa discussão, travava-se uma luta contra a política de controle da natalidade.⁹⁷ Nesse caso, o leque de alianças era ampliado. A esquerda, uma ala da Igreja e profissionais de saúde repudiavam essa imposição. *O Nós Mulheres* alertava: "O importante é que a possibilidade de controlar o número de filhos, separando assim o prazer sexual da procriação — que é um direito da mulher —, não seja transformado em política de controle da natalidade".

Debatendo a sexualidade, abordavam-se muitos outros pontos: desde as noções mais elementares sobre o corpo das mulheres até as que facilitam o entendimento das complexas relações de poder na sociedade. Quando as mulheres podem conhecer e decidir sobre seu próprio corpo, passam a exigir os meios seguros para o controle da sua fertilidade e começam a separar as questões referentes à sexualidade daquelas concernentes à procriação. Inicia-se um processo importante de libertação, que inclui outras pessoas com as quais ela se relaciona. O próprio prazer sexual da sua parceira ou do seu parceiro será muito mais pleno se as mulheres tiverem condições para vivenciá-lo intensamente.

Uma das dificuldades encontradas até mesmo pelas mulheres organizadas foi a de compreender o lesbianismo como um direito à opção sexual das próprias mulheres. As lésbicas denunciam que há uma imposição social que admite somente a prática heterossexual para as mulheres e tratam o homossexualismo como algo pornográfico.

Por isso, os grupos de lésbicas tiveram um papel importante para trazer o debate sobre o feminismo e o lesbianismo. Um

deles, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista, produzia um jornal, *Chana com Chana*, que contribuiu para abrir os horizontes sobre a sexualidade feminina.

A questão atual é a retomada da discussão sobre a sexualidade, sua livre manifestação frente aos riscos pela contaminação do vírus HIV(Aids). Crescem os casos de Aids entre a população feminina. O Boletim da Rede Nacional Feminista de Saúde e de Direitos Reprodutivos, de outubro de 1992, alerta as mulheres para "a ausência de métodos femininos (que evitem a contaminação pelo vírus HIV no Brasil), o que devolve, ou pelo menos recoloca, o controle de sexualidade da mulher na esfera do poder masculino". O condom feminino ainda não está à disposição das brasileiras. O boletim propõe que seja feito o trabalho de prevenção da Aids "através do caminho de redescoberta do prazer e da vida. Dessa forma, as mudanças exigidas pela epidemia perdem o seu caráter negativo e os ganhos serão, sem dúvida, muito maiores".



ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER

Os serviços de saúde se propunham (e ainda hoje é assim) apenas a atender aos chamados programas materno-infantis. Mas as mulheres começaram a exigir um atendimento mais amplo. Reivindicaram não só o atendimento à sua saúde no período da gravidez, mas em todas as fases de sua vida — infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Elas reclamavam da falta de um serviço de planejamento familiar⁹⁸ e de acesso à informação e a todos os métodos contraceptivos.

Em 1984, o governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, propõe o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Num primeiro momento, só tem o nome, porque se pretendeu apenas abranger as mulheres da faixa etária compreendida entre 15 e 49 anos. De imediato as feministas reagiram, insistindo num programa que atendesse a todas as fases da vida, que já era uma proposta gestada pelo movimento. “Por que o governo se propõe a atender apenas a faixa etária

que corresponde ao período da fertilidade? Não estará ele a fim de impor a política do controle de natalidade?”⁹⁹, indagavam as feministas. Assim pressionado, o Ministério da Saúde acabou por acatar a proposta que contempla as reivindicações feministas.

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) começa a ser implantado em Goiás, com a participação de algumas feministas, profissionais da área de saúde, inclusive a coordenadora, Ana Costa. Em São Paulo, o governo Montoro, em 1983, pressionado pelas mulheres e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, assumiu o Programa, mas deixou de lado o planejamento familiar, para evitar atritos com a Igreja, que só aceita o uso dos métodos contraceptivos naturais, como o de “Billing” e a “Tabelinha”.¹⁰⁰ Criou-se assim o impasse à implantação do PAISM. E até hoje tem sido moroso o desenvolvimento desses serviços. Às barreiras de natureza ideológica, soma-se a ausência de infraestrutura: falta de consultórios ginecológicos devidamente equipados, de diafragma e outros métodos contraceptivos, de maternidades e hospitais. No governo Quéricia, os serviços de planejamento familiar foram anunciados pela televisão, como forma de propaganda (agosto de 1988). Mas quando as mulheres iam procurá-lo nos centros de saúde, os próprios funcionários ironizavam: “Você viu na televisão e acreditou que tinha mesmo o serviço?”. Um representante da Secretaria Estadual de Saúde esclareceu, num canal de televisão, que a propaganda tinha por objetivo levantar a demanda reprimida, pois os Centros de Saúde ainda não estavam devidamente aparelhados para prestar o serviço de planejamento familiar à população. Dos 332 Centros de Saúde, apenas 16 ofereciam algum tipo de atendimento.

Em relação aos serviços prestados pela prefeitura do município de São Paulo, a situação não é muito diferente. Dos 136

postos de saúde, apenas 10 contemplam de alguma forma a saúde da mulher, segundo declarações dadas em março de 1989 pelo então secretário municipal de Saúde, dr. Eduardo Jorge. Entretanto merece destaque a implantação, na rede pública municipal, dos serviços de aborto no caso de gravidez resultante de estupro e de atendimento especial às vítimas de violência sexual.

As autoridades, quando pressionadas por não atenderem às exigências do PAISM, responsabilizam os profissionais de saúde, que, segundo elas, têm forte resistência ideológica em relação à especificidade da saúde da mulher. Na verdade, há falta de vontade política ou mesmo falta de responsabilidade frente aos compromissos assumidos publicamente.

Foi inegável o crescimento político das mulheres ao elaborar sua proposta. Conquistaram a adesão de muitos, mas têm vivido até agora a ansiedade e a frustração de, na prática, não conseguirem ver atendidas suas reivindicações. É preciso vincular a questão da saúde à estrutura econômica e social do país, que impede o desenvolvimento saudável do povo brasileiro.

Pela crise aguda que atravessa o país, somada à ineficácia dos governantes, sabemos que há ainda um caminho tortuoso a ser perseguido. Nem mesmo o antigo programa, que atendia somente na fase da gravidez, funciona a contento.

Mesmo assim há grupos feministas que continuam a realizar serviços alternativos de atendimento à saúde da mulher, mostrando que é possível oferecer uma assistência médica adequada às mulheres.

OS ENCONTROS FEMINISTAS

Os encontros nacionais feministas se sucederam conforme a cronologia abaixo:

- 1º Encontro, em julho de 1979, em Fortaleza (CE);
- 2º Encontro, em julho de 1980, no Rio de Janeiro (RJ);
- 3º Encontro, em julho de 1981, em Salvador (BA);
- 4º Encontro, em julho de 1982, em Campinas (SP);
- 5º Encontro, em julho de 1983, em Campinas (SP);
- 6º Encontro, em julho de 1984, em São Paulo (SP);
- 7º Encontro, em abril de 1985, em Belo Horizonte (MG);
- 8º Encontro, em agosto de 1986, em Nogueira (RJ);
- 9º Encontro, em setembro de 1987, em Garanhuns (PE);
- 10º Encontro, em setembro de 1989, em Bertoga (SP);
- 11º Encontro, em setembro de 1991, em Caldas Novas (GO).

Os primeiros encontros ocorriam no mesmo local em que se realizavam as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O espaço político e a presença de mulheres de quase todos os estados brasileiros propiciavam a oportunidade do encontro.

A partir de 1985, as mulheres passaram a realizar seus encontros em espaços independentes.

Esses encontros têm sido, na medida do possível, bienais. Neles se reúnem mulheres de sindicatos urbanos e rurais, de universidade, de entidades autônomas e de órgãos governamentais, além de feministas independentes. Nos últimos três encontros a média de participantes foi de aproximadamente 700 mulheres, que discutiram os rumos do feminismo, a questão racial e o lésbismo. Começam a fazer parte do temário as novas tecnologias de reprodução, a ecologia e a Aids. Frente à realidade social e econômica do país, há também necessidade de tratar dos temas antigos do movimento, particularmente no que se refere à implementação de políticas públicas. Tanto assim que, no último encontro, as mulheres aproveitaram a coincidência estar ocorrendo na cidade também, um congresso de secretários municipais de Saúde do Estado de Goiás para denunciar os altos índices de esterilização feminina e reivindicar a implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). O 12º Encontro será no Estado do Pará, provavelmente em 1994.

As mulheres latino-americanas e caribenhas que tiveram participação significativa nos movimentos históricos, mas na condição de sujeito de apoio, estão se rebelando contra o patriarcalismo e construindo suas organizações e formas de expressão.

Espalhados pelos continentes, grupos de mulheres — feministas ou não —, permanentes ou temporários, perseguem suas metas: denúncia de violência sexual e doméstica, criação de ser-

viços alternativos, proposição de políticas públicas e manifestações nas datas significativas do movimento feminista.

De 1981 até hoje (início de 1993), as mulheres já realizaram cinco encontros feministas latino-americanos. E estão preparando o 6º Encontro, que deverá acontecer ainda em 1993, em El Salvador.

Os cinco encontros tiveram a seguinte cronologia:

- 1º Encontro, em julho de 1981, em Bogotá, Colômbia.
- 2º Encontro, em julho de 1983, em Lima, Peru.
- 3º Encontro, em agosto de 1985, em Bertioga (SP), Brasil.
- 4º Encontro, em outubro de 1987, no México.
- 5º Encontro, em novembro de 1990, em San Bernardo, Argentina.

No último desses encontros, as mulheres decidiram organizar-se em redes — espaços autônomos com mulheres das diferentes regiões dos continentes —, como forma de divulgar e fazer ações continentais em defesa dos seus direitos. Muitas dessas redes foram criadas com base nos temas tratados: legalização do aborto, saúde, contra a violência sexual e doméstica, comunicação, participação política, questão racial, entre outros.

Mas o momento mais impressionante foi quando as mulheres saíram em passeata pelas ruas de Buenos Aires. Manifestaram-se contra o indulto (perdão aos militares que torturaram e assassinaram os opositores da ditadura militar argentina) e contra a violência sexual e doméstica. As cinco mil mulheres, as mães da Praça de Maio, as negras, as lésbicas, as jovens e as idosas gritavam alegremente a favor de seus direitos. Era o dia 25 de novembro, Dia Internacional contra a Violência à Mulher. O jornal da grande imprensa argentina *Clarín* registrou a passeata. “Os homens não podiam crer no que

seus olhos viam e, muito menos, no que escutavam seus ouvidos: 'Mulher que não se organiza segue passando camisa'."

A avaliação do 4º Encontro (México) mostrou o crescimento do feminismo quando mulheres de vários setores sociais se proclamaram feministas. As mulheres do Coletivo Ven Seremos consideraram que o mais gratificante do encontro "foi ver que o feminismo vem atingindo setores que há dez anos era impensável. Ao ouvir, numa plenária, companheiras de outros países, em pé de guerra, que hoje se denominam feministas, ao ouvir religiosas reivindicarem uma Teologia Feminista de Libertação e defender o direito ao aborto, e ao ver igualmente a participação das mulheres do movimento urbano popular reconhecerem a necessidade da dupla luta, a de classe e a de gênero, constatamos que o feminismo está vivo e crescendo, adotando novos rostos e fisionomias". A palavra gênero é usada pelas feministas para estabelecer que os sexos feminino e masculino constituem categorias não só biológicas, mas cultural e socialmente construídas.

O 3º Encontro aconteceu no Brasil e foi pela primeira vez que muitas brasileiras puderam conhecer feministas de outros países. Nele foram introduzidas novas formas de expressão e de linguagem que não necessariamente o discurso. As mulheres se expressaram por mímica e outras atividades corporais, por máscaras e por representações teatrais. A partir desse encontro, as mulheres passaram a criar novas dinâmicas de trabalhar entre elas próprias os temas do feminismo, onde razão e emoção pudessem ter uma expressão equilibrada.



CONCLUSÕES

A história da condição da mulher brasileira não foge à regra universal de opressão da população feminina ao longo dos tempos.

No Brasil Colônia, as índias, as negras e as brancas, cada uma com sua especificidade, foram exploradas pelos colonizadores e pela população masculina. Ingenuamente serviram ao pai, ao patrão e ao marido, manipuladas pela Igreja. Ocuparam um lugar secundário na incipiente sociedade brasileira da qual foram, desde o início, excluídas. Não sem rebeldia e resistência: as mulheres negras, com ações coletivas; e as brancas, quase sempre individualmente.

No Brasil Imperial, a condição da mulher permaneceu imutável no seu papel de mãe, esposa e dona-de-casa. Os centros de decisão política eram exclusivos dos homens. Mesmo assim, houve mulheres que se destacaram, ao lado de escravos e intelectuais, em lutas sangrentas pela Independência e pela abolição da escravatura.

Com o desenvolvimento das cidades, iniciou-se uma ínfima participação das mulheres nas poucas escolas existentes. Algumas, raras, entretanto, chegaram até a ingressar na universidade.

No final do século XIX, despontaram as primeiras idéias feministas, abolicionistas e republicanas. A imprensa feminista da época — verdadeiro fenômeno — impressiona até hoje os estudiosos do assunto.

As primeiras manifestações das mulheres trabalhadoras e o surgimento de iniciativas feministas ainda que isoladas correspondiam às novas condições criadas no país. O avanço do movimento revolucionário na Europa trouxe reflexos nas ações dos trabalhadores no Brasil. O mesmo ocorreu com o movimento feminista que na ocasião lutava pelo direito ao voto secreto extensivo às mulheres. Essa luta pelo direito ao voto feminino foi a principal bandeira feminista no Brasil no início deste século, e desencadeou pela primeira vez uma ação articulada entre mulheres de vários estados. Era uma iniciativa nitidamente de caráter feminista, uma vez que os homens já tinham esse direito. A essa campanha, agregaram-se outras reivindicações de caráter especificamente feminino.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres exerceram intensa atividade, tanto para sua sobrevivência quanto nas lutas antifascistas. Mas mesmo assim, não viram recompensados seus esforços. Na defesa da paz e na luta pela estabilidade democrática e pela soberania nacional, a mulher representou uma força expressiva, sem que, contudo, seus direitos fossem considerados.

Em 1964, assinalou-se o ponto de inflexão da crise política, social e econômica que vinha se gestando no país entre as forças retrógradas e as progressistas. A solução da crise se deu em nível de cúpula, o que garantiu a vitória a favor das forças

mais retrógradas, via golpe militar. O Golpe de 64 se propôs a liquidar de vez com o movimento democrático e progressista no país, reprimindo-o com violência e terror.

Nesse processo, as mulheres foram duramente atingidas. Pela primeira vez, surgem no país organizações políticas de caráter eminentemente reacionário com o objetivo de manipular as mulheres para dar sustentação social às forças golpistas.

O terrorismo sistemático, instaurado pela ditadura militar, interrompeu bruscamente os projetos políticos da esquerda e o processo democrático em curso; impôs um regime político de caráter fascista. Acuados, os setores de esquerda se dividiram entre aqueles que buscavam a resistência por meio da luta armada e os que optavam por uma via pacífica. Num quadro de ausência total de liberdades políticas, sob uma censura feroza, os grupos de esquerda foram obrigados a atuar na clandestinidade. Momentos difíceis, que não permitiam conjugar ações políticas de massa com a resistência pela luta armada. Tornou-se necessário buscar novas formas de ação.

No que concerne às mulheres, algumas se movimentaram em função de parentes, presos políticos, outras atuaram nos partidos clandestinos e até mesmo na guerrilha urbana e rural. No confronto militar com o inimigo, as mulheres começaram a perceber que nossa revolução (das mulheres) deveria ser mais profunda e por isso mais longa. Mas esses ensinamentos ficaram perdidos e dispersos, porque muitas delas morreram ou se encontram até hoje na lista dos "desaparecidos políticos" durante o regime militar.

A participação da mulher na luta armada teve um caráter ambíguo, devido à misoginia existente também no meio da esquerda e à impossibilidade de as mulheres formularem naquele momento suas reivindicações específicas. A solução para as questões da mulher não chegou a fazer parte dos objetivos da

luta armada. Ao mesmo tempo, essa participação permitiu-lhe demonstrar, num momento excepcional, sua coragem e capacidade de luta e descobrir-se como mulher diante das discriminações de que era vítima.

O desenvolvimento industrial, acelerado a partir de 1964, determinou a criação de grandes centros urbanos cercados por uma vasta periferia, acarretando, como consequência imediata, o recrudescimento dos problemas econômicos e sociais já existentes (carestia e falta de habitação, escolas e saneamento básico etc.). Nesse contexto, as mulheres são as primeiras a tomar posição, criando movimentos femininos por melhores condições de vida.

Foram também as mulheres vinculadas aos agrupamentos de esquerda que articularam os primeiros passos para a anistia aos presos e perseguidos políticos. Foi mais uma iniciativa feminina de criar espaços de denúncia da violação dos direitos humanos no Brasil. Se bem que os seus discursos reforçassem o papel tradicional da mulher — de mãe, esposa e irmã dedicada às causas do amor e da justiça. Mesmo assim, algumas questões relevantes do emergente feminismo foram colocadas nas várias reuniões e encontros, como a proposta de divulgação dos casos de violência sexual.

A instituição do ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, promovida pela ONU, foi um pretexto suficientemente forte para desencadear a manifestação das idéias feministas e a ação das mulheres. Ressurgiu a imprensa feminista. O primeiro jornal — *Brasil Mulher* — mostrou-se tímido em assumir o feminismo. O segundo — *Nós Mulheres* — colocou com mais ousadia a questão da mulher. Entretanto, ambos cumpriram, com êxito, o seu papel de despertar a consciência social da condição feminina. Atingiram, principalmente, a opinião pública formada pela esquerda. Denunciaram a condição

da dona-de-casa e da operária. Formularam também questionamentos em relação ao “papel milagroso” do socialismo na solução de todos os problemas”.

A partir de então, as mulheres começaram a lançar suas teias de articulação, organizando-se em diversos pontos do país. E nas comemorações do 8 de Março — Dia Internacional da Mulher —, os grupos feministas e de mulheres assinalavam os momentos mais expressivos de divulgação das suas idéias libertárias.

O depoimento de uma mulher negra, publicado no primeiro número do jornal *Nós Mulheres*, fazia crer que a questão racial seria assimilada com relativa facilidade pelo feminismo emergente. Grande equívoco: até mesmo nos dias de hoje, o movimento feminista tem sido em geral refratário às questões raciais, particularmente quanto à raça negra, presença marcante na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Reportagens da imprensa escrita e falada descreviam vigorosos atos públicos, com as mulheres reivindicando seus direitos e se identificando em suas ações. Havia repercussão nos espaços tradicionalmente masculinos, como os sindicatos e os partidos políticos, e também nos meios intelectuais. Ainda que de maneira bem ambígua, a condição da mulher passa a ocupar lugares até então inteiramente alheios e omissos. Aprovou-se uma tímida Lei do Divórcio em 1977.

As mulheres da periferia retomam a luta por creche, com novos aliados: os grupos feministas e alguns sindicatos. Essa aliança propiciou a popularização do feminismo. Obrigou também as feministas a traçar planos de ação imediata.

Novos acontecimentos, fora do espaço dos 8 de Março, tornaram-se mais freqüentes: I Congresso da Mulher Metalúrgica, em São Bernardo, em 1978, e outros encontros de trabalhadoras retomados depois do Golpe de 64. A participação das

operárias nas greves passa a ser notícia na imprensa. Contudo, suas reivindicações específicas, com raríssimas exceções, têm ficado à margem das negociações de suas categorias.

Num primeiro momento, os congressos de mulheres foram espaços privilegiados de discussão e elaboração de uma teoria para o feminismo nascente, graças às experiências das próprias participantes. Precursores dos encontros de caráter feminista, esses congressos foram organizados por feministas, entidades de bairro, sindicatos e grupos políticos de esquerda.

Foi tão expressivo e simpático o I Congresso da Mulher Paulista que ele logo provocou uma reação nefasta por parte dos partidos políticos. Estes viram-se no direito e obrigação de tomar a direção dos futuros encontros e conduzir o movimento para o caminho que consideravam "certo", convictos de que as mulheres, por si sós, não poderiam fazê-lo. Daí a divisão do movimento de mulheres nos dois congressos seguintes. Estes tiveram papel relevante. As mulheres ergueram bandeiras que, até o presente, unificam e ampliam a luta feminista, como a creche, o combate à violência sexual e doméstica, o programa de assistência integral à saúde, o controle voluntário da fertilidade, a livre manifestação da sexualidade e o direito ao trabalho assalariado.

Se, de um lado, a divisão do movimento de mulheres repercutiu negativamente, por outro lado, exigiu das militantes um maior aprofundamento de si mesmas e suas relações com a sociedade. Descobriu-se, a partir daí, o significado da autonomia política das mulheres, passando-se necessariamente pela compreensão da força histórica do patriarcalismo, que sempre excluiu as mulheres da vida social e política.

As mulheres têm tido dificuldade de agir conforme seu livre arbítrio, o que as impede de desenvolver suas próprias potencialidades. As instituições, mesmo as mais modernas, têm

levantado barreiras ao pleno desenvolvimento da mulher. O fato de as organizações de mulheres terem se multiplicado na década de 80 demonstra o avanço da consciência feminista. Quase todas foram criadas depois de 81 — ano do "racha" do movimento em São Paulo.

A prática autônoma das mulheres resultou na denúncia da violência doméstica e sexual, ocultada milenarmente ou estigmatizada como problema social decorrente da miséria e do alcoolismo, ou como característica de raças "inferiores". Ao trazer à tona os casos desse tipo de violência, evidenciou-se que a relação de homens e mulheres, independentemente da classe ou raça, tem se pautado no autoritarismo e agressividade. E isso causou um verdadeiro impacto, de forma que o Estado se viu obrigado a criar as Delegacias de Defesa da Mulher e quebrar o eterno veredicto do Poder Judiciário, que absolve os assassinos de mulheres sob a alegação de defesa da honra.

As feministas propiciaram também às trabalhadoras em geral falar de si mesmas e refletir sobre sua vida e trabalho. A trabalhadora rural passa a denunciar sua condição de trabalho sem nenhuma cobertura da legislação trabalhista. Ao se desenvolver rapidamente, o capitalismo no Brasil atingiu o campo, e os trabalhadores rurais tiveram de enfrentar novas relações de produção. As mulheres sofreram maior prejuízo, pois as mudanças sociais e econômicas não foram adequadas para absorvê-las e respeitar-lhes a dignidade.

As mulheres passaram a atuar no movimento sindical, criando comissões específicas para tratar da questão. Com um trabalho assíduo e combativo, desnudaram os conflitos entre os sexos junto aos trabalhadores.

Um outro momento significativo para a mobilização das mulheres e o avanço das idéias a respeito do seu papel foi o da Constituinte. Conquistou-se a igualdade jurídica em quase to-

das as áreas, no calor de grandes embates ideológicos. Pela primeira vez na história deste país, as mulheres foram às ruas, em diversos estados, colher assinaturas para apoiar a emenda popular em defesa da legalização do aborto.

As feministas que se tornaram profissionais de saúde, e vice-versa, são as primeiras a ocupar os espaços da administração pública, trazendo para o movimento as experiências de lidar com o complexo emaranhado do aparato do Estado.

Mais tarde, algumas feministas, ao encaminharem a proposta de criação dos conselhos, órgãos específicos para tratar das políticas públicas voltadas às mulheres, conquistaram um espaço de articulação dentro do aparelho de Estado.

Atualmente, o movimento e as idéias feministas estão espalhados por todo canto do país. E multiplicam-se com facilidade e ocupam espaços diversos, nos sindicatos, nas universidades, nos partidos políticos, nos bairros populares, nos organismos governamentais e mesmo no parlamento.

Entidades autônomas de mulheres estão organizadas em vários estados. Umhas estão bem equipadas, com pessoal profissionalizado, com sede própria e financiamento. Outras são constituídas de militantes não profissionalizadas, que voluntariamente se dedicam ao trabalho nos períodos disponíveis. Mas todas elas desenvolvem projetos de estudos e ações práticas que estimulam o progresso da luta da mulher.

Há, no entanto, questões candentes no movimento feminista. Uma delas, apresentada por Miriam Botassi, em 1988, em Salvador, no Seminário do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), da Universidade Federal da Bahia, aponta a necessidade de as feministas se preservarem como força independente tanto do ponto de vista da organização como dos ideais de transformação radical da sociedade. "(...). Tenho sentido que todo debate e nossas propostas mais

e mais passam pela instituição e que mais e mais perdemos nossa força independente (...)"

Miriam define o feminismo como "um conjunto de idéias e práticas radicais que tenham o poder de subverter, mudar, transformar as idéias e práticas patriarcais que vivemos. Se entendemos que o sistema se organiza por um conjunto de instituições sociais, econômicas, jurídicas e culturais que atuam para preservar o poder do patriarcado — seja no capitalismo ou no socialismo —, temos que ir ganhando a noção de como nos relacionar com as instituições, mantendo nossa liberdade de pensar e exprimir idéias radicais e formas autônomas de organização".

Outra questão colocada, no momento, é o pós-feminismo, no sentido de que o feminismo está ultrapassado. Portadora dessas idéias, Camile Paglia, professora de humanidades na Universidade de Artes da Filadélfia (EUA), ganhou páginas e páginas da imprensa, ao lançar seu livro *Personas Sexuais — de Nefertite a Emily Dickinson*, que critica as feministas. Segundo ela, as mulheres são inerentemente conservadoras e se tivessem tido um papel preponderante no processo civilizatório, a humanidade ainda estaria vivendo nas cavernas e não teria alcançado todo o desenvolvimento tecnológico, que nada mais é do que uma "lista de desejos masculinos". Sem grande embasamento teórico, essas idéias só servem para atender, por algum tempo, aqueles que apostam no retrocesso do avanço teórico do feminismo.

E são as feministas que cobram a grande dívida social e econômica que tem o patriarcado perante a humanidade, em vista das injustiças milenares cometidas sob sua autoridade. A maior delas é "a imposição do 'grande silêncio' histórico e cultural sobre as mulheres (heterossexuais e homossexuais); os papéis estereotipados que mantêm as mulheres à distância da

ciência, da tecnologia e dos outros estudos 'masculinos', ligações sócio-profissionais masculinas que excluem as mulheres" (trecho da intervenção feita por Miriam Botassi).

No 11º Encontro Nacional Feminista, em Goiás, as mulheres reagiram contra o pós-feminismo. Uma mulher comentou: "Uai gente, que negócio é esse de falar de pós-feminismo. Justamente agora que o feminismo tá pegando fogo na minha cidade". Ela tem razão. O feminismo chega agora em regiões distantes do país. Vai sendo introduzido de maneira dispersa, às vezes mesclado com propostas político-partidárias, sindicais ou mesmo de comunidades eclesiais de base. E as mulheres, estimuladas pelas ações feministas, sentem um forte anseio de mudar suas condições de vida, de exercer seus direitos e enfrentar o poder masculino, mesmo que seja ainda nas coisas miúdas do cotidiano.

Diante disso, podem as feministas se contentar em continuar bem comportadas, atuando simplesmente como meras profissionais, militantes de partido ou de órgãos governamentais?

Miriam se ressentia da perda da capacidade das feministas de "agir como guerrilheiras, subverter, ousar".

E propõe a retomada da autonomia como forma de "reconquistar o(s) nosso(s) feminismo(s)".

"A autonomia seria a garantia de nossa possibilidade de criar novo pensamento, prática e ação — subvertendo, radicalizando e transformando a cada momento o poder patriarcal."



NOTAS

1. Alambert, Zuleika — Apresentação à revista *A Mensageira*, v. I e II, edição fac-similar, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1987.
2. Hanner, June E. — *A Mulher no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.
3. Saffioti, Heleieth I. B. — *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, São Paulo, Editora Quatro Artes, 1969.
4. Hanner, June E. — op. cit.
5. "Essa terra é o nosso empreendimento", escreveu o pioneiro dos jesuítas, o padre Manuel da Nóbrega, em 1549, na Bahia. In Boxer, C. R. — *Relações Raciais no Império Colonial Português*, Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, nº 4, 1967.
6. Vitale, Luís — *La Mitad Invisible de la Historia — El protagonismo Social de la Mujer Latinoamericana*, Buenos Aires, Editora Sudamericana-Planeta, 1987.
7. Hanner, June E. — op. cit.: "Segundo François Pirard de Laval (viajante francês):" A escassez de mulheres brancas fa-